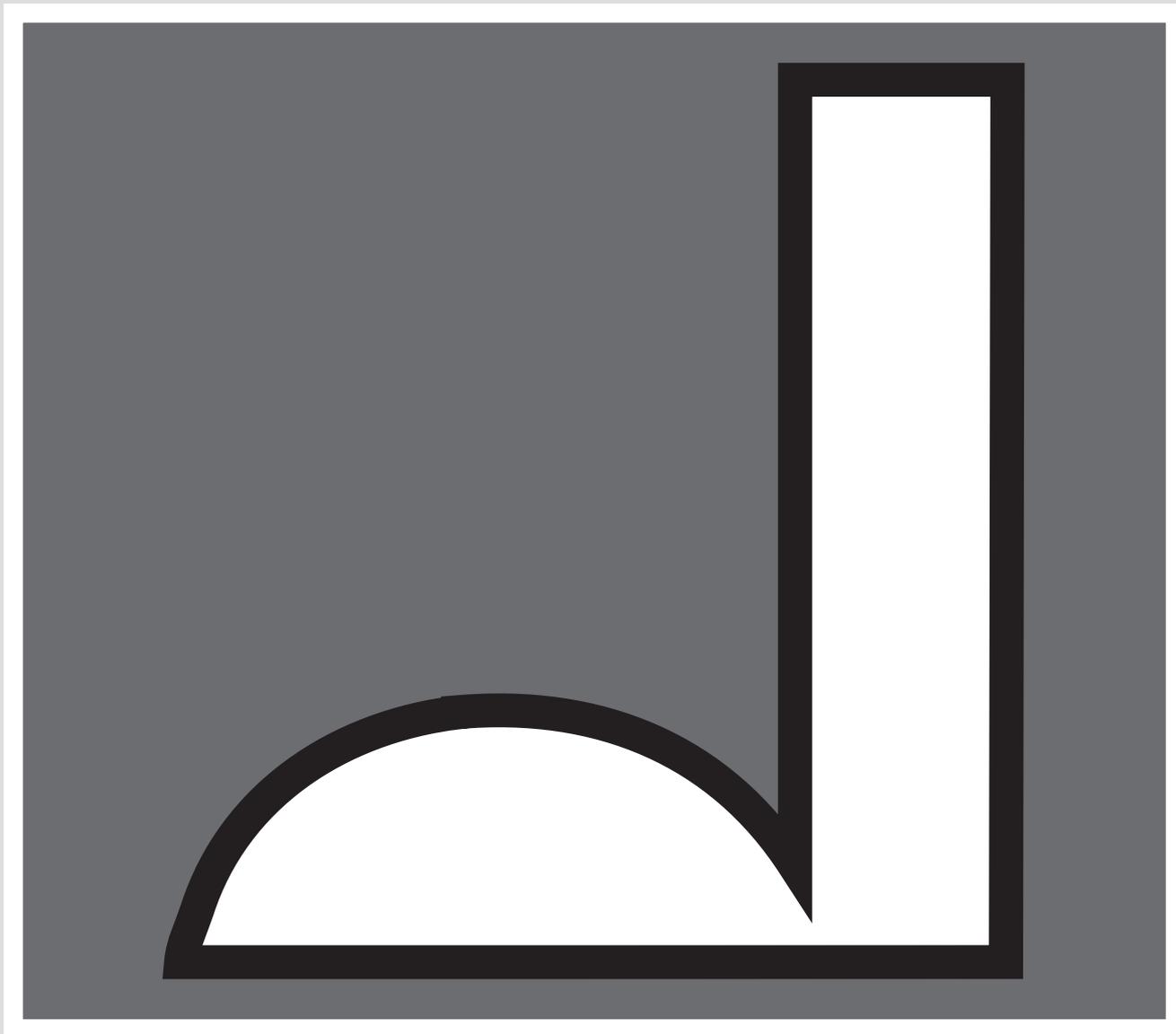




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 180 - SEXTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA**Presidente**

Renan Calheiros – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – BLOCO – PT – AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB – MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL – PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB – MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL – DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

Suplentes de Secretário

1º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT

2º Papaléo Paes – PSDB – AP

3º Alvaro Dias – PSDB – PR

4º Aelton Freitas – PL – MG

LIDERANÇAS**MAIORIA (PMDB) – 21****LÍDER****Ney Suassuna****Vice-Líderes**

Garibaldi Alves Filho

(vago)

Gilberto Mestrinho

(vago)

Amir Lando

(vago)

LÍDER DO PMDB – 21

Ney Suassuna

Vice-Líderes do PMDB

(vago)

(vago)

Luiz Otávio

Gerson Camata

(vago)

Wellington Salgado de Oliveira

Valdir Raupp

LÍDER DO PTB – 4**Mozarildo Cavalcanti****Vice-Líder DO PTB**

Sérgio Zambiasi

LÍDER DO PDT – 4**Osmar Dias****Vice-Líder do PDT**

(vago)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(PT/PL/PSB) – 17****LÍDER****Delcídio Amaral – PT****Vice-Líderes**

Sibá Machado – PT

Antônio Carlos Valadares – PSB

LÍDER DO PT – 12**Delcídio Amaral****Vice-Líderes do PT**

Roberto Saturnino

Ana Júlia Carepa

Flávio Arns

Fátima Cleide

LÍDER DO PL – 3**João Ribeiro****Vice-Líder do PL**

Aeton Freitas

LÍDER DO PSB – 2**Antonio Carlos Valadares****Vice-Líder do PSB**

(vago)

LÍDER DO P-SOL – 2**Heloísa Helena****Vice-Líder do P-SOL**

Geraldo Mesquita Junior

**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA
MINORIA****(PFL/ PSDB) – 31****LÍDER****José Jorge****Vice-Líderes**

Álvaro Dias – PSDB

Tasso Gereissati – PSDB

César Borges – PFL

Eduardo Azeredo – PSDB

Rodolpho Tourinho – PFL

Demóstenes Torres – PFL

LÍDER DO PFL – 16**José Agripino****Vice-Líderes do PFL**

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

Maria do Carmo Alves

Romeu Tuma

(vago)

LÍDER DO PSDB – 15**Arthur Virgílio****Vice-Líder do PSDB**

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

(vago)

Flexa Ribeiro

LÍDER DO GOVERNO**Aloízio Mercadante – PT****Vice-Líderes do Governo**

Romero Jucá – PMDB

Ideli Salvatti – PT

Garibaldi Alves Filho – PMDB

(vago)

Fernando Bezerra – PTB

Patrícia Saboya Gomes – PSB

EXPEDIENTE**Agaciel da Silva Maia**

Diretor-Geral do Senado Federal

Júlio Werner Pedrosa

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ronald Cavalcante Gonçalves

Diretor da Subsecretaria de Ata

Denise Ortega de Baere

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 194ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 2005	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Avisos de Ministro de Estado da Fazenda	
Nº 37, de 2005 (nº 456/2005, na origem), de 27 de outubro último, informando que não consta em seus registros, nos meses de julho a setembro de 2005, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	38068
Nº 38, de 2005 (nº 459/2005, na origem), de 31 de outubro último, encaminhando relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de setembro de 2005, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.	38068
1.2.2 – Pareceres	
Nº 1.862, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.023, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, requerendo voto de aplauso à Unesco pela publicação <i>Mortes matadas por armas de fogo no Brasil</i>	38068
Nº 1.863, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.601, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, requerendo, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 296, de 2005).....	38069
1.2.3 – Comunicações da Presidência	
Inclusão do Requerimento nº 1.023, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária.	38069
Abertura de prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Requerimento nº 1.601, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação.	38070
1.2.4 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que estabelece normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências.	38070
1.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR <i>DEMÓSTENES TORRES</i> – Críticas ao abandono do nordeste de Goiás pelo governo.	38086
SENADOR <i>ROMEU TUMA</i> – Preocupação com o grande número de queixas de grampo telefônico por parte de parlamentares.....	38088
SENADOR <i>JOÃO ALBERTO SOUZA</i> – Apelo ao governo no sentido de incentivar o turismo, por ser instrumento para a geração de empregos e criação de renda.	38092
SENADORA <i>SERYS SLHESARENKO</i> – Prestação de contas de sua atuação junto ao governo na busca de solução para problemas do Estado do Mato Grosso. Definição de 2006 como o “Ano Nacional Santos Dumont”.....	38094
SENADOR <i>JOÃO RIBEIRO</i> , como Líder – Considerações sobre o grampo telefônico, especialmente no Estado do Tocantins.	38102
SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Cumprimentos ao presidente Lula pela decisão de participar do programa “Roda Viva”, na próxima segunda-feira.	38103
SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – A situação da Defensoria Pública da União, que cumpre papel fundamental na assistência aos mais pobres do país. Apelo no sentido da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.....	38105
SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> , como Líder – Destaque para o lançamento da campanha do Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, que objetiva a erradicação do trabalho infantil.	38109
1.2.6 – Leitura de requerimento	
Nº 1.237, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres e outros Srs. Senadores, solicitando que a hora do expediente da sessão do	

dia 28 de novembro próximo, seja dedicada à comemoração de 33 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE..... 38110

1.2.7 – Parecer

Nº 1.864, de 2005, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 993, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento. 38111

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Aprovação em 27 de outubro último, do Requerimento nº 993, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente. 38111

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças partidárias.** 38112

Item 2 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005. **Apreciação sobrestada.** 38112

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal). **Apreciação sobrestada.** 38112

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada.** 38112

Item 5

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.** .. 38112

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.**..... 38112

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Apreciação sobrestada.** 38113

Item 8

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Apreciação sobrestada.**..... 38113

Item 9

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o seguro de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência. **Apreciação sobrestada.** 38113

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. **Apreciação sobrestada.** 38113

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). **Apreciação sobrestada.**.... 38113

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do

Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí. Apreciação sobrestada.	38113	são constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. Apreciação sobrestada.	38115
Item 13		1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia	
Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará. Apreciação sobrestada.	38113	SENADOR ALBERTO SILVA – Considerações sobre a seca no nordeste do país. Destaque para a necessidade de se aproveitar mais a soja na alimentação da população carente.....	38115
Item 14		1.3.2 – Comunicação da Presidência	
Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. Apreciação sobrestada.	38114	Designação do Senador José Maranhão para representar a Presidência do Senado Federal, na sessão solene de posse do Desembargador João Antônio de Moura, no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no próximo dia 4 de novembro.	38118
Item 15		1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)	
Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. Apreciação sobrestada.	38114	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – A aflição da população tocantinense em razão da tarifa de energia elétrica cobrada no Estado.	38118
Item 16		SENADOR PEDRO SIMON – A ausência de preocupação do Congresso Nacional com a preparação para as eleições do próximo ano.	38124
Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002. Apreciação sobrestada.	38114	SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Considerações sobre a necessidade de políticas públicas para a educação em todo o país.	38133
Item 17		SENADORA HELOÍSA HELENA – A relação da execução orçamentária com o superávit primário nas áreas de saúde e educação.	38135
Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa. Apreciação sobrestada.	38114	SENADOR MÃO SANTA – Falta de vacinas contra a febre aftosa no Piauí.....	38138
Item 18		SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre a reforma política.	38141
Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. Apreciação sobrestada.	38114	SENADOR PAULO OCTÁVIO – Registro de pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas que coloca Brasília em primeiro lugar em qualidade de vida entre onze capitais.....	38141
Item 19		1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação	
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)		SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “ <i>Tesourada na verba para jovens</i> ”, publicada no jornal Correio Braziliense , de 26 de outubro do corrente.	38142
Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. Apreciação sobrestada.	38114	SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “ <i>Outra reforma abandonada</i> ”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo de 24 de outubro do corrente.....	38145
Item 20		SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do artigo intitulado “ <i>Minha história</i> ”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja de 26 de outubro do corrente.....	38146
Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comis-		SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “ <i>O candidato dos empresários</i> ”, publicada na revista Exame de 26 de outubro do corrente..	38147
		SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado “ <i>O Brasil piora se Lula ficar</i> ”, de autoria do articulista Diogo Mainardi,	

publicado na revista **Veja** de 19 de outubro do corrente..... 38153

SENADOR **LEONEL PAVAN** – Registro do artigo intitulado “*Corrupção sob medida*”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 19 de outubro do corrente. 38155

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro da entrevista do escritor português José Saramago, concedida à revista **Época** de 31 de outubro do corrente..... 38156

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 156 a 159, de 2005. 38159

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 3.907 a 3.917, de 2005. 38162

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– **52^a LEGISLATURA**

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 194ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e João Alberto Souza

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/11/2005 07:46:09 até 3/11/2005 20:09:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X						

Compareceram: 28 Senadores

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 456/GMF

Brasília, 27 de outubro de 2005

Assunto: Art. 42 da Resolução do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2005, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

Aviso nº 459/GMF

Brasília, 31 de outubro de 2005

Assunto: Relatório das Operações de Crédito, Tabela Demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados, Distrito Federal e Relação da Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de setembro de 2005, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Esclareço a Vossa Excelência que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes que acabam de ser lidos, juntados ao processado do Aviso nº 9, de 2005, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.862, DE 2005**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento nº 1.023, de 2005, do Senador José Jorge, que requer Voto de Aplauso a Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”**

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.023, de 2005, fundado no art. 222 do Regimento Interno, o Senador José Jorge pede seja consignado, nos anais do Casa, Voto de Aplauso à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na pessoa de seu representante Jorge Werthein, e ao sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, pesquisador dessa organização internacional, pela publicação, em junho de 2005, do trabalho intitulado “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”, obra que apresenta um aprofundado quadro da situação brasileira, no que tange ao uso indevido e danoso de armas de fogo.

Na justificativa, o ilustre Senador alude às estimativas de que existiriam milhões de armas de fogo no País, o que contribuiria para o constante acontecimento de tragédias. Segundo o estudo da Unesco, um terço dos óbitos de jovens brasileiros ocorre por arma de fogo. Afirma que, diante dessa situação, foi editada a Lei nº 10.826, de 2003, o chamado Estatuto do Desarmamento, que prevê, inclusive, a realização de referendo para que o povo decida sobre a proibição da comercialização de armas de fogo no País.

Do seu ponto de vista, o trabalho publicado pela Unesco, de autoria do sociólogo e pesquisador da entidade Julio Jacobo Waiselfisz, constitui elemento apto para auxiliar o cidadão a fazer sua escolha.

II – Análise

Preliminarmente, cabe registrar que o requerimento em exame está amparado pelo art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, compartilhamos do posicionamento do ilustre requerente. No momento em que o debate acerca da proibição da comercialização de armas de fogo começa a tomar vulto e a ficar acalorado, a publicação da Unesco sobre o assunto não poderia ser mais oportuna.

Sem embargo de se poder inferir do referido trabalho o posicionamento da entidade em relação ao tema que será objeto de referendo, deve-se reconhecer que, inegavelmente, colabora para informar o cidadão brasileiro, que brevemente terá de optar entre a proibição

e a permissão da comercialização de armas de fogo. Além disso, deve-se registrar que o estudo “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”, por ter a chancela de respeitável organização internacional, certamente traz dados fiéis, estatísticas cientificamente corretas e informações confiáveis.

III – Voto

Á vista do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento nº 1023, de 2005. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Romeu Tuma** – **Rodolpho Tourinho** – **Roberto Saturnino**, Relator – **Marco Maciel** – **José Agripino** – **Tasso Jereissatti** – **Eduardo Suplicy** – **Gerson Camata** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

PARECER Nº 1.863, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.601, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, pelo qual se requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 296, de 2005)

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.601, de 2004, por meio do qual se requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovada Moção de Apoio e Solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente Laurent Gbagbo, em virtude dos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004.

Em 19 de abril de 2005, foi aprovado em Plenário o Requerimento nº 202, de 2005, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, abordando matéria do mesmo teor, solicita nos termos do art. 222, do Regimento Interno, que o Senado Federal

manifeste apelo às principais forças políticas da Costa do Marfim, Governo e Forces Nouvelles, no sentido de que respeitem os termos dos acordos de Linas-Marcoussis e Accra 111, bem como obedeçam aos ditames das Resoluções nºs 1.572, de 2004 e 1.584, de 2005, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as quais demandam o imediato cese das hostilidades e uma solução negociada e pacífica para o grave conflito que assola aquele país africano.

II – Análise

A recente aprovação do Requerimento nº 202, de 2005, abordando a mesma matéria, estimou mais conveniente e oportuno aos interesses nacionais manifestar apoio aos acordos de cessar-fogo e as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas nºs 1.572 e 1.548, que tratam da crise da Costa do Marfim.

No Requerimento nº 202, já aprovado, ao deixar de manifestar solidariedade, como se pretende no Requerimento sob exame, a uma das partes envolvidas no grave conflito entre as forças que apóiam o Presidente Laurent Gbagbo e o grupo insurgente Forces Nouvelles, que domina extensas áreas do norte do país, atentase para a necessidade de não-intervenção, um dos princípios da política externa brasileira, nos termos do art. 4º, Inciso IV, da Constituição Federal.

III – Voto

Não obstante os méritos do Requerimento ora examinado, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 202, de 2005 (Requerimento nº 9, de 2005-CRB) em plenário, nos termos que constam do Relatório supra, somos pelo arquivamento da matéria ora examinada.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2005. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Cristovam Buarque**, Relator – **Marco Maciel** – **Sérgio Zambiasi** – **Gerson Camata** – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Tasso Jereissatti** – **Rodolpho Tourinho** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Azeredo**.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência aos **Pareceres nºs 1.862 e 1.863, de 2005**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que acabam de ser lidos, a Presidência informa que o **Requerimento nº 1.023, de 2005**, figurará na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

Quanto ao **Requerimento nº 1.601, de 2004**, a Presidência informa que, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2005

Estabelece normas gerais de organização, funcionamento e avaliação da educação superior e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de organização, estrutura, funcionamento e avaliação da educação superior, dispõe sobre o Sistema Federal de Educação Superior e o Plano Nacional de Educação Superior e dá outras providências.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei as instituições de educação superior de qualquer natureza jurídica, que se dediquem a atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II

Da Educação Superior

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 2º A educação superior é um bem público que cumpre função social quanto à indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão.

§ 1º Sem prejuízo das atividades discriminadas no caput deste artigo, a educação superior deve incluir atividades culturais e esportivas pra toda a comunidade acadêmica.

§ 2º A liberdade de ensino à iniciativa privada será exercida nos limites da função social da educação superior.

Art. 3º A educação superior deve atender aos seguintes objetivos:

I – formar profissionais em padrões elevados de qualidade;

II – prover qualificação profissional em consonância com as necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico nacional ou regional;

III – promover a integração das instituições de educação superior com a sociedade, em especial com as populações de seu entorno ou área de influência, por meio da oferta de acesso aos bens culturais e tecnológicos;

IV – implementar políticas e programas públicos de investimento em ensino, pesquisa e formação de professores e pesquisadores, voltados para a redução de desigualdades regionais.

Art. 4º Sem prejuízo das finalidades estabelecidas no art. 43 da Lei nº 9.394, de 1996, a educação superior deve pautar-se pelos seguintes preceitos:

I – garantia de atualidade e qualidade do saber;

II – compromisso com a solução de problemas da realidade;

III – estímulo permanente à criatividade e à inovação;

IV – oferta de formação flexível, para fins de adaptação às transformações do mundo do trabalho, especialmente as de natureza tecnológica;

V – aproveitamento de estudos realizados em outras instituições ou por meio de tecnologia da informação e comunicações;

VI – responsabilidade social das instituições.

Parágrafo único. A responsabilidade social implica, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis às instituições de educação superior, a observância dos seguintes princípios:

I – compromisso com a liberdade acadêmica, mediante a garantia de livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;

II – colaboração no atendimento de políticas públicas nas áreas de ensino, avaliação educacional e pesquisa, saúde, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável e inclusão social;

III – gestão das atividades acadêmicas pautada pela cooperação das categorias integrantes da comunidade, quando couber;

IV – participação da sociedade civil;

V – promoção da diversidade e da identidade cultural, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais;

VI – articulação permanente com a educação básica.

Art. 5º A educação superior compreende:

I – cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, devidamente classificados em processo ou concurso seletivo;

II – programas de pós-graduação, compreendendo os cursos de mestrado, doutorado e especialização, autorizados ou credenciados e em funcionamento regular, abertos a candidatos graduados que atendam

aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

III – programas e atividades de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior;

IV – programas de formação continuada, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior, especialmente:

a) cursos de estudos superiores, posteriores ao ensino médio ou equivalente, que não configurem graduação;

b) cursos seqüenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência;

c) cursos de aperfeiçoamento, atualização e de treinamento, destinados a profissionais graduados, especialmente em áreas sujeitas a rápida obsolescência e à renovação de estudos.

§ 1º A realização de estudos superiores será comprovada mediante a concessão de:

I – diploma, com validade nacional, aos concluintes de cursos de graduação, mestrado ou doutorado;

II – certificado, aos concluintes de cursos de especialização, programas de extensão ou de formação continuada.

§ 2º A duração de cursos de graduação deve ser estabelecida em razão da formação oferecida, admitida, no âmbito desses cursos, a certificação parcial ou intermediária, em prazo não inferior a dois anos, para fins específicos de exercício profissional ou estudos acadêmicos.

SEÇÃO II

Das Instituições de Educação Superior

Art. 6º As instituições de educação superior poderão adotar a organização acadêmica de:

I – universidades;

II – universidades técnicas;

III – centros universitários;

IV – institutos superiores de educação;

V – faculdades.

§ 1º As denominações do **caput** deste artigo são privativas das instituições de educação superior, na forma dos respectivos atos instituidores e de credenciamento, e dependem, ainda, do cumprimento dos requisitos estabelecidos para cada tipo de organização acadêmica.

§ 2º Classificam-se como universidades as instituições de educação superior que atendam, além do previsto no artigo 52 da Lei nº 9.394/96, os seguintes requisitos mínimos:

I – Atividades de ensino que contemplem, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, programa de mestrado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

II – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

§ 4º Quando voltadas para a formação de profissionais de carreiras tecnológicas ou de outros campos específicos do saber, as universidades, centros universitários e faculdades poderão referir essa peculiaridade na respectiva denominação.

§ 5º Aplicam-se aos Centros Universitários:

I – as disposições dos art. 52, **caput**, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, admitida a parcela de um quinto do corpo docente em regime de dedicação integral;

II – as competências de autonomia previstas no art. 53 da Lei nº 9.394, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ressalvada a criação, organização e extinção de cursos.

Art. 7º As instituições de educação superior, especialmente as universidades, poderão adotar estrutura que contemple, ao lado dos departamentos, unidades acadêmicas de estudos multidisciplinares ou temáticos e centros especializados no desenvolvimento de atividades culturais e esportivas para a comunidade acadêmica.

§ 1º A estrutura prevista no **caput** deste artigo deve ser complementada por canais de conexão da educação superior com a realidade social e de produção do conhecimento, instituídos sob a forma de:

I – núcleos de extensão, para o exercício de atividades acadêmicas complementares à formação dos estudantes;

II – pólos de reflexão, destinados à discussão e divulgação de assuntos de interesse geral;

III – centros de formação permanente, para a atualização permanente e continuada de estudantes egressos;

IV – centros de educação a distância, destinados à complementação de estudos de graduação presenciais e à oferta de formação integral, especialmente para o atendimento de situações definidas como emergenciais ou temporárias.

§ 2º A adoção da estrutura prevista no **caput** será considerada positivamente na avaliação das instituições de educação superior.

SEÇÃO III Da Qualidade

Art. 8º As instituições de educação superior deverão submeter-se, periódica e sistematicamente, à avaliação de qualidade, à aferição de desenvolvimento e compromisso social, a ser realizada pelo Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Parágrafo único. O sistema que vier a ser instituído, com a finalidade prevista no **caput** deste artigo, deverá avaliar a capacidade institucional, o processo de produção do conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem e a responsabilidade social das instituições de educação superior e, ainda, assegurar:

I – o caráter público de todos os procedimentos avaliativos;

II – o respeito à identidade e à diversidade de cursos e instituições;

III – a participação dos integrantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil, por meio de suas representações;

IV – a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e responsabilidade social dos cursos e instituições;

V – a efetividade da implantação da estrutura prevista no **caput** do art. 7º.

SEÇÃO IV Do Financiamento

Art. 9º Os recursos federais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino serão aplicados na educação superior pública.

Parágrafo único. A definição de prioridade no repasse desses recursos ficará vinculada ao resultado da avaliação de qualidade.

Art. 10. A despesa com servidores inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior, sem prejuízo dos proventos e direitos específicos, correrão à conta do Tesouro Nacional, mediante a alocação de recursos que não os vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III Do Sistema Federal da Educação Superior

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 11. O Sistema Federal de Educação Superior (SIFES) compreende as instituições de educação superior federais e privadas, as entidades e os órgãos de caráter normativo, administrativo e de apoio técnico existentes no âmbito da União.

§ 1º O SIFES tem como órgão normativo o Conselho Nacional de Educação (CNE), na forma da lei, e como órgão executivo o Ministério da Educação.

Art. 12. Com a finalidade de universalizar as oportunidades de acesso à educação superior e de contribuir para a redução de desigualdades sociais e regionais, o SIFES tem como diretrizes:

I – o planejamento e a coordenação de políticas públicas em educação superior;

II – a democratização da gestão das políticas públicas em educação superior;

III – a participação da sociedade civil;

IV – a colaboração entre os órgãos e entidades da administração pública federal, em especial com as entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica;

V – a cooperação com os sistemas de educação superior dos estados;

VI – a articulação com os demais sistemas de ensino e com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País;

VII – a promoção da qualidade da educação superior, pela valorização do processo de avaliação institucional;

VIII – a garantia de condições dignas de trabalho aos professores, pesquisadores e servidores das instituições integrantes do sistema.

SEÇÃO II Das Instituições Federais de Educação Superior

Art. 14. As instituições federais de educação superior podem adotar qualquer organização acadêmica prevista no art. 60 desta lei.

Art. 15. As universidades federais são pessoas jurídicas de direito público, mantidas pela União, criadas ou com instituição autorizada por lei, com a natureza jurídica autárquica, dotadas das prerrogativas inerentes à autonomia universitária.

Parágrafo único. As universidades federais regem-se por regime jurídico próprio, na forma estabelecida pela Constituição e por esta lei, pela lei de sua criação ou de autorização de sua instituição, e pelos respectivos Estatutos, aprovados por colegiado superior interno e homologados pelo Ministério da Educação.

SEÇÃO Do Ingresso na Educação Superior

Art. 16. As instituições de educação superior utilizarão, para ingresso aos seus cursos de graduação, os resultados de exames senados de avaliação de desempenho escolar básico, combinados com outras formas de aferição da capacidade de prosseguimento de estudos em nível superior.

SEÇÃO Dos Docentes

Art. 17. Para fins de seleção de docentes, as instituições federais de educação superior poderão utilizar os resultados de exame nacional de recrutamento que vier a ser instituído com o fim de avaliar a qualificação de (futuros) profissionais do magistério superior.

Art. 18. Os integrantes da carreira do magistério superior sujeitam-se a avaliação de desempenho, que deve incluir, entre outros aspectos, a aferição da aprendizagem dos alunos, a atualização profissional e a produção acadêmica dos docentes.

Art. 19. São finalidades das instituições federais de educação superior:

I – gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e equidade;

II – formar profissionais nos diferentes campos do saber;

III – valorizar o ser humano, a cultura e os saberes;

IV – promover a formação humanista do cidadão e desenvolver a capacidade crítica do estudante frente à sociedade e ao Estado;

V – promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural;

VI – difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;

VII – estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação do mundo da vida e do trabalho;

VIII – educar para a conservação e a preservação da natureza;

IX – propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento sustentável;

X – estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo contemporâneo.

Art. 20. Observado o disposto no art. 16 desta Lei, são asseguradas à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia administrativa, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, as prerrogativas de:

I – organizar-se internamente da forma mais conveniente e compatível com sua peculiaridade, estabelecendo suas instâncias decisórias;

II – estabelecer a política geral de administração da instituição;

III – elaborar e reformar seus estatutos e regimentos;

IV – escolher seus dirigentes, na forma de seu estatuto;

V – remunerar serviços extraordinários e atividades especiais, conforme definição do conselho superior da instituição;

VI – admitir, nomear, promover, demitir e exonerar pessoal, desde que o ingresso realize-se mediante concurso público de provas e títulos;

VII – organizar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VIII – autorizar o afastamento de seu pessoal para qualificação e atualização e para participação em atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais e de representação;

IX – estabelecer normas e exercer o poder disciplinar relativamente ao seu quadro de pessoal e ao corpo discente;

X – firmar contratos, acordos e convênios.

Art. 21. Os estatutos das universidades federais deverão estabelecer o processo de escolha de dirigentes máximos, reitor e vice-reitor, mediante eleição direta pela comunidade universitária.

Parágrafo único. O colegiado superior da instituição regulamentará o processo eleitoral, com observância dos seguintes preceitos:

I – a votação dos integrantes da comunidade universitária será uninominal e secreta;

II – a eleição do Reitor importará a do Vice-Reitor com ele registrado;

III – o resultado eleitoral será calculado, entre os montantes de votos válidos dos corpos docente, discente e dos servidores, respeitada a ponderação estabelecida no estatuto.

Art. 22. É assegurada à universidade federal, para garantir o exercício da autonomia de gestão financeira e patrimonial, sem prejuízo de outras ações que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I – propor e executar seu orçamento, em conformidade com os limites estabelecidos pela União;

II – remanejar os recursos oriundos da União e as receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesa;

III – gerir seu patrimônio;

IV – receber doações, heranças e legados e estabelecer cooperação financeira com entidades privadas;

V – receber subvenções e estabelecer cooperação financeira com entidades públicas;

Parágrafo único. A universidade federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas.

SEÇÃO III

Das Instituições Privadas de Educação Superior

Art. 23. As entidades privadas mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 62 do Código Civil Brasileiro.

Art. 24. As entidades mantenedoras poderão instituir instâncias decisórias distintas para a gestão econômico-financeira e acadêmica das instituições de ensino superior, exigida em relação a esta última, a presença de representantes dos corpos docente e discente.

Parágrafo único. O atendimento do disposto no caput será considerado positivamente na avaliação das instituições de educação superior.

Art. 25. Sem prejuízo do preço da anuidade cobrada, as mantenedoras de instituições privadas poderão incentivar a participação dos alunos nos negócios da entidade, mediante a conversão de percentual das mensalidades em cotas do respectivo capital social.

SEÇÃO IV

Da Regulação do Sistema Federal da Educação Superior

Art. 26. As instituições federais de educação superior serão criadas ou terão sua instituição autorizada por lei específica.

Art. 27. As faculdades privadas, com oferta regular de pelo menos um curso de graduação no início de suas atividades, sujeitam-se à autorização de funcionamento e prévia avaliação das condições de ensino.

Parágrafo único. Duas ou mais faculdades credenciadas que mantenham cursos de graduação em campos do saber distintos podem articular suas atividades mediante regimento comum e direção unificada.

Art. 28. A avaliação positiva pelo Ministério da Educação na totalidade de cursos de graduação de universidades e centros universitários constitui pré-requisito indispensável à obtenção ou à manutenção de credenciamento.

Art. 29. O credenciamento de instituições integrantes do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, deve respeitar o período mínimo de três anos, contados a partir do ato de autorização prévia para a oferta de cursos superiores.

§ 1º No decorrer do período de autorização prévia para oferta de cursos superiores, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedo-

ras, serão submetidas aos processos de supervisão, verificação e regulação.

§ 2º Decorrido o período definido no *caput*, as instituições de educação superior, e mantenedoras, que obtiverem resultados satisfatórios nos processos de avaliação para fins de verificação e supervisão, poderão obter credenciamento pelo prazo máximo de cinco anos.

Art. 30. O recredenciamento de instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior, bem como de suas mantenedoras, será concedido pelo prazo máximo de dez anos para universidades e de cinco anos para as demais entidades, nos termos de ato específico do Poder Executivo.

§ 1º O recredenciamento dependerá da obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional, de cursos e de desempenho discente, nos termos da Lei, bem como do atendimento aos critérios definidos pelo órgão de supervisão e regulação.

§ 2º Indeferido o credenciamento ou recredenciamento, o Ministério da Educação regulará as relações jurídicas pendentes, bem como estabelecerá as providências a serem adotadas pela instituição de educação superior, no sentido de salvaguardar os direitos dos estudantes, professores e demais servidores.

Art. 31. A alteração da organização acadêmica das instituições de educação superior do Sistema Federal de Educação Superior dependerá de ato autorizativo do Ministério da Educação, respeitado o período mínimo de três anos do regime acadêmico anterior e comprovada a obtenção de resultados satisfatórios nos processos de avaliação institucional e de cursos, nos termos da Lei.

Art. 32. A autorização para funcionamento de instituição privada de educação superior, bem como de sua entidade mantenedora, mediante credenciamento ou recredenciamento, é de competência do Conselho Nacional de Educação.

Art. 33. Depois de autorizadas a funcionar, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedoras, deverão ser periodicamente recredenciadas, segundo critérios e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação, e mediante processo permanente de avaliação de qualidade, na forma da Lei.

§ 1º Todas as instituições de educação superior serão submetidas a procedimento de avaliação para fins de credenciamento ou recredenciamento, inclusive as instituições criadas anteriormente à vigência da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 2º As instituições de educação superior que, por qualquer forma de acordo, contrato, ajuste ou convenio, tácito ou expresse, utilizem a mesma logomarca, serão consideradas conjuntamente no processo avaliativo.

Art. 34. A instituição de educação superior que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados em estatuto poderá ter o credenciamento revogado a qualquer tempo, mediante processo em que se assegure o contraditório e a ampla defesa.

Art. 35. A qualidade de ensino nas instituições de educação superior, públicas e privadas, constitui condição indispensável para ingresso e permanência no Sistema Federal da Educação Superior.

CAPÍTULO III

Do Plano Nacional de Educação Superior

Art. 36. O Plano Nacional de Educação Superior visa a dar efetividade às políticas para a educação superior concebidas no âmbito do Plano Nacional de Educação, articulando e integrando ações do poder público com vistas a:

- I – democratizar o acesso à educação superior;
- II – melhorar a qualidade da educação superior;
- III – induzir a melhoria da qualidade da educação básica;
- IV – acelerar o desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico do País;
- V – fornecer subsídios ao processo de credenciamento de instituições e cursos, indicando áreas saturadas e outras que representem carências regionais;
- VI – identificar demandas regionais em matéria de educação superior, estimulando o seu atendimento, Via aquisição de vagas, preferencialmente em instituições públicas.

SEÇÃO I

Da Expansão da Educação Superior Pública

Art. 37. A expansão da educação superior pública dar-se-á, prioritariamente, pelos seguintes meios:

- I – ampliação da rede pública de instituições de educação superior, pela criação de universidades, centros universitários, faculdades, institutos de educação e centros de educação tecnológica;
- II – aumento da oferta de vagas nas instituições existentes, por meio da maximização da oferta noturna;
- III – consolidação da educação a distância, como opção de oferta vagas em cursos de graduação e pós-graduação;

IV – autorização de funcionamento de *campi* temporários para o atendimento demandas locais, em regiões não atendidas por instituições de educação superior.

SEÇÃO II

Das Políticas e Ações Afirmativas Públicas

Art. 38. As instituições federais de educação superior deverão elaborar e implantar programas de ações afirmativas de promoção igualitária e inclusão social.

Art. 39. As instituições federais de educação superior reservarão, a título geral, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, parcela de trinta por cento a cinquenta por cento de suas vagas, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. A aplicação da regra do *caput* não dispensa a realização de processo seletivo para aferição de mérito e capacidade de prosseguimento de estudos em nível superior.

Art. 40. Em cada instituição federal de educação superior, as vagas de que trata o art. 39 serão preenchidas por proporção mínima de candidatos autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento segundo os critérios do *caput*, as vagas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 41. No prazo máximo de dez anos, as instituições federais de educação superior deverão, progressivamente, haver alcançado o atendimento pleno dos critérios de proporção estabelecidos nos arts. desta Lei, em todos e em cada um de seus cursos de graduação, segundo etapas fixadas em cronograma constante de programa de ação afirmativa promovido pela instituição com esse objetivo específico.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*, as instituições federais de educação superior poderão estabelecer diferencial máximo aceitável entre o desempenho dos candidatos beneficiados pelo programa de ação afirmativa e dos demais candidatos a ingresso pelo sistema geral, tal como apurado no processo seletivo adotado pela instituição para acesso aos seus cursos de graduação.

Art. 42. A implantação das ações afirmativas previstas no art. desta Lei deverá ser articulada com ações concomitantes de melhoria da qualidade e de universalização da educação básica, sem prejuízo do aperfeiçoamento dos mecanismos de seleção para ingresso na educação superior pública.

SEÇÃO III

Do Apoio ao Estudante

Art. 43. Fica instituído o Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior (PAE), destinado à concessão de bolsas a estudantes brasileiros de cursos de educação superior, objetivando, especialmente:

I – ampliar o acesso de estudantes carentes à educação superior;

II – estimular a formação de mão-de-obra especializada nos segmentos em que sua oferta, nacional ou regional, não atender à demanda;

III – imprimir efetividade à extensão em áreas socialmente mais relevantes;

IV – incentivar o serviço voluntário.

Parágrafo único. A participação no PAE fica condicionada à prestação de serviço voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, conforme regulamentação do Ministério da Educação (MEC).

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 44. A abertura e o funcionamento de universidades e cursos livres, instituídos com o fim de ministrar e produzir conhecimentos, sem apoio financeiro público, independem de autorização e reconhecimento do Poder Público.

Parágrafo único. Os títulos conferidos em face da conclusão de estudos realizados em instituições e cursos livres não gozam de reconhecimento público, condição que deve ser informada aos usuários.

Art. 45. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Aberta do Brasil (UNAB), com a natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, para desenvolver cursos e programas de educação a distância, em articulação com as instituições públicas de educação superior do País.

§ 1º A Unab terá sede e foro na cidade de Brasília (DF) e organizar-se-á, preferencialmente, em redes regionais, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação.

§ 2º Os estatutos da Unab serão aprovados por decreto do Presidente da República.

§ 3º Incluem-se entre os fins da Unab o fomento e o desenvolvimento de cursos e programas de gradu-

ação, pós-graduação **lato e stricto sensu**, pesquisa e extensão.

§ 4º Para o atendimento de seus objetivos e resguardado o interesse público, a Unab poderá celebrar convênios e acordos com instituições privadas.

Art. 46. Ficam revogados: o art. 16 da Lei nº 9.192, de 1995, o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 1996, o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um Projeto de Reforma da Universidade

1. O papel da Universidade

O presente Projeto de Lei parte da revisão do papel que deve ter a universidade. Desde seu início, a universidade brasileira é vista com tendo por finalidade promover os alunos que nela estudam. Mesmo agora, quando o governo democrático e popular, liderado pelo presidente Lula e pelo PT, fala em universidade, não o faz partindo da ótica do povo e do Brasil, mas sim da ótica dos alunos e dos professores. A primeira reforma da universidade é definir-Lhe um papel novo.

Parte a reforma oficial da idéia de que o papel da universidade é promover socialmente os seus alunos, tirar alguns da pobreza, e não lutar para que o Brasil seja capaz de ajudar todo o povo a completar sua abolição, eliminando a tragédia da pobreza. Não se diz que o papel da universidade é criar a massa crítica de profissionais e intelectuais de nível superior de que o Brasil precisa para responder aos seus problemas, desestancar sua revolução, consolidar sua democracia, promover um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável.

O papel da universidade brasileira tem sido o de escada social para indivíduos que já fazem parte da parcela rica. A reforma agora quer permitir que alguns pobres também usem essa escada. Como se, no lugar de uma reforma, bastasse fazer uma universidade um pouco generosa para receber em seus cursos uns quantos pobres que tenham sobrevivido à mortalidade infantil, à desnutrição, ao analfabetismo, ao abandono escolar antes de concluir a 4ª ou a 8ª série do Ensino Fundamental, ou o Ensino Médio, à péssima qualidade de suas escolas, à falta de cursinho, ao filtro do vestibular e que, por genialidade pessoal, agora podem ser promovidos ao título universitário e usar esse título para o enriquecimento pessoal, longe cio contato com a realidade da qual eles se originaram.

Crítica-se o elitismo e fala-se que a universidade deve *ser* reformada para receber alunos de camadas carentes da população. Nesse raciocínio está implíci-

ta a visão privatista de que a universidade pertence à sua comunidade, e não ao país e à humanidade; que o problema do elitismo está no fato de que os alunos são filhos de ricos e não que os formandos vão trabalhar para os ricos. Pretende-se fazer uma reforma que permita a entrada de filhos dos pobres, mas não para que os formados filhos de ricos ou de pobres trabalhem para o povo e o Brasil, além do sucesso pessoal a que têm direito.

A reforma universitária tem de definir o papel da universidade, dando-lhe duas finalidades básicas e uma complementar:

a) O Sucesso Pessoal

A busca do sucesso pessoal é uma das finalidades da universidade. Até mesmo nos conventos medievais, que antecederam as universidades, os monges buscavam o sucesso pessoal na “outra vida”. Os universitários buscam o sucesso da “outra vida” nas suas igrejas, na universidade buscam o sucesso pessoal à que têm direito nesta vida.

Uma das provas da necessidade de uma reforma universitária é que a universidade não é mais um instrumento do sucesso pessoal, sobretudo de seus alunos. Não dá o esperado reconhecimento público a seus professores e ex-alunos, nem representa mais um caminho seguro para melhorar a remuneração de seus profissionais e daqueles formados nela.

A reforma universitária tem de servir para construir uma instituição que assegure aos seus membros o sucesso pessoal que eles têm o direito de buscar. A universidade deve ser o caminho para três sucessos pessoais de seus membros:

- a realização de uma vocação profissional,
- a melhoria de sua remuneração, e
- o reconhecimento público.

b) A Construção da Nação e a Transformação Social

Em uma democracia, os indivíduos devem ter o direito de se organizar livremente na busca do sucesso pessoal, sem dar satisfações, Mas esse direito não existe para as instituições de caráter público, como as universidades, sobretudo se recebem apoio com recursos que pertencem ao povo, administrados pelos governos. Nesse caso, além do sucesso pessoal de seus membros, a universidade tem a obrigação de desempenhar um papel de agente da construção da nação.

Em um país como o Brasil, incompleto, dividido pela apartação, sem base científica e tecnológica, com uma independência frágil, a reforma universitária tem a

obrigação de mudar a universidade para que ela possa servir ao interesse público, como instrumento de:

- completar a independência, a abolição e a república,
- abolir a apartação, superando o quadro de pobreza,
- respeitar o meio ambiente,
- construir a soberania,
- consolidar a democracia,
- disseminar uma mentalidade, solidária, honesta e patriótica,
- promover o desenvolvimento científico e tecnológico, e
- fazer um país educado e culto, a partir da primeira infância.

A reforma universitária precisa ser pautada na busca destes li vetores do sucesso pessoal e da transformação social:

VETORES DA REFORMA

SUCESSO PESSOAL	TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
-----------------	----------------------

Vocação profissional	Completar independência, abolição, república
Boa remuneração	Abolir apartação
Reconhecimento público	Respeitar meio ambiente
	Construir soberania
	Consolidar democracia
	Disseminar mentalidade honesta, solidária, patriótica
	Promover desenvolvimento científico e tecnológico
	Fazer um país educado e culto.

c) O Enriquecimento Cultural da Humanidade

Ao lado das duas finalidades básicas, a reforma da universidade brasileira não pode perder de vista a finalidade complementar de ser instrumento do enriquecimento cultural de toda humanidade.

Quaisquer que sejam as limitações de um país, sua universidade não deve ficar limitada apenas às preocupações nacionais, nem ao imediatismo, seja pelo sucesso pessoal seja pela transformação social. Ela não deve perder de vista seu compromisso e potencial de enriquecer toda a humanidade, graças a seu produto. Este se mede em pessoal formado e em trabalhos elaborados, sobretudo na reflexão sobre o mundo, na ótica de seu *locus*.

Se isso se justifica para qualquer país, em qualquer momento, mesmo os mais pobres, ainda mais para um país como o Brasil em tempos de globalização. A

universidade brasileira deve fazer sua reforma com os olhos na possibilidade e no desafio de ser um centro privilegiado para entender e mudar o mundo em todas as áreas do conhecimento, especialmente naquelas em que teremos vantagens comparativas favoráveis em relação ao resto do mundo.

Precisamos de um compromisso com a qualidade, sem o qual não há contribuição à humanidade. Temos de definir nossas vantagens atuais e aquelas nas quais queremos investir e procurar uma forma universitária que promova a capacidade institucional para criar o ineditismo na produção intelectual como forma de elevar o patrimônio cultural de toda a humanidade.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2005 – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAPÍTULO IV

Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural é profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII – firmar contratos, acordos e convênios;

VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II – ampliação e diminuição de vagas;

III – elaboração da programação dos cursos;

IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V – contratação e dispensa de professores;

VI – planos de carreira docente.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

.....
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I

Da Educação

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....
CÓDIGO CIVIL

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

.....
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
 Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 3º-A. Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos integrante de família com renda mensal **per capita** de até meio salário mínimo.

§ 1º O auxílio financeiro a que se refere o **caput** terá valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será custeado com recursos da União por um período máximo de seis meses, sendo destinado preferencialmente:

I – aos jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas; e

II – a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.

§ 2º O auxílio financeiro poderá ser pago por órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios.

§ 3º É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer parente, ainda que por afinidade, até o 2º (segundo) grau.

§ 4º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

.....
LEI Nº 9.192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977, e pela Lei nº 7.177, de 79 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte:

I – o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal;

II – os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da so-

cidade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição;

III – em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias;

IV – os Diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor, observados os mesmos procedimentos dos incisos anteriores;

V – o Diretor e o Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União, qualquer que seja sua natureza jurídica, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos em lista tríplice preparada pelo respectivo colegiado máximo, observado o disposto nos incisos I, II e III;

VI – nos casos em que a instituição ou a unidade não contar com docentes, nos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, em número suficiente para comporem as listas tríplices, estas serão completadas com docentes de outras unidades ou instituição;

VII – os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos;

VIII – nos demais casos, o dirigente será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.

Parágrafo único. No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos, aprovados na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.”

.....
DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

Decreta:

CAPÍTULO I

Da Classificação das Instituições de Ensino Superior

Art. 1º As instituições de ensino superior classificam-se em:

I – públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; e

II – privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por cursos superiores os referidos nos incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO II

Das Entidades Mantenedoras

Art. 3º As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito de natureza civil ou comercial, e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. O estatuto ou contrato social da entidade mantenedora, bem assim suas alterações, serão devidamente registrados pelos órgãos competentes e remetidos ao Ministério da Educação.

Art. 4º A transferência de cursos e instituições de ensino superior de uma para outra entidade mantenedora deverá ser previamente aprovada pelo Ministério da Educação.

Art. 5º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior sem finalidade lucrativa publicarão, para cada ano civil, suas demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes e com parecer do respectivo conselho fiscal, sendo ainda obrigadas a:

I – manter, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão, escrituração completa e regular de todos os dados fiscais na forma da legislação pertinente, bem assim de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

II – conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da datada emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

§ 1º As entidades de que trata o **caput** deverão, ainda, quando determinado pelo Ministério da Educação:

I – submeter-se a auditoria; e

II – comprovar:

a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; e

b) a não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes.

§ 2º Em caso de encerramento de suas atividades, as instituições de que trata o **caput** deverão destinar seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente.

Art. 6º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes.

CAPÍTULO III

Das Instituições de Ensino Superior

Art. 7º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em:

I – universidades;

II – Centros Federais de Educação Tecnológica e centros universitários; e

III – faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos e escolas superiores.

Parágrafo único. São estabelecimentos isolados de ensino superior as instituições mencionadas no inciso III deste artigo.

Art. 8º As universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo ao que dispõem os arts. 52, 53 e 64 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 1º As atividades de ensino previstas no **caput** deverão contemplar, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, programas de mestrado ou de doutorado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º A criação de universidades especializadas, admitidas na forma do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa, tanto em áreas básicas como nas aplicadas, observado o disposto neste artigo.

§ 3º As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

Art. 9º Para os fins do inciso III do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, entende-se por regime de trabalho docente em tempo integral aquele que obriga a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais destinado a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

Art. 10. As universidades, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos de sua sede, definida nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.

§ 1º Para os fins do disposto no art. 52 da Lei nº 9.394, de 1998, os cursos criados na forma deste artigo, organizados ou não em novo campus, integrarão o conjunto da universidade.

§ 2º A autonomia prevista no inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996, não se estende aos cursos e campus fora de sede das universidades.

§ 3º Os campi fora de sede já criados e em funcionamento na data de publicação deste Decreto preservarão suas atuais prerrogativas de autonomia, sendo submetidos a processo de credenciamento em conjunto com a sede da universidade.

Art. 11-A. Os Centros Federais de Educação Tecnológica são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

§ 1º Fica estendida aos Centros Federais de Educação Tecnológica autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior voltados à área tecnológica, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes nessa área.

§ 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, além da que se refere o § 1º, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do § 2º do art. 54 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 3º A autonomia de que trata o § 2º deverá observar os limites definidos no plano de desenvolvimento institucional, aprovado quando do seu credenciamento e credenciamento.

§ 4º Os Centros Federais de Educação Tecnológica, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos do de sua sede, indicada nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.

§ 5º O credenciamento de Centros Federais de Educação Tecnológica ocorrerá somente a partir da transformação de Escolas Técnicas ou Agrotécnicas Federais em funcionamento regular, com qualidade comprovada, conforme critérios específicos a serem fixados pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado.

Art. 13. A criação de cursos superiores em instituições credenciadas como faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores depende de prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 14. Os institutos superiores de educação criados na forma do Decreto no 3.276, de 6 de dezembro de 1999, deverão definir planos de desenvolvimento institucional.

Parágrafo único. Os institutos de que trata o **caput**, poderão ser organizados como unidades acadêmicas de instituições de ensino superior já credenciadas, devendo neste caso definir planos de desenvolvimento acadêmico.

Art. 15. Anualmente, antes de cada período letivo, as instituições de ensino superior tornarão públicos seus critérios de seleção de alunos nos termos do art. 44, inciso II, da Lei nº 9.394, de 1996, e de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Na ocasião do anúncio previsto no **caput** deste artigo, as instituições de ensino superior também tornarão publicas:

I – a relação nominal dos docentes e sua qualificação, em efetivo exercício;

II – a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, tais como laboratórios, computadores, acesso às redes de informação e acervo das bibliotecas;

III – o elenco dos cursos reconhecidos e dos cursos em processo de reconhecimento;

IV – os resultados das avaliações do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta dos cursos superiores, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP; e

V – o valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis ao período letivo a que se refere o processo seletivo.

§ 2º O não-cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem assim a publicação de informação inverídica, constituem deficiências para os fins do § 1º do art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996.

CAPÍTULO IV Da Avaliação

Art. 16. Para fins de cumprimento dos arts. 9º e 46 da Lei no 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a avaliação de cursos, programas e instituições de ensino superior.

§ 1º Para assegurar processo nacional de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, o Ministério da Educação manterá cooperação com os sistemas estaduais de educação.

§ 2º Para assegurar o disposto no § 3º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a cooperação e integração prevista com os sistemas de ensino estaduais.

Art. 17. A avaliação de cursos e instituições de ensino superior será organizada e executada pelo INEP, compreendendo as seguintes ações:

I – avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II – avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:

a) grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;

b) plano de desenvolvimento institucional;

c) independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;

d) capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;

e) estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;

f) critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;

g) programas e ações de integração social;

h) produção científica, tecnológica e cultural;

i) condições de trabalho e qualificação docente;

j) a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas; e

l) os resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação; e

III – avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores.

§ 1º A análise das condições de oferta de cursos superiores referida no inciso III será efetuada nos locais de seu funcionamento, por comissões de especialistas devidamente designadas, e considerará:

I – organização didático-pedagógica;

II – corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;

III – adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso; e

IV – bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

§ 2º As avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Art. 18. A avaliação de programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, será realizada pela Capes, de acordo com critérios e metodologias próprios.

CAPÍTULO V Dos Procedimentos Operacionais

Art. 19. A autorização para funcionamento e o reconhecimento de cursos superiores, bem assim o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior organizadas sob quaisquer das formas previstas neste Decreto, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Art. 20. Os pedidos de credenciamento e de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados pelas respectivas entidades mantenedoras, atendendo aos seguintes requisitos de habilitação:

I – cópia dos atos, registrados no órgão oficial competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica de atuação, na forma da legislação pertinente;

II – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

V – demonstração de patrimônio para manter instituição ou instituições de educação;

VI – identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada *um*;

VII – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se for o caso; e

VIII – estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição de ensino sem prerrogativas de autonomia.

Parágrafo único. O Ministério da Educação definirá, em ato próprio, os requisitos de habilitação aplicáveis às instituições federais de ensino superior nos processos de que trata o **caput**.

Art. 21. As universidades, na forma disposta neste Decreto, somente serão criadas por novo credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem bom desempenho nas avaliações realizadas pelo INEP, ou, no caso de instituições federais, por lei específica.

Parágrafo único. O credenciamento e o recredenciamento das universidades, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 22. O processo de recredenciamento de universidades autorizadas ou credenciadas antes da vigência da Lei nº 9.394, de 1996, deverá ocorrer sem prejuízo do estabelecido no § 2º do art. 88 da mesma lei.

Art. 23. Os centros universitários, na forma disposta neste Decreto, somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem, na maioria de seus cursos de graduação, bom desempenho na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP.

Parágrafo único. O credenciamento e recredenciamento dos centros universitários, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 24. O credenciamento das faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos superiores e escolas superiores dar-se-á mediante ato do Poder Executivo.

Art. 25. O credenciamento e o recredenciamento de instituições de ensino superior, cumpridas todas as exigências legais, ficam condicionados a formalização de termo de compromisso entre a entidade mantenedora e o Ministério da Educação.

Parágrafo único. Integrarão o termo de compromisso de que trata o **caput**, os seguintes documentos:

I – plano de implantação e desenvolvimento de seus cursos superiores, de forma a assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade para o corpo docente, infra-estrutura geral e específica e organização didático-pedagógica, bem como a descrição dos projetos pedagógicos a serem implantados até sua plena integralização, considerando as diretrizes nacionais de currículo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação;

II – critérios e procedimentos editados pelo Ministério da Educação, reguladores da organização, supervisão e avaliação do ensino superior;

III – descrição e cronograma do processo de expansão da instituição a ser credenciada, em relação ao aumento de vagas, abertura de cursos superiores, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, abertura de cursos tora de sede;

IV – valor dos encargos financeiros assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis durante o desenvolvimento dos cursos;

V – projeto de qualificação da instituição, contendo, pelo menos, a descrição dos procedimentos de auto-avaliação institucional, bem como os de atendimento aos alunos, incluindo orientação administrativa, pedagógica e profissional, acesso aos laboratórios e bibliotecas e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos; e

VI – minuta de contrato de prestação de serviços educacionais a ser firmado entre a instituição e seus alunos, visando garantir o atendimento dos padrões de qualidade definidos pelo Ministério da Educação e a regularidade da oferta de ensino superior de qualidade.

Art. 26. A autorização prévia para o funcionamento de cursos superiores em instituições de ensino superior mencionadas no inciso III do art. 7º deste Decreto será formalizada mediante ato do Poder Executivo.

§ 1º O ato de que trata o **caput** fixará o número de vagas, o município e o endereço das instalações para o funcionamento dos cursos autorizados.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo aplica-se, igualmente, aos cursos referidos no art. 10.

Art. 27. A criação de cursos de graduação em medicina, em odontologia e em psicologia, por universidades e demais instituições de ensino superior, deverá ser submetida à manifestação do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º O Conselho Nacional de Saúde deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, con-

tados da data do recebimento do processo remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o caput dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 28. A criação e o reconhecimento de cursos jurídicos em instituições de ensino superior, inclusive em universidades e centros universitários, deverão ser submetidos à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do processo, remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o **caput** dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 29. Os atos de autorização prévia de funcionamento de cursos de medicina, psicologia, odontologia e direito ofertados por universidade, em sua sede, não se estendem a cursos oferecidos fora de sua sede.

Art. 30. Os cursos superiores autorizados deverão iniciar suas atividades acadêmicas no prazo máximo de até doze meses, contados da data de publicação do ato legal de sua autorização, findo o qual este será automaticamente revogado.

Art. 31. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados mediante ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de direito, medicina, odontologia e psicologia dependem de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 32. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores ofertados por universidades, em sua sede, nos termos do artigo anterior, serão formalizados mediante atos do Poder Executivo, que fixarão o município e os endereços de funcionamento de suas instalações.

Parágrafo único. Os atos referidos no **caput** não se estenderão a cursos oferecidos fora da sede da universidade.

Art. 33. A autorização prévia de funcionamento de cursos fora de sede, ofertados por universidades, em conformidade com o disposto no art. 10 deste Decreto, será formalizada mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior

do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministro de Estado da Educação, que fixará o município e o endereço de seu funcionamento.

Art. 34. O Ministério da Educação, após a aprovação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os critérios e procedimentos para:

I – o credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior referidas no inciso III do art. 7º;

II – a autorização prévia de funcionamento de cursos superiores em instituições não universitárias;

III – o reconhecimento de cursos superiores, ressalvados os que dependem de deliberação individual da Câmara referida no **caput**; e

IV – a elaboração de regimentos por parte de instituições de ensino superior não universitária.

§ 1º Os critérios e procedimentos referidos no **caput** deverão levar em consideração, obrigatoriamente, os resultados da avaliação do Exame Nacional de Cursos e das demais avaliações realizadas pelo INEP.

§ 2º Compete ao Departamento de Políticas do Ensino Superior, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, considerando os resultados das avaliações realizadas pelo INEP:

I – a preparação dos atos necessários à execução dos procedimentos estabelecidos na forma do **caput**;

II – a instrução dos processos de deliberação obrigatória pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação; e

III – a expedição de notificação ao interessado na hipótese de indeferimento do pleito.

§ 3º Recebida a notificação de que trata o inciso III do § 22, o interessado poderá apresentar recurso ao Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, observado o prazo de trinta dias contados da expedição da notificação.

§ 4º Na apreciação do recurso de que trata o parágrafo anterior, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação poderá solicitar a manifestação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação sobre a matéria.

§ 5º No caso de decisão final desfavorável nos processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização prévia de funcionamento de cursos superiores,

Art. 38. Será sustada a tramitação de solicitações de credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, quando a proponente estiver submetida a processo de averiguação de deficiências ou irregularidades.

Art. 39. Os processos que, na data de publicação deste Decreto, estiverem protocolizados no Conselho Nacional de Educação serão deliberados pela sua Câmara de Educação Superior e submetidos à homologação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 40. Fica delegada ao Ministro de Estado da Educação competência para a prática dos atos referidos no § 1º do art. 8º, nos arts. 10, 13, 21, 23, 24, 26, 31, 32, 33, 35 e 36 deste Decreto.

Art. 41. Ficam revogados os Decretos nos 2.026, de 10 de outubro de 1996, e 2.306, de 19 de agosto de 1997.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor em 12 de julho de 2001.

Brasília, 9 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Paulo Renato Souza.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, pelo prazo de até 12 minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nordeste do Estado de Goiás é uma região rica e linda, mas seus recursos naturais e humanos não são devidamente valorizados. Os turistas se espantam com tanta beleza na mesma proporção que os moradores se assustam com tamanho desprezo por parte do Poder Público. Em março de 2004, durante visita ao nordeste goiano, no Município de Cavalcante, o Presidente Lula disse que “o povo não agüenta mais mentiras”. O mandatário acertou na frase, mas errou ao deixar a comunidade local à míngua de políticas sérias de desenvolvimento. O povo do nordeste não agüenta mesmo mais mentiras, inclusive aquelas acerca de seu futuro. Para os moradores, notadamente os descendentes dos bravos fundadores de quilombos, foi uma honra receberem em casa o Presidente da República, mas uma pena saber que isso valeu muito pouco além de ótimas imagens para a campanha de reeleição de Lula em 2006.

O que não falta ali são belas imagens, no lugar em que os especialistas em turismo batizaram de Caminho da Biosfera: a Chapada dos Veadeiros, um sítio natural

do Patrimônio Mundial, o Parque de Terra Ronca, o Vão do Paranã, o Vale da Lua e um dos maiores complexos espeleológicos das Américas em São Domingos. São vinte Municípios, todos catalogados como turísticos pela Agência Goiana de Turismo, a Agetur, que, junto com os demais órgãos do Governo do Estado, tem realizado esforços na região. Porém, infelizmente, as autoridades federais só vão ali tomar banho de cachoeira, e o que prometem é pura cascata. Olham as cavernas de São Domingos e voltam para Brasília, desejosos de que o povo da região continue na Pré-História. Faltam investimentos sérios para gerar empregos, porque senão os jovens que o Presidente Lula viu em sua visita não terão como ficar na terra natal, vão migrar para a periferia das cidades, para Goiânia ou o Distrito Federal. Falta, sobretudo, respeito.

O Presidente Lula ganhou a eleição em Cavalcante nos dois turnos. Foi lá, discursou e ficou tudo por isso mesmo. O Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, criou projetos, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano, o Nordeste Novo. Marconi atende ao povo na área social, constrói rodovias, investe no saneamento, pavimentação de ruas. No apoio à produção e ao comércio, Marconi instalou o Banco do Povo em todos os Municípios e emprega ali tudo o que ali arrecada. Fez um superprojeto de irrigação em Flores, benefício que será estendido ao Vale do Rio Correntes. A eletrificação rural, motivo para a visita do Presidente Lula à região, está chegando a todas as propriedades, inclusive às mais distantes, não por graça do Governo Federal e sim por política da Companhia Energética de Goiás, a Celg. Mas, sozinho, o Governo do Estado não dá conta. É preciso que o Presidente Lula vá ali não apenas em busca de belas imagens para a sua campanha reeleitoral. Como é que se pode dormir sossegado sabendo que na região o analfabetismo ultrapassa 22%, e que a taxa de mortalidade infantil é de quase quarenta crianças para cada mil nascimentos?

Está na hora de o Presidente da República minorar o sofrimento de um povo que ele mesmo, Lula, disse estar cansado de mentiras. Esta é a hora, Presidente Lula. O Governo Federal cumpriu sua meta de represar mais de 6% do PIB. E o nordeste goiano precisa muito. Em junho passado, o jornal **O Popular** discutiu a região como parte do seu eficiente ciclo de palestras e estudos denominado “Agenda Goiás”, que está ajudando a preparar o Estado para o período 2005/2015. Os índices apresentados no Agenda Goiás foram estarrecedores no âmbito do desenvolvimento e animadores quanto aos recursos naturais. Está no relatório do Agenda Goiás que dos 30 Municípios goianos onde a pobreza é mais intensa, 16 estão no nordeste

do Estado de Goiás. Dos 20 Municípios da região, 15 estão entre os menores Índices de Desenvolvimento Humano, o IDH.

Washington Novaes, o jornalista que mais entende de meio ambiente no Brasil, assegura que “o cerrado detém um terço da biodiversidade da fauna e da flora do Brasil” e que “o nordeste goiano é decisivo para a preservação do cerrado”.

Apresentei uma proposta de emenda à Constituição, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, com a finalidade de incluir o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. A medida é fundamental, segundo os ecologistas. Novaes alerta: “É preciso conter o desmatamento e transformar fragmentos do cerrado em unidades de conservação, para que se possa estudar a biodiversidade, fonte de novos medicamentos, novos alimentos e novos materiais. Seria importante criar um centro de pesquisa da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros”. Dinheiro existe, tanto dos bilhões de reais que o Governo Federal paga em juros quanto o que sobra nos Ministérios, porque a incompetência impede de gastar. Mas há dinheiro também internacional. Washington Novaes lembrou, no Agenda Goiás, “que na Convenção sobre Mudanças Climáticas, em Buenos Aires, foi aprovada a inclusão de pequenos projetos de reflorestamento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pelo qual países ricos podem financiar projetos que reduzam emissões de poluentes e descontá-las de suas emissões próprias para cumprir o Protocolo de Kyoto”. Basta agora apenas orientar os produtores da agricultura familiar, inclusive os dos assentamentos, a fazer projetos, certificá-los e encaminhá-los para as fontes financiadoras. Nem isso o Governo Federal está fazendo.

Ainda bem que tem gente interessada no desenvolvimento do Nordeste, não com os bilhões de que dispõe o Governo Federal, mas com muita vontade de trabalhar pela região. Nessa lista, estão os Deputados Federais Carlos Alberto Leréia, Jovair Arantes, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Sérgio Caiado e Vilmar Rocha, para citar apenas os mais votados nos Municípios. Também os Deputados Estaduais Ernesto Roller, Kennedy Trindade e Iso Moreira, além de suplentes como Marcelo Augusto, José Eliton Figueiredo, o doutor Eltin e Doriocan Santos. Acompanho a luta de vereadores e prefeitos, asfixiados pelos repasses de FPM cada vez menores e atribuições cada vez maiores. Eles têm um grande parceiro, o Governo do Estado de Goiás, através de órgãos como Agepel, AGDR, Agetop, Agetur, Celg e Seplan. Felizmente, o Governador Marconi Perillo se lembrou do esquecido Nordeste. Enquanto governantes levavam para lá apenas o desprezo, Mar-

coni levou duas unidades da Universidade Estadual de Goiás, a UEG, em Posse e Campos Belos, além da UEG de Formosa, em que metade dos alunos é do Nordeste goiano.

O caminho do conhecimento é tão belo quanto o da biosfera. Washington Novaes, em suas pesquisas sobre o Nordeste goiano, concluiu ser necessário “investir em ciência, pois só assim o desenvolvimento e a preservação ambiental andarão juntos. A educação rural, com técnicas apropriadas e adaptadas ao meio, é fundamental para conter o êxodo”. Se o Governo do Presidente Lula tivesse realmente como prioridade o desenvolvimento regional, descobriria que com pouco dinheiro a Embrapa faria um trabalho fantástico em favor do Nordeste. Só que a Embrapa está sucateada, como os demais organismos federais de pesquisa. É uma pena, pois o Nordeste goiano, além de lindo, é fértil.

No final dos anos 70 e início da década seguinte, o Governo de Goiás fez o Projeto Alto Paraíso, para aproveitar o clima do lugar e produzir frutas. Infelizmente, a administração seguinte abandonou o projeto. Eu fui Promotor de Justiça na região, atuando em Alto Paraíso, Campos Belos, Cavalcante, Divinópolis, Posse, São Domingos e Teresina de Goiás. Dava dó passar pelas estradas e ver, às margens, dezenas de máquinas paradas por conta da desativação do Projeto Alto Paraíso, com prejuízos ainda não superados na geração de emprego e renda. Foi um erro que ainda pode ser corrigido. O clima continua propício, as pessoas continuam trabalhadoras e a terra permanece à espera do tal do desenvolvimento sustentável. Já se produz alimento como o trigo e é possível fazer do Nordeste o celeiro do biodiesel, preservando o Cerrado e levando prosperidade financeira para os moradores da região. Há investidores privados com interesse e um mercado consumidor do tamanho do planeta, falta apenas maior vontade política.

A emissora Globo News está exibindo um documentário feito no Nordeste goiano que o Presidente Lula e seus auxiliares deveriam ver. Deveriam ouvir os líderes comunitários Cirilo Santos, Ester Fernandes e Lionida Castro dizendo que a população do Vão do Paranã nunca se sujeitou nem aos senhores de escravo e não vai se sujeitar ao atraso. Deveriam dar voz aos produtores rurais e aos descendentes dos quilombos, porque a visita do Presidente Lula colocou fogo no pavio da demarcação de terra. As comunidades negras, principalmente a Calunga, querem o que têm direito e o que lhes foi prometido pelo Presidente da República. Por seu lado, os fazendeiros desejam que seja cumprida a Constituição Federal, com indenização prévia e justa pelas terras e benfeitoras. Simples.

Basta o Governo Federal cumprir suas promessas e respeitar a Constituição.

Assim como o Nordeste do Brasil, o nordeste de Goiás aguarda a atenção das autoridades. O Ministério do Turismo, muito bem conduzido pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, tendo auxiliares do nível da ex-Deputada Nair Xavier, poderia ajudar mais a região, para o potencial se transformar em dividendos. O outro Ministro eficiente de Lula, Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, deveriam resolver as questões de demarcação, além da situação dos assentados, que penam com a falta de sementes, financiamentos, maquinário. O Ministro da Defesa, José Alencar, Vice-Presidente da República, também dispõe de condições de colaborar com a região sem gastar um centavo sequer. Os Estados de Goiás e da Bahia têm uma questão de fronteira, já resolvida pelo Supremo Tribunal Federal e ainda não executada, porque resta a parte do Exército Brasileiro. Seria um grande ganho para as duas unidades da Federação. Portanto, o Nordeste goiano precisa de muita coisa, mas todas factíveis. O que o povo ali não agüenta mais são as mentiras e pelo menos nisso o Presidente Lula tem toda razão.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço, Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Demóstenes, ouvi com atenção o depoimento de V. Ex^a sobre a Chapada dos Veadeiros. Pergunto se esse incêndio trouxe um prejuízo muito grande às pesquisas que V. Ex^a aponta. Estou apenas vendo o discurso de V. Ex^a, claro que o lerei com mais atenção.

Nesses últimos dias, fiquei muito constrangido, Senadora Heloísa Helena, com o prejuízo que trouxe ao ecossistema dessa região o incêndio que dela tomou conta. Não sei se vai prejudicar o objetivo do pronunciamento importante de V. Ex^a. Então, é um alerta a todas as autoridades comprometidas com esse sistema no sentido de que devemos acompanhar de perto. Desejo que V. Ex^a continue nessa fiscalização e nas propostas de pesquisas, principalmente porque envolvem dinheiro e estamos sofrendo muito com a falta de pesquisas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim à tribuna, Senadora Heloísa Helena, um pouco preocupado com o grande número, Sr. Presidente, Senador Tião

Viana, de queixas de grampos telefônicos. É claro que tenho outros assuntos a tratar, mas, nos últimos dois ou três dias, tenho visto quase que uma síndrome do número de Parlamentares que estão apresentando queixas sobre censura telefônica, Senador Paulo Paim. Isso me assusta um pouco porque, há mais de dois anos, Senador Heloísa Helena, vim a esta tribuna – aliás, desde o outro mandato, Senador Pedro Simon –, queixar-me da falta de fiscalização sobre o grampo telefônico. Nós somos relatores da Lei nº 9.038, que facilita às autoridades policiais e judiciárias – nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – mecanismos para apurar o crime organizado. Falo da censura, da escuta ambiental, da infiltração e de tantas outras medidas que a Polícia e o Ministério Público sempre reclamaram no que se refere à falta de possibilidade legal de alcançar aqueles que, através dos telefones, comandam o crime organizado.

Apresentei um projeto criminalizando a entrada ilegal de telefones celulares nos presídios, o que até agora se constitui apenas em falta administrativa. Qualquer um que levar um telefone para um preso não responde por crime. Entendemos, então, que tem de criminalizar. Não deve mais haver essa liberdade. Inclusive, falando com um diretor de uma das empresas de telefonia celular, ele me disse que eles instalam um sistema de bloqueio, Senador Tião Viana, mas chega um guarda do presídio e desliga. O preso continua conversando, porque é manual o sistema; ele não pode bloquear toda a região. Para bloquear o presídio, tem de ser instalado dentro do presídio. Ao desligar, o funcionário, que, infelizmente, recebe por corrupção, acaba ligando e volta a funcionar. São coisas graves. Temos de tomar muito cuidado. Tudo isso eu já tinha preparado desde ontem.

Pela manhã, minha mulher ligou, aflita, meio desesperada. Como tenho um filho e uma nora que são delegados de polícia disse a ela que lhes pedisse ajuda. Isso porque o escritório que tenho em São Paulo foi assaltado. Ela recebeu o recado do vizinho e correu para lá. Mas, para não ir sozinha, não se sabe se tem bandido ou não dentro, ela foi acompanhada da minha nora. O portão da frente estava trancado com cadeado, tudo em ordem, Senador. Mas, quando entraram pelos fundos, a porta dos fundos e a porta principal de acesso estavam arrombadas. Arrombadas mesmo! Quebraram tudo. Arrombaram. O sistema de alarme foi desligado – arrancaram toda a fiação – e estouraram o controle elétrico da caixa de distribuição elétrica da casa.

Em princípio, pedi para não mexer em nada para fazer uma perícia. Pedi à Polícia de São Paulo, o 36^a Distrito para registrar. Aparentemente, minha mulher,

que conhece bem tudo que tem no escritório, não senti falta de nada, a não ser por terem mexido em papel, empurrado mesas e tudo.

Fico aqui um pouco preocupado, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, Senador Álvaro Dias, V. Ex^a que já sofreu também censura telefônica e nos descrevia – achou que não devia tomar providência porque não traria vantagem alguma. Pode ter, Senador. Não posso chegar aqui e dizer que é o Governo que está fazendo isso. Fico raciocinando como o Governo poderia fazer um trabalho deletério desse. Não vejo interesse. Pode haver sim grupos interessados em fazer um choque entre a Oposição e a Situação.

O que aconteceu? Sou membro das três CPIs e tenho me mantido dentro do critério de respeito, quieto, feito os requerimentos, as perguntas, sem nenhum tipo de alarde.

Nos últimos dias, participei de uma reunião reservada em que fui convidado pelo Senador Amir Lando, Presidente da CPMI do Mensalão, com o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que é o Relator, o Senador Rodolpho Tourinho, que tem feito um excelente trabalho, por ser chefe da Subcomissão de Circulação Financeira dentro do sistema do Marcos Valério, Delúbio Soares e tantos outros. Apareci na imprensa, ontem e anteontem, como tendo participado. Não dei uma declaração, Senador – recusei-me a dar – porque a conversa era reservada e ficaram responsáveis em falar com a imprensa o Senador Rodolpho Tourinho e o Relator. Alguns dados sigilosos que foram fornecidos, nenhum de nós pode falar a respeito, porque têm que ser investigados, Senadora Heloísa Helena. E há coisas graves naquilo que o Marcos Valério deu como pessoal e pediu reserva, até que possamos comprovar os fatos por ele apontados, como aqueles que já contribuíram com o fundo de atendimento às necessidades de composição.

Ouçõ com prazer o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, apenas para cumprimentá-lo pela atitude que sempre adota de muita tranqüilidade e de responsabilidade, até como Corregedor da Casa. É lamentável o que ocorre hoje no Brasil, essa arapongagem institucionalizada, bisbilhotar a vida alheia, afrontando esse direito à privacidade das pessoas através das escutas telefônicas. V. Ex^a sabe muito bem, porque tem qualificação profissional para avaliar essa situação, que é difícil comprovar e provar quem é o responsável pelo grampo telefônico. A menos que se dê um flagrante, que se pegue em flagrante a pessoa buscando o material resultante da escuta telefônica. Por essa razão – e V. Ex^a fez referência – tive, há dois meses...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me ter relatado, mas o de V. Ex^a é mais grave porque

tinha todos os dados e as referências de onde estava sendo feito o grampo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Houve o grampo até a informação do cabo 66, par 3, parte secundária, enfim detalhes técnicos do grampeamento do telefone. E não tomei providência alguma; ao contrário, desautorizei a providência tomada. O chefe do meu escritório representou ao juiz, e, quando eu soube da representação, liguei ao juiz e disse: desconsidere. Não quero providência alguma, porque não sei se o grampo é oficial. O juiz – é claro – vai valer-se da Polícia Federal para fazer a varredura, realizar a investigação. E se o grampo for oficial? Ao invés de fazer a varredura, vai-se instalar um equipamento ainda mais moderno, mais sofisticado, para que a escuta possa ser ainda mais eficiente? Então, desautorizei qualquer providência. Creio, Senador Tuma, que a solução é proceder como Tancredo Neves, que dizia que telefone se usa só para marcar o endereço do encontro, e ainda o endereço errado do encontro. É o que dizia Tancredo Neves.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Usa para contra-informação.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Exatamente. O meu telefone, podem grampear, não há problema algum, podem escutar, não há problema da minha parte, embora eu condene isso. Entendo que é deplorável, é uma atitude reacionária. Não há mais espaço, com a evolução democrática que o País alcançou, para esse tipo de procedimento, para essa prática que é muito antiga, que deveria ter sido sepultada já há muito tempo no nosso País. Então, a nossa condenação, mas nenhum receio da nossa parte de que isso possa se fazer em relação aos nossos telefones.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, agradeço o aparte...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, permite-me um aparte na seqüência?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu também gostaria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concederei em seguida a V. Ex^a.

A Lei nº 9.296, da qual fui relator, é clara na possibilidade da escuta telefônica autorizada pelo juiz competente. Ninguém mais pode autorizar, e ele tem a obrigação de fiscalizar e, permanentemente, acompanhar. Então, a introdução de qualquer nome falso é crime, como é crime o grampo telefônico ilegal. Senadora, há pena de dois a quatro anos, conforme o art. 10 dessa legislação, para aquele que quebra o sigilo da responsabilidade de guardar o sigilo da escuta oficialmente autorizada.

Hoje falei com a Polícia Federal, que queria tomar providência. Mas, eu já havia tomado pela Polícia Civil. Eu pediria encarecidamente que a investigação fosse feita de forma permanente. Sabemos que há detetives particulares e escritórios que fazem propaganda todos os dias no jornal. Isso é uma agressão a qualquer pessoa com dignidade. Há casos em que o marido ou a mulher vai ao escritório pedir para se fazer escuta telefônica. Pelo amor de Deus! Isso está nos jornais todos os dias. Eles anunciam em qualquer jornal, revistas também publicam endereços de detetives particulares que fazem a escuta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, à Senadora Heloísa Helena.

Desculpe-me, Presidente, só mais um minuto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, de forma muito rápida quero cumprimentar V. Ex^a por trazer este tema à tribuna do Senado Federal. Está tão banalizada a questão dos tais grampos que, em qualquer boteco na esquina, quem quiser compra aparelhos que gravam quem bem entender. Não sei que validade pode ter essa história dos grampos. Confesso que, há muito tempo, toda vez que uso meu telefone, ouço, do outro lado, parece-me, um gravador rodando. Não dou a mínima bola nem estou dizendo que fui ou não grameado, porque isso não me tem preocupado. Mas, se fizessem uma varredura nos telefones de deputados federais e senadores, garanto a V. Ex^a que – embora seja no campo apenas de indicação – verificariam que a maioria está grameada. Não sei que valor pode ter essa forma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, deixe-me prestar um esclarecimento a V. Ex^a. Qualquer chiado no telefone não é indicativo de grampo, mas deficiência da transmissão ou qualquer interferência ambiental. Hoje, com o guardião que a maioria das polícias tem e que alguns governadores compraram – equipamentos canadenses e israelenses –, há filtros em que a transmissão é muito mais clara do que a que naturalmente usamos.

Quando eu era 1^o Secretário, pedi encarecidamente que o nosso sistema de telefonia mantivesse vigilância permanente. Eu mesmo fui lá umas três vezes para ver como estava funcionando a varredura permanente nos telefones da Casa, porque também podemos ser grameados aqui dentro. Se alguém for à caixa e puxar a ligação, ninguém perceberá. Faz-se necessária uma vigilância permanente. O chiado, às vezes, não representa nada.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só para concluir o meu aparte, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me por interromper V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Meu escritório foi assaltado três vezes, e não acharam nada. Já achamos grampo no escritório, mas não acharam nada. Podem continuar grameando quem quiserem e assaltando quem quiserem, porque não vão achar nada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Assaltar, não! Pelo amor de Deus! De repente, matam alguém! Aí, não adianta.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mas, quanto ao meu escritório, podem continuar que não vão achar nada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, em seguida o Senador Pedro Simon, se a Presidência autorizar, ainda porque essa questão está afligindo muito a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, a Mesa vai colaborar, pela importância do tema tratado, mas solicita a V. Ex^a que, além da Senadora Heloísa Helena e do Senador Pedro Simon, não conceda mais apartes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeitamente.

Ouçõ a Senadora Heloísa Helena; em seguida, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. Ex^a entende ambos os lados: o do Governo e o da Oposição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senadora Heloísa Helena.

Em seguida, o Senador Pedro Simon. Agradeço muito os apartes.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Esse tipo de escuta clandestina, ou qualquer outro nome que seja dado, do ponto de vista da minha vida pessoal e política, realmente não me incomoda, porque não tenho absolutamente nada a ser descoberto. Então, quem quiser continuar fazendo isso, se tem algum distúrbio sexual e precisa monitorar a vida pessoal dos outros, se tem alguma canalhice política... Quem anda fazendo essas coisas é capaz de muitas outras. Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, com muita responsabilidade, dizia que não pode acusar ninguém. No entanto, não tenho dúvida de que, nesse mundo da política, tem gente capaz de tudo; tem gente capaz de matar, roubar, caluniar e liquidar qualquer um que passe pela sua frente. Em algumas situações, porém, isso fica no nível do insuportável. Sei que V. Ex^a, de pronto, quando fiz a denuncia há três meses, encaminhou-a à Polícia Federal e estabeleceu mecanismos de monitoramento. Fica insuportável quando essas bocas de latrina pusilânimes...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Bocas malditas.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – (...) essas bocas pusilânimes, bocas de latrina ligam para as

pessoas de tal forma, dando detalhes, com requinte de perversidade do que vão fazer com você ou com seus filhos!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aí, é inaceitável.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Isso vai para o nível do insuportável. E o pior é quando tentam criar o terror na casa, com os filhos, com as pessoas que trabalham na casa, com as pessoas que não têm nada a ver com isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É covardia.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente isso. Então, se alguém gosta de ficar monitorando a vida alheia porque tem algum problema sexual ou algum outro problema, que vá se tratar, ou outra coisa. Agora, essas bocas de latrina pusilânimes ficam ali ligando, dizendo detalhes do que vão fazer, do que podem fazer, como vão pegar, como vão matar, o que vão retirar do corpo da pessoa. Esse tipo de coisa está no nível do esgotamento total. Então, que poupem pelo menos – porque amedrontar não vão conseguir – as nossas crianças, as pessoas que estão na casa trabalhando, que não têm nada a ver com essas bocas pusilânimes, de latrina, que infelizmente gosta de aterrorizar a vida das pessoas. É só isto: poupem, pelo menos, quem, de fato, nada tem a ver com esse mundo maldito da política.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a tem toda razão. Isso é covardia, próprio de quem não tem caráter para enfrentar qualquer desavença. Então, faz pelas costas, merecendo, portanto, o repúdio de todos nós. Desse modo, estamos solidários, sempre, por tudo aquilo que vem acontecendo a V. Ex^a, principalmente pela sua coragem no enfrentamento àquilo que vem acontecendo constantemente neste Congresso Nacional.

Ouçõ o Senador Pedro Simon, último aparteante.

Não posso conceder mais apartes, Senador Eduardo Suplicy, pelo compromisso que tenho com a Presidência. Estou proibido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a está abordando um problema muito importante. Estava contando agora para o meu amigo, Senador Paim, algo de quando eu era ainda deputado estadual, logo no início, quando veio a ditadura. Lá no Rio Grande do Sul, limpavam todo mundo, cassaram, e sobrei eu, que estava mais ou menos para ser; terminei presidente do Partido. Estava reunido e veio essa boataria toda – os telefones estavam todos grampeados, não sei o quê, o que se faz, o que se não faz. Aí, apareceu um delegado de polícia, dizendo-se do MDB, e veio escondido falar comigo. Ele disse duas coisas: “Deputado, cuidado que sabemos que o Dops infiltrou dois agentes lá no 9º andar” – era o andar do MDB na assembléia.

Perguntei: “Como é que vou ver?” Ele disse: “Não, ver não dá para ver, mas o senhor deve notar; são os dois que quando se perguntar o que fazer, vão dizer: vamos atirar uma bomba. Os mais radicais, os mais fanáticos, aparecem em tudo que é reunião, não sei o quê. Desconfie. Esses são os caras”. Aí, perguntei: “o que deveria fazer com esse negócio que estavam anunciando, que estão gravando os telefones?” E isso naquela época, lá atrás. Ele disse: “Um conselho, Deputado: fale no telefone o que o senhor pode falar na frente do delegado de polícia. O que é para não falar não se fala no telefone. Telefone não é instrumento para falar”. Alias, quem fazia isso era o Dr. Tancredo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O Dr. Tancredo, presidente eleito da República, ninguém conseguia que ele falasse qualquer coisa pelo telefone. Uma vez – e isso ficou célebre –, houve um problema enorme, e o Dr. Ulysses telefonou para ele em Nova Iorque. Era um general de quatro estrelas que tinha tomado uma atitude e mandado prender etc... Foi uma confusão dos diabos. E o Dr. Tancredo dizia: “Mas eu não estou escutando nada, Dr. Ulysses! O que é?” E o Ulysses: “Mas como não está escutando? Eu estou escutando bem!” Ele ficou um tempo enorme e depois desligou o telefone, porque o Dr. Tancredo não estava ouvindo nada. O que é meio surpreendente – e sinto com toda a sinceridade, porque isso já começou no início do Governo – é que há dois movimentos dentro do Governo: tem o velho PT, tradicional, composto por gente séria, responsável, que mantém o esquema de segurança, adaptou-se ao governo; está gostando muito e usa isso sem nenhuma cerimônia. Eu não vejo muita saída para isso. Com toda a sinceridade, eu não vejo muita saída para isso. Eu confio na boa vontade do Ministro da Justiça, mas não confio que ele tenha forças para chegar até os esquemas que estão lá. Lamentavelmente, com relação ao esquema de telefonia e de escuta de telefone, o Brasil é um dos piores países do mundo. Hoje, isso é usado de todas as maneiras. Lamentavelmente, temos de reconhecer que não é só a polícia que faz isso: uma empresa que está interessada em outra empresa, um marido que quer saber por onde andou sua mulher. Esse serviço é oferecido pelos jornais a toda hora. A mim já vieram procurar, lá no Rio Grande do Sul: “Senador, V. Ex^a quer? Eu vejo para V. Ex^a o que é, onde é, eu lhe digo se apuro ou não”. Isso é algo tão anárquico, tão irresponsável e imoral que não sabemos como começar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço-lhe, Senador Pedro Simon, e lhe digo: tem até tabela de preço.

Senador João Alberto, o Senador Heráclito e a Senadora Roseana Sarney tiveram um entrevisto à época das eleições. Pedi, então, uma investigação especial, que agora foi acrescida do requerimento de V. Ex^a, do Presidente Sarney e do Senador Edison Lobão sobre alguns movimentos tentando desmoralizá-los. Primária foi uma escuta telefônica que teria interceptado conversa entre o Senador Heráclito e a Senadora Roseana pelas coincidências que ocorreram. Eu recebi o relatório reservado da Polícia Federal, que não pode ser usado, e eu vou pedir ao Presidente Nelson Jobim uma audiência, na qual pretendo solicitar que S. Ex^a autorize que o inquérito seja feito por Brasília, para que realmente possam ser esclarecidos todos os fatos que afligem V. Ex^a e os nossos companheiros aqui.

Eu agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Romeu Tuma, levarei a manifestação de V. Ex^a e os apartes dos Srs. Senadores ao Presidente Renan Calheiros, entendendo que uma ameaça à integridade de um Senador é uma ameaça à integridade do Senado Federal.

Com a palavra o nobre Senador João Alberto.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Suplicy e, em seguida, o Senador Mão Santa.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Senador de São Paulo, Sr. Presidente Tião Viana, quero expressar a minha solidariedade e preocupação com respeito ao assalto, informado agora, ao escritório do Senador Romeu Tuma, colocando-me à disposição de S. Ex^a também para ajudar em São Paulo no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Puxa, Senador, eu não sabia! Assaltaram o escritório de V. Ex^a?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi esta noite, eu não sabia, só soube agora. É sobre isso que eu ia falar, já havia preparado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É provocação, estão querendo desmoralizar todos nós. Sinto-me assaltado. Não vou dar tapa em ninguém, mas eu me sinto assaltado junto com V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– Senador Mão Santa tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, Senador Tião Viana, eu gostaria de

me inscrever para uma comunicação inadiável no momento em que V. Ex^a achar oportuno. Se possível, até neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– V. Ex^a está inscrito nos termos do § 2º do art. 158 do Regimento Interno. O segundo inscrito para uma breve comunicação é o Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o nobre Senador João Alberto, que dispõe de até 12 minutos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que vou abordar nesta fala é o turismo, com particular enfoque à cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

O turismo no Brasil, com suas eficiências e deficiências, está cada vez mais presente no rol das preocupações dos governantes. Não é sem justa razão, pois esse setor é um dos principais instrumentos do nosso tempo para criar emprego e gerar renda.

Nosso País tem tudo para ser um paraíso turístico. Digo mais: o Brasil tem condições de ser uma soma de paraísos turísticos naturais com as praias do Nordeste, a Amazônia, o mundo mágico dos folclore regionais, o Rio de Janeiro, Brasília, o Maranhão, a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e os demais Estados, uma vasta gama de opções que, bem estudadas, planejadas e exploradas, têm condições de atrair boa parte do fluxo turístico previsto para os próximos anos.

E atentem, Srs. Senadores: em 1999, segundo a Organização Mundial do Turismo, 663 milhões de pessoas se deslocaram no mundo para fins turísticos, gerando, nos países anfitriões, uma receita de aproximadamente 456 bilhões de dólares. A mesma organização prevê, para os próximos vinte anos, um crescimento do setor de, em média, 4,1% ao ano, atingindo, em 2020, um total de 1,6 bilhão de turistas.

Cálculos do Conselho Mundial de Viagens e Turismo prevêem que a participação do turismo no PIB mundial, em 2010, chegará à cifra de US\$6,6 trilhões. Este montante fabuloso impressiona ainda mais se considerarmos que o fluxo turístico se tem concentrado em apenas dez países no mundo num universo de duzentos pesquisados: França, Espanha, Estados Unidos, Itália, China, Reino Unido, México, Canadá, Polônia e Áustria.

Nosso País tem condições e precisa tornar-se um destino almejado por grande parte dos turistas que procura o lazer em contato com a natureza, conhecendo povos, culturas e histórias diferentes.

São Luís, a nossa capital do Maranhão, é uma cidade ainda pouco explorada nesse setor, mas um ponto turístico de particular valor no Brasil em razão da história dessa cidade, palco de atuação e lutas de índios, franceses, portugueses e holandeses. É uma cidade

pródiga de natureza, singularizada pela peculiaridade do modo de ser de seus habitantes, extremamente animados, sempre disponíveis para festas, para o carnaval, para os folguedos de julho, para o Bumba-Meu-Boi e outros; capital do *reggae* brasileiro, berço de poetas e escritores famosos, que enriquecem e enriqueceram a literatura brasileira de perenes valores universais.

No campo da arquitetura, a cidade possui o maior conjunto arquitetônico de origem portuguesa do Brasil. Por isso, em 1997, recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Localizada na ilha de São Luís, no denominado Golfão Maranhense, era habitada pelos índios Tupinambá, imemoriais senhores da Ilha Grande, por eles chamada de Upaon-Açu, e abraçada pelos rios Anil e Bacanga.

São Luís foi fundada em 1612 pelos franceses, dos quais recebeu o nome de São Luís em homenagem a Luís XIII, então menino e futuro rei da França.

No centro histórico de São Luís não apenas os azulejos, as sacadas das mansões senhoriais, os telhados, as pedras de cantaria têm história: as ruas, os becos, as praças foram cenário de existências e vivências marcantes, tornando-se acervos da memória do povo maranhense e de boa parte da história do Brasil. Seus personagens são ricos de vida e de significado, fonte de mitos e tradições, de trabalho, de humor e de sofrimento. Ruas como a atual João Victal, ex-beco da Pacotilha, encerram lembranças que são pulsações do passado da cidade, traduzem sentimentos, tradições e costumes que fazem de São Luís uma realidade-evento singular, específica, rica, antropológicamente única. Uma síntese prototípica da História do Brasil, pois no seu seio caldearam-se o negro, o tupinambá e o europeu.

No imaginário popular, tornaram-se lendas a Baronesa de São Bento, Catarina Mina, escrava alforriada que se tornou, por seu trabalho, engenho e arte, símbolo de coragem, inteligência e empreendimento.

O Palácio dos Leões, com suas feições robustas do barroco colonial, guarda a história da administração do Estado. Foi residência oficial e local de despacho dos governadores. Foi restaurado por José Sarney, esse nosso Senador, que hoje não está neste recinto, quando, na década de 60, governou o Maranhão. Posteriormente, sob a administração de Roseana Sarney, São Luís recebeu elevados, avenidas novas, largas e de grande fluidez.

A seu lado, plantada no litoral ocidental maranhense, Alcântara, antiga capital, acervo arquitetônico e paisagístico e, hoje, centro de lançamento de foguetes. Carregada de história e de sofrimento, símbolo de força e tenacidade.

Do ponto de vista ecológico, nada mais sugestivo e belo do que as paisagens do Parque Nacional dos

Lençóis Maranhenses. Extensas dunas, largas praias, lagoas de água límpida, o rio Preguiças e o farol de Mandacaru, no Município de Barreirinhas.

Existem ainda as lindas cachoeiras da progressista cidade de Carolina.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, São Luís tem tudo para ser um entre os muitos paraísos turísticos do Brasil. É necessário que o Governo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – PI) – Concedo o aparte com muita satisfação, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Alberto, realmente V. Ex^a está descrevendo tão bem quanto Gonçalves Dias, que disse “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá. As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – PI) – Queira Deus que eu não morra sem ver!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São Luís tem tudo. Bastaria lembrar que é historicamente conhecida como a Atenas do Brasil, uma capital cultural, com um passado cultural, de uma biblioteca, de um teatro. Padre Antônio Vieira viveu 89 anos, 52 anos no Brasil, e, talvez, a maioria dos anos pregando, escrevendo cartas, também famosas, do Maranhão. Sabe o que está faltando em São Luís, no Maranhão, no meu Piauí e no Brasil? É aquilo que V. Ex^a deu, quando, em poucos meses, foi talvez o melhor Governador da história do Maranhão e do Brasil: segurança. Sou vizinho e vi: os bandidos todos passavam para o Piauí porque tinham medo de João Alberto. Qualquer que seja o futuro Presidente, ele tem que pensar no nome de V. Ex^a. Então, o que atrasa o turismo no nosso País é a falta de segurança. Vim da Suíça e vi velhinhos de 90, 100 anos namorando nas praças, nas ruas, todos bem vestidos. Isso é impensável no Brasil, pois falta aquilo que V. Ex^a deu ao Maranhão: segurança, que é o fundamental para que se fortaleça o turismo no Brasil.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Gostaria também de dizer que, quanto estive na Europa, na Noruega, houve um seqüestro no Rio de Janeiro, e a manchete dos jornais era só sobre o seqüestro.

Realmente, para que se tenha essa atração turística no Brasil é necessário que haja segurança, não tenho dúvida nenhuma, mas também são necessários outros cuidados.

Não gostaria de falar sobre isso agora, mas V. Ex^a faz com que eu saia um pouco do meu roteiro. Tive

uma reunião, no Senado, com médicos do Brasil – eles estavam aqui por causa de uma reunião que estava havendo em Brasília – e eles me forneceram dados importantíssimos, dados que afastam o turista do nosso País. Diziam eles que, no Brasil, temos a média de 15 ratos por habitante. Isso não existe mais em país europeu. Temos, também, 250 baratas por habitante.

Ora, para que o Brasil se torne um paraíso turístico, é necessário que também se faça esse combate. A alimentação também é importante. Quem já esteve na Europa pôde verificar. O europeu visita muito outros países. A França recebe 30 milhões de turistas por ano. O Brasil recebe, ao ano, três milhões de turistas, pela pesquisa que fiz. E é claro que temos muito mais condições que esses países. Lá fora, você não encontra nenhuma ave. São países pequenos. O que é a Holanda? As cidades de Amsterdã, Roterdã e Haia ficam uma pertinho da outra, a distância é menor que de Teresina a Parnaíba, ou Buriti, ali perto. É como se saíssemos da capital, andássemos mais 80 quilômetros, 100 quilômetros, e chegássemos a outra cidade grande da Holanda.

Temos condições de trazer esses turistas para cá, mas é preciso uma política sobre turismo no Brasil.

Quero encerrar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que é necessário que o Governo invista mais no setor. O turismo cria empregos, o turismo gera renda, e, dessa forma, poderíamos minorar as dificuldades do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador João Alberto.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos iniciar este pronunciamento fazendo uma prestação de contas da nossa atuação junto a vários Ministérios e a órgãos em Brasília, na semana que passou, na busca para a solução de alguns problemas do meu Estado de Mato Grosso.

Na semana que passou, estive, juntamente com o Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, com vários Parlamentares da Bancada Federal do nosso Estado, com Secretários de Estado e com o Prefeito de Rondonópolis, Sr. Adilton Domingos Sachetti, todos, enfim, em conjunto, num esforço contínuo para garantir que o nosso Estado e o nosso povo recebam as obras e os investimentos a que têm direito.

O Senador Eduardo Siqueira Campos chegou.

Estou usando da palavra em seu lugar, por permuta, porque V. Ex^a não estava presente, mas já deixei

a minha inscrição para V. Ex^a. Agradeço antecipadamente, apesar de ter sido um atraso para V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senadora Serys Slhessarenko, apenas para que não fique registrado como um atraso, explico: eu estava nas dependências da Casa, atendendo a Prefeitos que estão me visitando, quando o Dr. Carreiro me consultou, e eu disse que aceitaria, com o maior prazer, que se fizesse a permuta. Teremos uma tarde inteira para nos pronunciarmos. Ouvi-la antes de falar, é sempre um privilégio para nós desta Casa e para mim pessoalmente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Senador Eduardo Siqueira Campos, agradeço muito a V. Ex^a. Não quis dizer que V. Ex^a chegou atrasado, mas que não estava no plenário. Para mim, foi interessante porque eu tive esta possibilidade. Agradeço muito a V. Ex^a pela permuta.

Como eu dizia, na semana que passou, atuamos em vários Ministérios e em alguns órgãos junto com nossa Bancada, de todos os Senadores e Deputados – alguns estavam presentes e outros não puderam comparecer –, e com o Governo do Estado de Mato Grosso.

Gostaria de deixar bastante claro que temos divergências permanentes com o Governador Blairo Maggi, do PPS, mas, quando buscamos melhores condições e possibilidades de desenvolvimento para o nosso Estado de Mato Grosso, temos de estar juntos, sim. É responsabilidade de todos os políticos de Mato Grosso o desenvolvimento e a busca da melhoria da qualidade de vida da população do nosso Estado.

Nós, Parlamentares, haveremos de passar. Os que governam hoje podem não governar mais amanhã. Temos de ter a consciência do caráter transitório de nosso trabalho, pois exercemos o poder eventualmente. Mas a população de nosso Estado está em permanente expectativa de que nós, em Brasília, estamos buscando as melhores condições de desenvolvimento para o Estado que representamos. E eu não titubeio em fazer isso, eu não vacilo, independente da coloração partidária.

Há uma questão extremamente importante: as estradas de Mato Grosso. Digo que é extremamente importante, porque, repito sempre, é um Estado produtor de matéria-prima, que precisa de estradas e ferrovias. Em Mato Grosso, temos a Ferronorte, que já alcançou o Alto Araguaia, mas precisamos que chegue a Rondonópolis e a Cuiabá. Existe uma discussão maior, a Norte-Sul, que interessa muito ao Tocantins, Senador Eduardo Siqueira Campos. Quero juntar as minhas forças às suas e às de toda a população do Tocantins e de Mato Grosso, para que a Norte-Sul se realize. Abro um parêntese para dizer a V. Ex^a que conte conosco nessa empreitada.

Mas, voltando às nossas rodovias, a BR-364 tem três trechos extremamente importantes prontos, e continuaremos lutando aqui para que seja assim em todo o seu percurso.

O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, anunciou que dia 10 de novembro, portanto daqui a poucos dias, estará assinando convênio para asfaltamento e construção de pontes que interligam a BR-58. É da mais alta relevância que esse convênio seja assinado. Ele conta com recursos do Governo Federal, devido a emendas de todos os Parlamentares da Bancada de Mato Grosso – Deputados, Deputadas, Senadores e Senadora. A maior Bancada feminina do Congresso Nacional é a de Mato Grosso, com três Deputadas – já chegou a ter quatro, com uma Suplente – e uma Senadora.

Além desse parêntese, quero deixar claro que recursos de emendas de todos os Parlamentares da Bancada foram somados para a realização do asfaltamento da BR-158, que será um por um: recursos do Governo Federal e recursos do Governo Estadual. Então, a BR-158, que as pessoas dizem que há mais de 30 anos não é resolvida, dará um salto qualitativo em termos de construção de asfalto e de pontes, que vão, mais ou menos, de Ribeirão Cascalheira – há 17 quilômetros ainda nessa parte – até Poço da Mata, e seguirá **a posteriori** também.

A BR-163 é uma outra dificuldade que temos, principalmente, para o escoamento da produção para o Pará via Porto de Santarém. Em Mato Grosso, a BR-163 já está asfaltada, mas deixa muito a desejar, pois o asfalto tem vinte nos e está totalmente deteriorado, quase que acabado, mas está sendo restaurado. A restauração, bastante avançada, está sendo feita por meio de um programa que ainda não é o melhor, o tal do “creminha”. É ainda uma restauração fraca, não sei como a denomino. Mas, enquanto se elabora o projeto da restauração “definitiva” – embora estrada asfaltada nunca tenha restauração definitiva, apenas por um prazo bem maior – temos esses “creminhas”, que segurarão até que se elabore o projeto e sejam aprovados os recursos para uma restauração mais permanente.

Também estão avançando as possibilidades de se construir a BR-63, dentro do Estado o Pará. É tão importante esse asfalto no Pará para o Mato Grosso, quanto o asfalto da BR-163 em Mato Grosso, porque o caminho é encurtado pela metade com a saída da produção do nosso Estado por Santarém e não pela Região Sul do País.

No mesmo dia em que estivemos resolvendo o problema das estradas com o Ministro dos Transportes, estivemos também com o Ministro das Cidades, ocasião em que vários projetos foram discutidos, e com a Ministra Marina Silva, com quem discutimos o cancelamento

do programa BID-Pantanal. Esse programa, em termos de ações, era importantíssimo, mas estava trazendo uma desvantagem muito grande para o Governo brasileiro e, automaticamente, para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O convênio gerava mais gastos e despesas com os juros pagos ao banco do que com o que era investido. Por isso foi cancelado. Todos nós, inclusive os governadores, consideramos que essa foi a melhor solução.

No que diz respeito a ações importantes tanto para Mato Grosso quanto para Mato Grosso do Sul, a partir da discussão do Governador Blairo Maggi, do Governador Zeca do PT e da Senadora Marina Silva, haverá condições de desenvolvimento de muitas ações previstas no BID-Pantanal.

Eu teria uma série de outras questões para falar a respeito desse importante momento de busca de melhores condições para nosso Estado, que aconteceu na semana que passou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ainda tenho mais cinco minutos, Sr. Presidente? Três?

Além dessa breve prestação de contas – eu até já fiz alusão ao tema, mas gostaria que ele ficasse registrado na íntegra.

Sou autora do projeto que transforma o ano 2006 em ano nacional de Santos Dumont, que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Sem dúvida nenhuma, o grande brasileiro Alberto Santos Dumont é uma personalidade que precisa ser muito mais lembrada e muito mais reverenciada pelo nosso Brasil afora.

Foi no ano de 1906 que Santos Dumont tentou e realizou...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Dois minutos. Depois, o senhor me dá mais um.

... esse feito inédito, assombrando a população do País, que foi a conquista de levantar vôo com um aparelho mais pesado que o ar, sem o auxílio de um balão.

O 14-Bis, seu primeiro avião, foi levado para o campo de Bagatelle, e a multidão parisiense acompanhou curiosa mais aquela experiência. Pilotado por Santos Dumont, o 14-Bis se ergueu a mais de dois metros do solo, mantendo essa altitude ao longo de 60 metros. Foi a consagração definitiva do inventor brasileiro.

A imprensa mundial noticiou a proeza e, hoje, quando vemos milhares e milhares de aviões encurtando as distâncias entre os povos, temos de nos

recordar desse dedicado cidadão brasileiro. Por esta invenção, Santos Dumont é justamente considerado, por muitos, o Pai da Aviação.

Todos sabemos da pretensão dos Estados Unidos de fazerem dos irmãos Wright os pioneiros nesse tipo de vôo...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... mas a história registra que eles só realizaram a sua primeira demonstração pública em 1908. Não deixam, é claro, de ter a sua importância nesse processo, mas a primazia é, sem dúvida nenhuma, de Santos Dumont, esse grande brasileiro, que, sempre que realizava uma nova conquista, tinha o costume de comemorá-la desfraldando a Bandeira brasileira.

No ano de 2006, quando se comemora 100 anos daquele primeiro vôo, lá, no campo de Bagatelle, nada mais justo do que o Congresso Nacional, o Governo do Brasil, os Governos Estaduais, as Assembléias Legislativas, as Prefeituras e as Câmaras Municipais, a sociedade civil organizada, toda a nossa cidadania, todos os brasileiros e brasileiras se irmanarem para destacar a trajetória desse inventor, desse brasileiro, deste ser humano tão especial que foi Alberto Santos Dumont.

Santos Dumont era um idealista, isso é o que fica evidente em todas as obras que já se escreveram a seu respeito. A vida de Santos Dumont não era guiada pelo profissionalismo, Santos Dumont jamais imaginou que poderia lucrar com a invenção que perseguiu com tanta tenacidade.

De acordo com dados de estudiosos, um dos grandes problemas do Brasil é a falta de proteção ao patrimônio nacional.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nobre Senadora, fizemos aqui uma cerimônia especial para o Dia do Aviador, da qual V. Ex^a participou. Mas há algo que tem me afligido há algum tempo: uma propaganda de televisão. Vimos o Presidente Lula e o Presidente Putin com um militar, da nossa Aeronáutica, que vai fazer o vôo com uma equipe russa para uma esfera próxima à Lua. E há uma propaganda de um veículo – não vou citar o nome, porque isto não é uma crítica – em que alguém diz assim: “Um dos pilotos fará um vôo à estratosfera”. Quatro recuam, só um fica parado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Desculpe-me, não ouvi.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sinto um pouco de amargura. Parece que...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não ouvi a sua colocação no final, porque...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – São cinco.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fardados como se fossem da Aeronáutica. Aí, alguém diz: “Um dos nossos pilotos participará da viagem à estratosfera. Quem é o candidato?” Quatro recuam, e um fica parado. Nem vai para frente, nem para trás. Então, senti um pouco de desprestígio aos oficiais da Aeronáutica – pode ser que eu esteja enganado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Isso em quê?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Na televisão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não vi.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Em uma propaganda de um veículo. Todos ficam para aproveitar o preço de um veículo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É complicado, realmente!

De acordo com dados de estudiosos, um dos grandes problemas do Brasil é a falta de proteção ao patrimônio nacional. Um dos fatos mais lastimáveis, constatado pelo professor Henrique Lins de Barros, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, que fez uma acurada pesquisa sobre a vida de Santos Dumont ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... muita informação sobre o grande inventor foi perdida com os anos. Por isso, o fato é que ainda há muito o que descobrir sobre a sua trajetória, seus estudos, as diversas nuances de sua personalidade.

O fato de definirmos o ano que vem, o ano de 2006, como “O Ano Nacional Santos Dumont” certamente que há de impulsionar, ainda mais, os estudos e as pesquisas em torno de Santos Dumont. Esta é uma das principais razões que nos fizeram apresentar este projeto.

Tizuka Yamasaki, inclusive, essa grande produtora e diretora cinematográfica, está estudando a possibilidade de se fazer um filme a respeito da vida de Santos Dumont, o que vai servir de exemplo principalmente para a nossa juventude, para as nossas crianças, no que diz respeito à persistência e à pertinácia de uma pessoa na busca da concretização dos seus ideais e dos seus sonhos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

Hoje, desta tribuna gostaria de registrar e comemorar a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da proposta de minha autoria que fixa o ano de 2006 como "O Ano Nacional Santos Dumont".

Sem dúvida nenhuma que o grande brasileiro Alberto Santos Dumont é uma personalidade que precisa ser muito mais lembrada e muito mais reverenciada, aqui em Brasília e pelo Brasil afora.

Foi no ano de 1906 que Santos-Dumont tentou e realizou este feito inédito, assombrando a população de Paris, que foi a conquista de levantar vôo com um aparelho mais pesado que o ar, sem o auxílio de um balão.

O 14-BIS, seu primeiro avião, foi levado para o Campo de Bagatelle. E a multidão parisiense acompanhou curiosa mais aquela experiência. Pilotado por Santos Dumont, o 14-BIS se ergueu a mais de dois metros do solo, mantendo esta altitude ao longo de sessenta metros. Foi a consagração definitiva do inventor brasileiro. A imprensa mundial noticiou a proeza e hoje quando vemos milhares e milhares de aviões encurtando as distâncias entre os povos, temos que recordar deste dedicado cidadão brasileiro. Por esta invenção, Santos-Dumont é justamente considerado, por muitos, o Pai da Aviação.

Todo nós sabemos da pretensão dos Estados Unidos de fazer dos irmãos Wright os pioneiros neste tipo de vôo, mas a história registra que eles só realizaram a sua primeira demonstração pública em 1908. Não deixam, é claro, de ter a sua importância neste processo, mas a primazia é, sem dúvida nenhuma, de Santos Dumont, esse grande brasileiro que, sempre que realizava uma nova conquista, tinha o costume de comemorá-la desfraldando a bandeira brasileira. No ano de 2006, quando se comemora 100 anos daquele primeiro vôo lá no Campo de Bagatelle, nada mais justo do que o Congresso Nacional, o Governo do Brasil, os governos estaduais, as Assembleias Legislativas, as Prefeituras e Câmara Municipais, a sociedade civil organizada, toda a nossa cidadania, todos os brasileiros e brasileiras se irmarem para destacar a trajetória desse inventor, desse brasileiro, deste ser humano tão especial que foi Alberto Santos Dumont.

Santos Dumont era um idealista, isso é o que fica evidente em todas as obras que já se escreveram a seu respeito. A vida de Santos Dumont não era guiada pelo profissionalismo, Santos Dumont jamais imaginou que poderia lucrar com a invenção que perseguiu com tanta tenacidade.

De acordo com dados de estudiosos, um dos grandes problemas do Brasil é a falta de proteção ao patrimônio nacional. Um dos fatos mais lastimáveis, constatado pelo professor Henrique Lins de Barros, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, que fez uma acurada pesquisa sobre a vida de Santos Dumont, muita informação sobre o grande inventor foi perdida com os anos. Por isso, o fato é que ainda há muito o que descobrir sobre a sua trajetória, seus estudos, as diversas nuances de sua personalidade.

O fato de definirmos o ano que vem, o ano de 2006, como "O Ano Nacional Santos Dumont" certamente que há de impulsionar, ainda mais, os estudos e as pesquisas em torno de Santos Dumont. Esta é uma das principais razões que nos fizeram apresentar esta proposta.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

Gostaria aqui de prestar conta dos contatos que fiz durante esta semana, junto aos Ministérios aqui em Brasil, em companhia do governador Blairo Maggi, de companheiros da bancada federal, de alguns dos secretários de Estado de Mato Grosso e do prefeito de Rondonópolis, o ilustre Adilton Sachetti, dentro daquele esforço contínuo que vimos desenvolvendo para garantir que nosso Estado e nosso povo recebam as obras e os investimentos do Governo Federal a que tem direito.

Entendo que esta é uma parte muito importante do mandato que recebi da população de Mato Grosso e tenho procurado cumpri-la com a maior dedicação, não deixando me embarçar pelo fato de que integro a bancada do PT no Congresso Nacional e lá em Mato Grosso contamos com um governador que pertence aos quadros do PPS, partido hoje que se encontra em oposição ao Governo Lula.

O fato, todavia, é que os investimentos que buscamos não são buscados para beneficiar ao PT ou ao PPS, mas são buscados para beneficiar o povo de Mato Grosso que deve ser o sujeito principal de toda esta nossa história. Nós, parlamentares, haveremos de passar. Os que hoje governam, amanhã podem não governar mais. Devemos ter a consciência do caráter transitório que tem o poder que eventualmente exercemos. O povo, todavia, está sempre aí, na expectativa de melhores dias e é esse povo que precisa ser o centro de nossas atenções. Então, quando se trata de garantir benefícios para aqueles que vivem e trabalham em Mato Grosso, não tenho vacilado em dar as mãos ao governador do PPS, aos parlamentares do PSDB, do PFL, dos mais diversos partidos, no sentido de garantir que essas obras apareçam.

Nem sempre temos sido tratados com a mesma cortesia por parte dos nossos adversários, mas isso não haverá de modificar a minha postura, já que acredito que, no final das contas, o povo haverá de reconhecer quem não se deixa levar pelos interesses mesquinhos.

Felizmente, no governo Lula, este entendimento de os governantes e os parlamentares não devam ser discriminados por pertencerem a este ou aquele partido, este é um entendimento que tem prevalecido e tem feito a diferença no que se refere aos bons resultados que nosso governo tem conseguido. Está de parabéns o presidente Lula, estão de parabéns os nossos ministros, por fazerem vigorar esta lógica de que os interesses do povo são superiores aos eventuais interesses paroquiais e partidários.

Esta foi mais uma semana de muito trabalho e, na quarta-feira, tive a honra de participar de um mutirão de visitas, ~~ao lado de~~ governador Blairo Maggi, que começou pelo Ministério das Cidades. No ministério, fomos recebidos pelo Ministro Marcio Fortes que nos garantiu que até o final do ano estará ajudando a cidade de Rondonópolis e outras cidades de MT, a resolverem suas carências no que se refere à garantia de recursos para infra-estrutura urbana.

O nosso empenho, quando desenvolvemos esta mobilização em favor de recursos, visa garantir que seja ofertada uma melhor condição de vida àqueles que fazem o progresso e o desenvolvimento de Mato Grosso. Todos os senhores e senhoras sabem que nosso Estado é palco de um crescimento populacional vertiginoso – o que amplia, incessantemente, a necessidade de novas moradias, a necessidade de ampliação da rede de esgotamento sanitário, a necessidade de ampliação da rede de abastecimento de água potável, da ampliação da oferta de transporte coletivo de qualidade, de multiplicação das vagas nas escolas públicas e do atendimento médico-hospitalar na rede de saúde mantida pelo poder público, além de outras conseqüências que é fácil imaginar.

Pudemos constatar que o prefeito de Rondonópolis, Adilton Sachetti, está muito preocupado em garantir o asfaltamento daquelas ruas e avenidas de seu município por onde circulam os linhas de ônibus que atendem à população daquela cidade. A garantia que tivemos do Ministro Márcio Fortes foi de que haverá um esforço especial por parte do Ministério das Cidades no sentido de que se liberem os recursos que já há um bom tempo vem sendo pleiteado pela administração de Rondonópolis no sentido de garantir o atendimento a esta demanda.

A caravana de Mato Grosso, esteve também no Ministério dos Transportes onde fomos muito bem recebidos, como sempre acontece, e o ministro Alfredo Nascimento anunciou que irá até Mato Grosso, no próximo dia 10 de novembro, daqui a poucos dias, portanto, para assinar convênios para asfaltamento e construção de pontes que interligam a rodovia BR-158.

Será certamente um dia de festa para a população de Ribeirão Cascalheira e de todo o Vale do Araguaia, receber o nosso ministro, receber as demais autoridades do Governo Federal, receber as autoridades do Governo Estadual e todos nós, parlamentares, que também lá estaremos para assinar os protocolos que garantirão a liberação de 30 milhões de reais, resultantes da Emenda da bancada de Mato Grosso ao Orçamento da União, para serem

o mais rapidamente possível aplicados naquela rodovia tão estratégica para o desenvolvimento de toda a nossa região. *Sim, porque é uma rodovia que vai consolidar a ligação entre o Mato Grosso e o Pará, permitindo que os grãos que Mato Grosso produz sejam transportados com muito maior agilidade até o Porto de Santarém.*

Com a conclusão do asfaltamento de BR-158, a nossa certeza é de que o Vale do Araguaia e toda aquela de fronteira entre Mato Grosso e o Pará, além dos municípios limítrofes do estado de Tocantins e Goiás também vão se beneficiar de um surto de desenvolvimento como nunca antes se viu. Se ali está se estabelecendo uma nova fronteira para a produção agrícola, com a ampliação dos campos cobertos pelas lavouras de soja e algodão, principalmente, com a estrada concluída o incentivo aos negócios será intensificado, e a vida de todo o povo daquele importante pedaço do Brasil haverá se beneficiar, pois surgirão novos empregos, a circulação de mercadoria e de pessoas será facilitada, e todas as perspectivas de desenvolvimento que se constata que estão reprimidas no Vale do Araguaia, serão facilitadas a partir desse investimento que está sendo garantido pelo Governo Lula, pelo Governo do Partido dos Trabalhadores.

Para nossa satisfação, além dos recursos para a BR 158, tivemos do Ministro Alfredo Nascimento também a garantia de que outra importante rodovia de Mato Grosso, outro importante eixo estruturante do desenvolvimento de nossa região, que é a BR-364, receberá, nos próximos dias, novos e importantes investimentos.

Além da liberação da emenda de bancada de minha autoria – no valor de R\$ 18.700 milhões, o Ministro Alfredo Nascimento confirmou a liberação de ~~mais R\$ 21 milhões~~ *+ Recursos* para a conclusão do trecho Sapezal/Comodoro, para o término da Travessia de Sapezal e para a continuidade do trecho da Rodovia que começa no município de Novo Diamantino.

O Governo Lula, portanto, não está parado, como insistem em dizer algumas aves de mau agouro. O Governo Lula está investindo, decididamente, para que as ligações viárias de Mato Grosso se consolidem e todos aqui nesta Casa sabem o quanto estas rodovias são importantes dentro da cadeia produtiva da soja, da cadeia produtiva do algodão, da cadeia produtiva da carne bovina, da cadeia produtiva da carne suína, setores em que a economia de Mato Grosso, nestes últimos anos, vem mostrando uma pujança que destaca nosso Estado não apenas aos olhos dos brasileiros mas de todo o mundo.

Para não dizer^{plu} que só falamos de estradas e de produção agrícola, quero destacar que, na quarta-feira, neste mutirão de visitas que fizemos aos ministérios, também tivemos a oportunidade de falar de flores.

Digo isto porque também estivemos no Ministério do Meio Ambiente, com a Ministra Marina Silva e ali, mais uma vez ao lado do governador Blairo Maggi, ouvimos da ministra Marina o seu compromisso de garantir um projeto de desenvolvimento para o Pantanal, que agora não terá mais a participação do Banco Mundial, mas seguirá um modelo que será definido pelos governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Ministério de Meio Ambiente.

Todos nós sabemos que Mato Grosso tem sofrido muito, nestes últimos tempos, com as críticas que se fazem à depredação que o meio ambiente sofre em nossa região. No afã de produzir, muitas vezes, os produtores não conseguem preservar. Essa é uma das dificuldades^{relacionadas} com as quais sofremos e temos visto o governador Blairo Maggi ser muito cobrado pela destruição de nossas florestas, a partir da expansão da fronteira agrícola. Como grande produtor e exportador de soja que é, Blairo Maggi muitas das vezes tem ficado em sinuca de bico. Mas, da mesma forma que já critiquei muito o governador Blairo Maggi pelos descasos que comete com relação ao enfrentamento das queimadas em Mato Grosso, não poderia deixar de me somar a ele nesse esforço para^{que} o Pantanal Mato-grossense conte com um projeto de desenvolvimento que o preserve enquanto santuário ecológico de toda a humanidade. É um esforço louvável e nosso propósito e acompanhar as reuniões que se farão entre Blairo Maggi e o governador Zeca do PT, no sentido de garantir um projeto que se coadune com as expectativas daquelas comunidades que vivem no Pantanal e daquelas comunidades que se preocupam com o Pantanal.

Esse, senhor presidente, senhoras e senhoras senadoras, era o relatório que tínhamos para apresentar à esta Casa, e também aos cidadãos e cidadãs, sobre os diversos contatos que desenvolvemos, esta semana, em favor de novos investimentos para Mato Grosso.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Serys Slhessarenko, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, do Tocantins, pela Liderança do PL, de acordo com o parágrafo único do art. 66, do Regimento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Eu gostaria de me inscrever como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será inscrita. Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, depois, a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente, serei rigoroso com o horário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, passando pelo plenário, quando me dirigia ao gabinete, observei que estava na tribuna o Senador Romeu Tuma – o ilustre Senador Romeu Tuma –, falando exatamente sobre um assunto que hoje é muito comentado por este País afora. Aliás, não só hoje, mas, de algum tempo para cá, esse assunto tem sido extremamente comentado, que é a questão dos grampos, sobretudo dos grampos telefônicos.

Sr. Presidente, tenho essa preocupação já há algum tempo. Creio que temos de fazer uma lei mais dura com referência ao grampo telefônico irregular. Isso é uma coisa absurda! Por exemplo: no meu querido Estado do Tocantins, a população vive em pânico, sobretudo os políticos que são adversários do atual Governador ou do seu grupo, ou da sua equipe. É algo espantoso! Lá, todas as conversas realizadas por telefone, sobretudo por telefones celulares, depois de cinco minutos são do conhecimento do Palácio Araguaia. Ficamos, então, a nos perguntar: qual é a solução para este problema?

Aqui, em Brasília, há denúncias todos os dias. Nesta semana, houve denúncias de Parlamentares que são Relatores e que fazem parte das CPIs, seja da CPMI da Compra de Votos, da Investigação dos Bingos, enfim, das três CPIs que estão funcionando.

Há poucos dias, há mais ou menos dois meses, o Deputado Vicentinho Alves fazia uma denúncia da tribuna da Assembléia Legislativa do nosso Estado. Disse S. Ex^a que o Governo do Tocantins estaria utilizando grampo ilegal. Para isso, estaria usando a Polícia Civil do Estado como argumento de fazer um grampo ilegal, inclusive em todos nós, políticos. O mais comum hoje, Sr. Presidente, por incrível que pareça... Hoje ouvi o Senador Romeu Tuma fazer um comentário interessante... Aliás, esta semana, um Parlamentar disse, não sei se o Deputado ACM Neto ou se um Deputado por São Paulo, o Presidente do Conselho de Ética, melhor dizendo, quem o disse foi um repórter, ou seja, que por telefone, não se pode tratar de nenhum assunto, independentemente do teor da conversa: se sigilosa, se de família, se pessoal. Não se pode tratar nada por telefone. Isso em nível de todo o Brasil; no Tocantins, é bem pior, Sr. Presidente! Lá, todos os políticos do Estado – o comentário é geral – estão com essa suspeita de grampo. O Governo do Estado tem de esclarecer essa situação, porque vou fundo nessa questão, vou ao Ministro da Justiça, vou apresentar requerimento aqui no Senado Federal para que seja investigado pela Polícia Federal, porque isso é um

verdadeiro absurdo! As pessoas não têm privacidade neste País em suas conversas, sobretudo quando se trata de questões relativas ao nosso Estado!

Os políticos sem mandato, os adversários do atual Governo do Tocantins vivem em um verdadeiro terrorismo.

Senador Romeu Tuma, outro dia, um ex-prefeito conversava comigo ao telefone acerca de questões afeitas ao Governo do Estado. Meia hora depois, já estavam ligando para ele do Palácio. A prova está aí, cristalina, de que existe, sim, o grampo, que as conversas estão sendo gravadas.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador, Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a tem razão, Senador. Nesta oportunidade, gostaria de fazer referência a um requerimento de minha autoria, encaminhado à Secretaria Nacional de Segurança Pública, a qual tem financiado a compra de parte dos equipamentos relacionados com o grampo telefônico, no sentido de solicitar para o Congresso Nacional uma relação com o nome de todas as pessoas, das empresas ou das Secretarias de Segurança e dos Governos estaduais que adquiriram tais aparelhos: o Guardião, ou o israelense, ou o canadense. Hoje, soube que o Governo do Estado de Mato Grosso comprou o Canadense. É interessante sabermos quais os Estados adquiriam tais aparelhos. Não adianta falar em chiado na ligação telefônica, porque há filtros. Portanto, não dá para identificar se está ou não grampeado, a não ser se for em flagrante.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Também eu quero apor minha assinatura nesse requerimento – acredito que a maioria da Casa também –, para que possamos esclarecer esses fatos, que são extremamente graves.

Inclusive, Senador Romeu Tuma, quando V. Ex^a falou em Guardião, lembrei-me de que já me disseram que o Tocantins comprou o tal Guardião, parece-me que um aparelho israelense...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Esse aparelho foi desenvolvido pelas Superintendências da Polícia Federal do Paraná e do Rio Grande do Sul, e uma empresa construiu. O Guardião é um dos que mais têm sido financiados pela Secretaria Nacional de Segurança. Temos também um equipamento israelense, que, segundo sei, o Governo de São Paulo comprou. Já o Estado de Mato Grosso – hoje me informou o Secretário – comprou o canadense. Essas compras têm metade de seu valor financiado pelos programas do Governo e a outra pelo Governo estadual. Trata-se de algo que temos de analisar, já que se trata de um

sistema eficiente, que grava em DVD, e não há como identificar simplesmente porque há qualquer chiado. Inclusive já sai praticamente degravado, sequer se tem o trabalho de saber o que foi conversado. Repito: trata-se de algo que tem de ser controlado, e com rigidez, pelo Judiciário, quando autoriza, e tem de haver, por parte do Conselho Nacional de Justiça, um sistema de vigilância permanente sobre essas autorizações.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, solicito mais um minuto para concluir.

Com os esclarecimentos feitos pelo Senador Romeu Tuma, também quero apor minha assinatura – repito – à solicitação de S. Ex^a inscirta nesse requerimento. Quero dizer aos homens e às mulheres do Tocantins que estamos atentos e preocupados com essa situação extremamente lamentável.

A Assembléia Legislativa do nosso Estado, por intermédio do Deputado Vicentinho Alves e da nossa Bancada, já se manifestou pedindo providências. Mas, até agora, nada foi esclarecido. Reitero que possamos esclarecer essa questão, coibindo esse tipo de abuso, esse absurdo, esse método desleal e desonesto que está sendo praticado no Tocantins para investigar e ouvir conversas de pessoas não ligadas ao Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo; em seguida, a concederei à Senadora Lúcia Vânia, pela Liderança do PSDB.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^s e Srs. Senadores, considero positiva a decisão do Presidente Lula em participar do “Programa Roda Viva, edição nº 1000”, que irá ao ar na próxima segunda-feira. Por isso, encaminhei a Sua Excelência a seguinte mensagem:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Desejo parabenizá-lo pela decisão de participar da edição de número mil do programa Roda Viva. O diálogo freqüente com a imprensa é uma forma democrática de garantir a transparência da gestão e esclarecer as posições adotadas pelo Governo. Acredito que nessa oportunidade poderá apresentar um balanço de suas realizações expondo a maneira como pretende alcançar os objetivos e metas que foram objetos de compromisso de campanha.

A disposição de V. Exa. em dar uma entrevista nos moldes do Programa Roda Viva

constitui uma ação consistente com o seu propósito de contribuir para que a verdade completa sobre os fatos que preocupam a nação venha à tona. **(sic)**

O abraço amigo.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Sr. Presidente, por diversas vezes tenho instado o Presidente Lula a dar mais entrevistas coletivas à imprensa. Pensando em um diálogo mais freqüente, sugeri a Sua Excelência uma visita ao Congresso Nacional com a finalidade de dialogar com os Senadores e Deputados, porque tenho notado que a imprensa se queixa da escassez de entrevistas dadas pelo Presidente Lula.

É normal, em um regime presidencialista, que o Presidente conceda entrevistas coletivas freqüentemente aos jornalistas, mas isso nem sempre tem ocorrido. A imprensa registrou que a última, e quase a primeira entrevista coletiva, aconteceu no último 26 de abril. Desde então, não houve mais entrevistas. De quando em quando percebemos certos entevros, inclusive em situações em que o Presidente não se sente confortável, tendo em vista a insistência de alguns jornalistas em fazerem as mesmas perguntas. Anteontem, por exemplo, após uma cerimônia de caráter internacional, o Presidente, ao se encontrar com os jornalistas, que insistiam em fazer-lhe perguntas sobre o episódio relativo à eventual doação que pudesse ter sido feita por país ou organização estrangeira ao PT, o Presidente chamou os jornalistas de mal-educados porque tinham levantado a voz. Ora, se houvesse a disposição freqüente e organizada do Presidente de dialogar com a imprensa, situações como esta, provavelmente, não ocorreriam.

Certamente, o Programa Roda Viva, atualmente coordenado pelo jornalista Paulo Markun, é um dos melhores programas de entrevistas da televisão brasileira. Para o milionésimo programa, segundo informa a Rádio e TV Cultura, os jornalistas convidados para entrevistar o Presidente serão aqueles que já foram âncoras do programa ou coordenadores das entrevistas, como hoje o é Paulo Markun. Estarão lá, entre outros, Rodolfo Gamberini, Augusto Nunes, Roseli Tardelli, que certamente farão perguntas as mais pertinentes, que serão objetos de esclarecimento para o Presidente.

Saúdo a Rádio e TV Cultura pela excelência do Programa Roda Viva e, sobretudo, pelo fato de terem convidado, insistentemente, o Presidente da República e por não ter havido, segundo informou o próprio jornalista Paulo Markun, qualquer exigência de parte a parte. O programa será realizado no Palácio do Planalto, diferentemente do que normalmente é feito, no

estúdio da RTC, mas ocorrerá sem qualquer tipo de limitação, Senador Mão Santa, para os jornalistas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)
– Com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a é Senador não só do Brasil, mas do mundo. Com muito orgulho, participei da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quando V. Ex^a a presidiu. Então, quero aproveitar a oportunidade... Atentai bem. Olhai para cá, é mais importante do que o jornal...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)
– Claro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu já vivi, fui prefeiteiro e governei o Estado do Piauí, aconselhado por Alberto Silva. Então, quero dizer o seguinte – sou médico e posso falar de profilaxia – esse encontro com Bush, oriente lá, V. Ex^a que é mais preparado que o Lula, que é mais entendido das coisas. Olhai a posição – eu sei que o Bush é o Presidente – mas, para o mundo, Presidente João Alberto Souza, ele não significa um Bill Clinton. Todo mundo viu que o Bill Clinton, Senadora Heloísa Helena, acabou com as guerras da Bósnia, da Croácia, da Sérvia, da Irlanda do Norte, que era secular. Ele fez Rabin beijar o Arafat. Quer dizer, foi um homem... Saiu uma pesquisa agora, Senador Eduardo Suplicy – atentai bem –, dizendo o seguinte: se o mundo tivesse um presidente, Mandela, Senadora Heloísa Helena, seria o primeiro; o segundo, Bill Clinton. Então, que o Presidente Lula seja orientado por V. Ex^a, que tenha cautela nesse relacionamento com Bush, que não significa a paz mundial, mas a guerra, a atrocidade, daí as manifestações no mundo. Basta dizer que, na Argentina de Perón, de Eva Perón, o maior ídolo, que é o Maradona, está liderando as manifestações de repúdio à presença do Presidente americano. Então, foi um erro o relacionamento do nosso Presidente com o jornalista. Caberia ao Presidente da República o que o Presidente Sarney ensinou: “liturgia do cargo”. Foi o que aprendi com o Senador Alberto Silva: tem de ter a liturgia. Aquilo é clássico: ele convoca; o erro foi do Lula. Se eles aumentaram a voz, foi porque, há três anos, os jornalistas não merecem uma audiência com o Presidente da República. Esse é um fato que nos entristece.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)
– Mas é exatamente porque o Presidente resolveu aceitar...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas isso já passou, ninguém vai chorar o leite derramado. No entanto, advirto V. Ex^a, que presidiu a Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional deste Senado Federal, do comportamento de nosso Presidente com o Bush.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)
– Pois bem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Porque o Bush não significa a imagem de Bill Clinton, de Jimmy Carter, de paz, de pacificação, não. Então, o encontro de Bush com o Papa João Paulo II foi uma das coisas mais belas do mundo, que aviva a mente de todos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)
– Agradeço V. Ex^a pelo aparte, Senador Mão Santa. Quero dizer que, justamente pelo fato de o Presidente Lula ter aceitado realizar uma entrevista coletiva com jornalistas do Roda Viva é que quero enaltecê-lo.

V. Ex^a faz, justamente, referência ao Presidente Bush, que é o próximo tema que gostaria de tratar. Avalio muito importante o encontro que o Presidente George Walker Bush realizará na Cúpula das Américas, em Mar Del Plata, onde deverá se defrontar com protestos como o liderado pelo jogador Maradona. Acho-o importante.

Quero informar, Senador Mão Santa, que recebi o Cônsul-Geral e o Cônsul Político dos Estados Unidos na última segunda-feira, em São Paulo, porque gostariam ambos de dialogar comigo a propósito da visita do Presidente Bush. Considero muito importante, primeiro, que possamos ter relações de amizade com o povo norte-americano, com os Estados Unidos da América, e relações muito francas e sinceras com o Presidente daquele país, que, obviamente, precisamos respeitar por ter sido eleito diretamente pelo povo, ainda que tenha ocorrido ali problema por ocasião da primeira eleição, na Flórida.

Mas, nesta segunda oportunidade, o que é importante transmitir com sinceridade e franqueza são as nossas divergências. O Presidente Lula, por exemplo, com o respaldo de todos nós aqui no Congresso, não concordou com a ação bélica do Governo dos Estados Unidos para derrubar o Presidente Saddam Hussein. Seria preferível um caminho para uma transformação pacífica em direção à democracia no Iraque e nunca da maneira como aconteceu. Essa situação já custou a morte, até hoje, de mais de 26 mil iraquianos e de mais de dois mil norte-americanos. Tudo isso depois daquilo que foi chamado de o fim da guerra, porque continua existindo lá um estado de rebelião.

Acho que é importante também que o nosso Presidente Lula externe sua visão sobre a importância de darmos prioridade à integração econômica da América do Sul, em vez de aceitarmos aquilo que o Presidente Bush tem colocado, ou seja, de, prontamente, instituímos a Área de Livre Comércio das Américas, ainda mais sob o ponto de vista dos proprietários do capital

e não do ponto de vista dos seres humanos. É muito importante que os Chefes de Estado dos demais países das Américas digam ao Presidente dos Estados Unidos que, se for para haver uma real integração de nossas economias, que isso ocorra do ponto de vista da liberdade dos seres humanos e não apenas da liberdade de movimento dos capitais e dos bens de serviço.

Recomendei ao Presidente Bush, junto ao cônsul, que possa ele inclusive ter um diálogo franco com o jogador Maradona, quem sabe, na presença do Presidente Lula, do Presidente Chávez, para ouvir de Maradona também quais são as críticas que muitos na América Latina têm com respeito a certas ações do Presidente Bush, que, conforme o Senador Mão Santa salientou, não tem sido tão aceitas porque somos nós um povo muito mais amante da paz do que dos meios bélicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, PT, Rio Grande do Sul, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro e aquiescência da Senadora Lúcia Vânia, que quer falar após o Senador Paulo Paim.

S. Ex^a tem até 12 minutos para fazer o seu pronunciamento. Por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar hoje sobre a situação da Defensoria Pública da União, que cumpre um papel fundamental em defesa dos mais pobres deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição de 1988 definiu maiores liberdades e direitos aos brasileiros. Ela foi batizada – e eu fui Constituinte na época – de “Constituição Cidadã”, liderada, é inegável, pelo já falecido e líder Deputado Ulysses Guimarães. Ela trouxe sem sombra de dúvida, no seu contexto, preceitos fundamentais de liberdade, democracia e justiça social.

Sabemos que ainda há muito para avançar. Nesses 17 anos de promulgação, percebo que é preciso incluir alguns direitos, resgatar outros tantos que foram suprimidos e, principalmente, cumprir o que está escrito.

O art. 5º da Constituição Federal, Sr. Presidente, inciso LXXIV, diz o seguinte: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”

Sr. Presidente, o texto constitucional, nessa análise, é ilustrado pela jurista Ada Pellegrini, que fez a seguinte observação: “Pode-se dizer, pois, sem exagerar, que a nova Constituição Brasileira representa o que

de mais moderno existe na tendência universal rumo à diminuição da distância entre o povo e a Justiça”.

Temos, portanto, Sr. Presidente, a convicção de que os preceitos constitucionais não podem e não devem se tornar letra morta e, ainda, de que a prestação jurídica à população carente é uma forma de efetivamente democratizar a nossa Justiça.

Como todos sabemos, a Defensoria Pública da União é a instituição que tem por atribuição prestar a nobre função de garantir o acesso dos mais pobres, dos necessitados ao Poder Judiciário. Ela defende em juízo, no âmbito federal, aqueles que não podem pagar advogados.

Porém, Sr. Presidente, a Defensoria Pública da União agoniza por falta de estrutura necessária para atender àqueles que todos os dias batem à sua porta. Faltam defensores para atender toda essa demanda. O número de cidadãos e cidadãs carentes que chegam ao Judiciário Federal em busca muitas vezes de um simples benefício como o da previdência cresce todos os dias. E o quadro de defensores é somente de 112, totalmente insuficiente para atender o universo de milhões de brasileiros.

A prática de oferecer advogado às partes que não o tivessem, transformando a existência jurídica em um dever do Estado, é secular, vem do século VI depois de Cristo, quando o Direito Romano incorporou definitivamente essa garantia.

Destaco a importância, Sr. Presidente, do fortalecimento da instituição como garantia da cidadania aos mais pobres. A efetivação de uma sociedade livre, justa e solidária implica na atuação eficiente de suas instituições públicas.

Portanto, entendo, Sr. Presidente, ser de caráter emergencial a aprovação imediata de projeto de criação de pelo menos mais 169 cargos de Defensores Públicos que tramita no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que a instituição possa exercer, enfim, o seu papel fundamental de defesa daqueles que mais precisam na Justiça.

Agindo assim, o Governo Federal estará dando um importante passo para garantir que todo o nosso povo, principalmente os mais pobres, tenha como defender, com dignidade, seus direitos; pois democratizar a Justiça é a razão de ser das Defensorias Públicas.

Então, o apelo que faço, Sr. Presidente, é para que possamos garantir pelo menos 170 novos Defensores, porque são milhões, eu diria, que batem às suas portas e eles não podem fazer a defesa como é pleiteada.

Sr. Presidente, quero aprofundar na semana que vem, Senador Mão Santa, mas quero dizer que recebi, por parte da ONU, a missão de falar no Congresso Nor-

te-Americano sobre a questão racial no Brasil. Claro, o eixo é o Estatuto da Igualdade Racial, que espero que aprovemos no Congresso Nacional antes do dia 20 de novembro.

Faço questão, Sr. Presidente, de deixar aqui destacado que recebi uma carta chamada “Carta Aberta ao Estado e à Sociedade Brasileira”, dirigida pelo núcleo da Frente Parlamentar Contra o Preconceito Racial.

Essa carta, Sr. Presidente, que não precisa que eu leia na íntegra, em síntese, faz um apelo ao Congresso Brasileiro que aprove o Estatuto da Igualdade Racial. O Senador Rodolpho Tourinho está com ele pronto. Se depender de S. Ex^a, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o votará na próxima quarta-feira e ele vai para a Câmara.

Apelamos ao Presidente da Câmara para que coloque em votação, em regime de urgência, o Estatuto no plenário da Câmara, para que possamos tê-lo aprovado antes do dia 20. No mês de novembro, em Brasília, teremos duas grandes marchas: uma no dia 16 e outra no dia 22. Nós, que somos apoiadores dos movimentos sociais, estaremos apoiando as duas marchas, para que, quem sabe, no dia 20 possamos ver sancionado o Estatuto da Igualdade Racial.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a cada vez traz um assunto de grande importância para o País. Senador Alberto Silva, V. Ex^a que, sem dúvida, é o homem de maior experiência desta Casa e talvez da Pátria – daí ter sido escolhido Conselheiro da República – quero dizer que quando S. Ex^a fala em Defensoria Pública, todos se lembram do julgamento de Cristo. Que aquele seja o único sem advogado de defesa. As sociedades se organizaram e chegaram à conclusão de que a Justiça é boa, mas ela não pode ser somente dos ricos e dos privilegiados, porque pagar a Justiça, hoje, é uma atitude heróica e de poderosos. Mas, há os pobres, e a Justiça deve ser como o sol: igual para todos. E o Defensor Público recebeu o aposto até de “advogado dos pobres”. Olha, fui prefeito e coloquei essa função na minha prefeitura. Governador de Estado, seguindo o trabalho de Alberto Silva, nomeei um amigo de S. Ex^a como chefe, o Dr. Cadena Neto. Entreguei ao Piauí um palácio de defensoria pública; evidentemente, eu não podia, pelos preços, pelo orçamento, fazer o mesmo em todas as cidades – hoje, o Piauí tem 224 cidades. Governar hoje é como Peter Ferdinand Drucker diz: tem de ter inovação, invenção, imaginação, criação, coragem. Eu dava os DAS. Então, todas as cidades do meu Piauí

tinham advogados, coordenados por defensores públicos, que tinham como chefe o Cadena Neto. Milhares e milhares, porque nada mais triste do que o pobre não chegar ao banquete da Justiça. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.” É o discurso de V. Ex^a. Quanto ao outro, digo que sou orgulhoso do meu mandato, porque sou seu liderado por V. Ex^a na Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão. Uma das páginas mais bonitas da minha vida foi defender os quilombos Silva, lá em Porto Alegre. Alberto Silva, não é meio hectare. Os poderosos, os pecadores, esses imobiliários queriam tirar cerca de 16 famílias de negros, que traduzem todos os africanos, que traduzem também os lanceiros negros, aqui representados por Paulo Paim, expulsando-os da grande Porto Alegre. Seria a maior vergonha para a mais bela história do Brasil, a do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senador Mão Santa. A melhor forma que tenho, Sr. Presidente, de homenagear o Senador Mão Santa pelo aparte é pedir a V. Ex^a que considere lido na íntegra esse documento da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, pela aprovação do Estatuto, de que o Senador Mão Santa faz parte.

Sr. Presidente, registro ainda documento de apoio ao novo valor do salário mínimo de R\$400,00, que tem hoje a guarida, o apoio incondicional das centrais sindicais e das confederações de trabalhadores. Eu apresentei este projeto no início do ano, o PLS nº 314, que eleva em 1º de maio o valor do salário mínimo para R\$400,00. E os jornais do fim de semana destacaram que as centrais sindicais estão apoiando essa proposta, não por ser de minha autoria, porque a proposta de um projeto como este é da sociedade brasileira, é do Congresso Nacional, e quem vai ganhar, com certeza absoluta, são o Executivo, o Congresso Nacional e a sociedade. Mais de 100 milhões de brasileiros dependem desse salário mínimo.

Sr. Presidente, para concluir, cumprimento o Sesc pelo belíssimo trabalho que está fazendo, de implementação de uma lei aprovada por nós aqui no Congresso Nacional: o Estatuto do Idoso. O Sesc fez um belíssimo trabalho, que eu não poderei comentar aqui da tribuna devido ao tempo; realizou um congresso nacional em São Paulo, com a presença de milhares de lideranças dos idosos, cujo eixo foi a lei aprovada aqui no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente, mas lembrando que compete à sociedade implementá-la para não se tornar, como alguns dizem, letra morta.

Nesse congresso, o Sesc foi muito feliz, levantando cada ponto do Estatuto que não está sendo aplicado de forma adequada e cobrou uma atitude da sociedade, da associação de aposentados, do sindicato, da

mídia e de todos os setores da sociedade. O Estatuto do Idoso é uma obra brilhante do Congresso, um trabalho coletivo, cujo substitutivo foi aprovado aqui – eu apresentei o projeto original. Conforme congresso internacional realizado na Espanha, é uma das melhores obras do mundo em relação à terceira idade.

No entanto, a sua aplicação no dia-a-dia depende da sociedade organizada; é ela que vai fazer com que, efetivamente, aquilo que nós, os 81 Senadores e 513 Deputados colocamos ali, seja aplicado. Essa forma de o Sesc trabalhar, Sr. Presidente, nos anima muito, para mostrar que a lei, muito mais do que ser aprovada e sancionada nesta Casa, é a sua aplicação no dia-a-dia.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, faço aqui minhas homenagens ao Sesc pela forma como conduziu esse debate.

Para concluir, cito um exemplo: como recebo muitas correspondências nesse sentido, de cobrança da aplicação do Estatuto do Idoso, às vezes respondo lembrando a história do Garrincha. Queriam que ele driblasse os laterais, fosse à linha de fundo, cruzasse na cabeça do centro-avante, e este só faria o gol. Lembram-me, aqui, de que eram o Vavá e o Pelé. E o Garrincha perguntava: “Foi combinado isso com o time adversário?”. Ou seja, se não houver um trabalho sincronizado, articulado, implementado, o gol não acontecerá.

O gol acontece, no Estatuto do Idoso, com a participação de toda a sociedade organizada, porque todos nós...

(Interrupção no som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluo, Sr. Presidente, com essa frase: todos nós, se Deus quiser, vamos envelhecer. Nem todos, infelizmente, envelhecem. Digo infelizmente, porque alguns falecem antes.

Concluo relatando uma carta que recebi esta semana – lembrei-me agora de citar no encerramento e não vou passar um segundo do tempo limite –, de uma senhora com 90 anos, que diz o seguinte: “Que Deus abençoe o Congresso Nacional pelo Estatuto do Idoso”.

Há um outro documento, que vou comentar em outro dia, de um advogado de São Paulo que diz estar muito feliz, pois o Estatuto do Idoso está, de fato, ampliando o direito dos idosos.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas vezes as leis caem no descrédito da população porque as pessoas pensam que, uma vez lei, não exige mais esforços para ser cumprida.

Lamento, deveria ser assim, mas muitas vezes não é. Às vezes, mesmo utilizando a Lei, que é forte e legítimo instrumento de luta, precisamos perseverar com coragem, com ânimo, para alcançar nossos objetivos.

E é exatamente sobre isso que quero falar hoje. Sobre as reivindicações da sociedade quanto ao cumprimento da Lei e sobre exemplos de garra, sobre uma batalha vencida baseada na Lei 10.741/03.

Em 2003, ao mesmo tempo que comemorava os 40 anos de sua parceria com os idosos, o SESC saudou o Estatuto do Idoso, o surgimento de muitos Conselhos Municipais e Estaduais, aplaudiu a consolidação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso como órgão encarregado em decreto presidencial de cuidar do cumprimento do Estatuto do Idoso, e viu chegada a hora de promover um novo Encontro Nacional para Avaliação e Perspectivas da Implementação do Estatuto do Idoso.

Neste mês de outubro, o Estatuto do Idoso completa dois anos e o SESC Pompéia realizou o Encontro Nacional de Idosos de 2005 onde foi avaliada a aplicação do Estatuto do Idoso.

Durante mais de um ano, as diversas unidades do SESC organizaram encontros, reunindo grupos de idosos que se empenharam num trabalho feito por etapas: estudaram o texto da lei e outras publicações sobre o assunto; debateram com especialistas, pesquisaram em suas cidades, e sempre em grupos foram preparando textos com suas conclusões.

O evento teve a duração de quatro dias e trouxe idosos vindos de vários pontos do país que tiveram a oportunidade de conhecer pessoas, ouvir palestras, cantar, dançar, e participar intensamente dos trabalhos finais para a composição do documento.

A proposta foi avaliar o quanto dessa lei vigora efetivamente. Eles foram procurar respostas nas comunidades, grupos e associações locais e examinaram inúmeras experiências em diversas partes do país. Estudaram e discutiram a sua lei – procuraram as concordâncias com ela e as discordâncias dela na realidade: nas ruas, no seio da família, na comunidade e nos locais de atendimento.

Suas observações e conclusões sobre esses quase dois anos de vigência do Estatuto indicaram, entre outras coisas, que o Poder Público ainda está longe de cumprir a sua parte. Mas mostraram também que eles, os idosos, assumiram definitivamente a responsabili-

dade de participar da vida nacional, rumo a um mundo melhor para todas as gerações de brasileiros.

Em relação ao direito à saúde por exemplo, arts. 15 a 19 da lei, no documento final consta, que criado há 17 anos, o SUS é inoperante e ineficiente diante do Estatuto: direitos são desrespeitados; falta atendimento domiciliar, inexistem programas permanentes de prevenção de doenças crônico-degenerativas; faltam recursos e medicamentos, faltam instalações físicas e equipamentos adequados.

Entre as instruções ficou definido que é necessário que a rede de atendimento do SUS seja totalmente informatizada para dar mais eficiência e agilidade no atendimento aos idosos e à população em geral.

E também, que é necessário cumprir, de forma simples e desburocratizada, o disposto no Art. 15 §2 do Estatuto, que determina o fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, próteses, órteses e outros recursos necessários ao tratamento, habilitação e reabilitação.

Quanto ao direito ao transporte interestadual gratuito, ficou definido que é necessário exercer o máximo de pressão contra a recente liminar do STJ que beneficiou as empresas de transportes com a suspensão da reserva de vagas gratuitas e do desconto nas passagens previstas pelo Estatuto no caso dos transportes interestaduais (Art. 40).

Eles concluíram também que é seu dever conscientizar a opinião pública de que essa liminar – somada à eliminação, pelo Senado Federal, dos direitos relativos aos transportes intermunicipais, previstos originalmente no Estatuto indicam que o próprio conceito de gratuidade pode estar ameaçado, justificando a mobilização de toda a sociedade na defesa deste direito deles.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a união que faz a força. Eu tenho certeza de que os idosos saberão fazer valer o seu direito.

Atitudes individuais ou coletivas emergem aqui e acolá e eu sei que elas vão dar resultado.

Exemplo disto?

Nosso Gabinete recebeu uma carta de São Paulo, do advogado Kleber Bispo dos Santos, cujas palavras transcrevo aqui:

“Sou um advogado negro de São Paulo e encaminho em anexo a cópia de uma ação de mandado de segurança, com fundamento no Estatuto do Idoso, que interpus em Santo André, onde foi deferida liminar em favor de uma idosa de 84 anos que necessitava de atendimento médico, atendimento semanal domiciliar, transporte, remédios, enfim tudo o

que tem direito um idoso, mas o Estado não fornece.

O motivo desta carta é agradecer a V. Ex^a, enquanto Legislador, por dar iniciativa a proposições que visam a cidadania e inclusão social.

Obrigado, pois tive a oportunidade de usar uma lei de sua autoria para ajudar a restabelecer a dignidade de um ser humano”

As leis são instrumentos importantes demais quando tratamos dos direitos dos cidadãos brasileiros. O Estatuto do Idoso é Lei e vou repetir sem cansar: Lei é para ser cumprida!

Usem este instrumento que lhes é de direito e façam valer os seus esforços!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto, eu gostaria de dizer ainda que recebi em meu Gabinete a carta aberta ao Estado e a sociedade brasileira, redigida pelo núcleo de parlamentares negros do PT – Câmara dos Deputados, a qual passo a ler a seguir.

CARTA ABERTA AO ESTADO E A SOCIEDADE BRASILEIRA PELA IMEDIATA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

Brasília, novembro de 2005.

Neste ano em que se comemora o Ano da Igualdade Racial, o Governo Brasileiro precisa materializar o reconhecimento de que fomos e somos um país que beneficiou-se da colonização, da escravidão e do racismo para a formação societária brasileira e, que esta formação, resultou em altos índices de desigualdade e exclusão aos negros e negras brasileiros. Por isso, torna-se imperioso que o Congresso Nacional Brasileiro e o Presidente Luís Ignácio Lula da Silva aprove e sancione o inteiro teor do Projeto do Estatuto da Igualdade Racial.

Nenhum outro país do mundo possuirá um instrumento legal que contenha em sua própria estrutura uma política global de estado que vise a erradicação do racismo e a promoção da igualdade racial. Estamos convencidos que o caminho do desenvolvimento e da democracia racial só se dará através do reconhecimento das diferenças étnico-raciais refletidas no direito de oportunidades e condições para milhões de negros e negras brasileiras.

Defendemos a expressa instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ações

Afirmativas para fazermos do projeto do Estatuto algo concreto e verdadeiro. Portanto, é preciso fazer acontecer uma onda negra no Brasil. Nesse momento, além da ação parlamentar, é a hora de gerar uma grande pressão dos movimentos sociais negros para continuarmos a luta dos nossos antepassados pela liberdade e igualdade racial no Brasil.

Frente Parlamentar em defesa da igualdade racial.

Núcleo de parlamentares negros do PT – Câmara dos Deputados.

Quero aproveitar a oportunidade para comunicar que tenho recebido apoio das Centrais Sindicais ao PLS 314/2005, de minha autoria, manifestando-se em prol do reajuste do salário mínimo, que segundo o projeto chegaria à cifra de R\$400,40, em 2006.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, de acordo com o parágrafo único do art. 66 do Regimento, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o lançamento da campanha da Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, para incentivar a denúncia de exploração de mão-de-obra infantil é de extrema importância.

Gostaria, Sr. Presidente, já no início de meu pronunciamento, de fazer um elogio a esse organismo internacional que, desde 1946, quando foi criado por decisão unânime da Assembléia Geral das Nações Unidas, vem desenvolvendo seu trabalho na defesa das crianças e adolescentes em todas as partes do mundo.

Esta campanha do Unicef é de imenso valor.

Como bem disse a representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil, na entrevista ao **Correio Braziliense**, Marie-Pierre Poarriê, “a erradicação do trabalho infantil não é só uma causa do governo, tem que ser uma causa da sociedade brasileira”.

É por isso que, ao mesmo tempo em que louvo a iniciativa do Unicef, preciso mostrar o meu desalento com as mudanças orçamentárias feitas pelo atual Governo nos programas sociais. A minha preocupação se prende principalmente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, destacado e premiado internacionalmente.

O Orçamento federal para 2006, no que tange a área social, está baseado na Política Nacional de Assistência Social, que, por sua vez, estabeleceu um

novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS.

Em julho de 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica de Assistência Social, que mudou a maneira de destinação dos recursos para esta área.

Segundo o relatório preliminar do Relator do Orçamento para 2006, Deputado Carlito Meross, em função desse novo modelo de gestão, a proposta orçamentária do Fundo de Assistência Social mudou.

As ações deixaram de ser apresentadas por tipo de clientela (idosos, pessoas portadoras de deficiência, crianças e adolescentes) e passaram a ser estruturadas por tipo de proteção (proteção social básica e proteção social especial).

O prejuízo ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um dos maiores exemplos dessa mudança – recursos que migraram de uma ação por tipo de clientela para ação por tipo de proteção –, seus recursos foram alocados no Bolsa-Família, no conjunto das ações ali existentes.

Estariam previstos para o Peti em 2006 cerca de R\$1,3 bilhão, mas, na verdade, apenas R\$50 milhões foram destinados para a Bolsa Peti. Os R\$375 milhões serão alocados em outras ações do Programa, e – o mais grave – cerca de R\$900 milhões estarão sendo deslocados para o Bolsa-Família.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, é preciso fazer uma análise rigorosa do que representa essa transferência de recursos da Bolsa Peti para o Bolsa-Família.

No Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, essa bolsa é um direito individual da criança. Ela recebe essa bolsa, esse dinheiro, esse estímulo para permanecer na escola e ter sucesso nela. A mãe recebe o recurso e, em contrapartida, é obrigada a manter a criança na escola em um turno e na jornada ampliada – outras atividades também no ambiente escolar.

Essa contrapartida é fundamental para o sucesso da criança na escola. É ela que garante que a mãe não vai tirar o filho da escola, que a criança estará na escola no período contrário à escola regular, deixando de estar na rua, nas esquinas, vendendo picolé, sorvete etc.

Eu não gostaria de me alongar, Sr. Presidente. Voltarei a esta tribuna novamente para abordar este assunto que me traz uma enorme preocupação. Já conversei com o relator parcial desta matéria, e ele se comprometeu a discutir essa ação conosco.

Vamos continuar a nossa luta aqui para que o Peti não seja absorvido pelo Bolsa-Família, que, como todos já sabemos, se expandiu, mas não tem o controle total dessas crianças. Quando o recurso vai para a família, deixa de ser um direito individual da criança

para se tornar um direito da família, deixando de ser o maior estímulo que a criança pode ter para estar na escola, ter sucesso na escola, desenvolver as suas habilidades e poder, amanhã, disputar o mercado de trabalho em igualdade de condições com a criança que estuda em escola particular.

Era isso o que queria dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada por sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, como estou inscrita – vou falar no lugar da Senadora Iris –, posso disponibilizar o meu tempo de comunicação inadiável para outro Senador que queira falar apenas cinco minutos. Como meu tema é sobre superávit, orçamento da saúde e da educação, em cinco minutos não vou conseguir falar o que me dispus a falar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que a hora do expediente da sessão do dia 28 de novembro próximo, seja dedicada a comemoração de 33 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE.

Justificação

A Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE – foi fundada no dia 20 de setembro de 1972 para defender os interesses dos magistrados federais e discutir os problemas da Justiça Federal.

Comprometida com o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito, os Direitos Humanos e a qualidade do serviço judiciário prestado ao povo brasileiro, a entidade não se restringe a desenvolver apenas atividades corporativas. Promoveu em 2001 e 2003 as campanhas institucionais “Justiça para Todos” e “Sede de Justiça” com o fim de conscientizar os juizes e a população sobre a importância da criação, implementação e priorização dos Juizados Especiais Federais, a limitação da edição de medidas provisórias e a ampliação da Defensoria Pública da União como instrumentos indispensáveis à modernização e agilização do Poder Judiciário. Além disso, tem elaborado e acompanhado projetos de interesse do Poder Judiciário, realizado seminários e eventos voltados à dissemina-

ção de idéias, propostas e princípios da magistratura federal. Em 2001 foi a primeira entidade de classe a apresentar uma proposta à Comissão de

Legislação Participativa dispoendo sobre a informatização dos atos processuais, atualmente em trâmite no Senado Federal. Foi pioneira na defesa da cooperação judiciária internacional como instrumento para agilizar a condenação de criminosos e a recuperação do dinheiro público retirado ilegalmente do país, que fez por meio da elaboração de um projeto de lei dispoendo sobre a cooperação judiciária internacional em matéria penal.

Durante a reforma do Judiciário, em parte aprovada, mas com outra parte em curso no Congresso Nacional, a AJUFE tem realizado amplas discussões internas e externas – somente no Congresso Nacional, seus presidentes Tourinho Neto, Flávio Dino, Paulo Sérgio e Jorge Antônio Maurique participaram de sete audiências públicas sobre o tema. A entidade avalia o processo de reforma como positivo significando avanço, sobretudo, em face da criação do Conselho Nacional de Justiça e a federalização dos crimes contra os direitos humanos.

Entidade civil de âmbito nacional e sem fins lucrativos, a Associação dos Juizes Federais do Brasil possui atualmente cerca de 1500 associados em todo o país. Entre eles ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais

Regionais Federais, além da quase totalidade dos magistrados de primeira instância.

Como reconhecimento pelos relevantes serviços em defesa da magistratura e da ordem jurídica, conclamamos os nobres pares, prestarmos essa justa homenagem à AJUFE.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2005.

Senador **DEMÓSTENES TORRES**

Handwritten signatures and names of several senators, including Demóstenes Torres, E. Tourinho, and others.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.864, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 993, de 2005, do Senador Álvaro Dias, que propõe solicitar informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre o rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Trata-se do Requerimento nº 993, de 2005, do Senador Álvaro Dias, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as informações, a seguir explicitadas, sobre o rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados, que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento:

- 1) O rol propriamente dito;
- 2) A memória de cálculo dos déficits atuariais assumidos;
- 3) A discriminação dos eventuais recalculos;
- 4) O desdobramento no tempo dos déficits atuariais assumidos;
- 5) A enumeração dos critérios que resultaram nas estratégias adotadas;
- 6) O rol das instituições encarregadas da custódia dos ativos empregados;
- 7) A quantidade de funcionários beneficiários;
- 8) A descrição do tratamento que será dado aos eventuais saldos líquidos observados no término de cada operação.

II – Análise

O requerimento encontra-se amparado no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ademais, versa sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, como requerido pelo art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 1º de fevereiro de 2001. Efetivamente, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal estipula que é competência exclusiva do

Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Em relação ao endereçamento do requerimento, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, especifica, no inciso XII do art. 27, que a administração da dívida pública federal é área da competência do Ministério da Fazenda. Como o requerimento trata do uso de títulos da dívida pública federal no âmbito do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES), entendemos como sendo pertinente que seja endereçado ao Ministro de Estado da Fazenda, estando, portanto, em conformidade com o **caput** do art. 50 da Constituição.

Por fim, o requerimento em análise atende os preceitos regimentais estabelecidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece, para sua aprovação nos termos do, a deliberação do pedido de informações no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de “informações sigilosas”, definido no art. 8º Como a informação solicitada não é sigilosa.

III – Voto

Em face do exposto, considerando-se a inexistência de óbices de natureza constitucional e regimental, opino, com base no art. 215, inciso I, alínea a, do RISF, pela aprovação do Requerimento nº 993, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou também, em 27 de outubro do corrente ano, o **Requerimento de Informações nº 993, de 2005**, cujo parecer acaba de ser lido, nos termos de seu relatório.

Será cumprida a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 18-11-2005

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004 COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

9

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que*

exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital*

Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

18

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

19

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005 *(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

20

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Silva. PMDB – MA) – Volta-se à lista dos oradores.

Com a palavra o Senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí, por 20 minutos sem prorrogação.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para tratar de um assunto que está preocupando todos os que convivem com o problema da seca lá no Nordeste.

Parece que o mundo virou de cabeça para baixo! A Amazônia secando, onde é que já se viu isso? O calor no Piauí não baixa dos 40 graus! Essa história de jogar CO₂ no ar tem que ser discutida. É necessário que o mundo tome tento do que está fazendo, principalmente os Estados Unidos. Seria bom agora, Senador Mão Santa, que o nosso Presidente Lula relembrasse ao Presidente Bush que os americanos são responsáveis por 30% da poluição, do aquecimento da atmosfera, com aquelas indústrias soltando calor como acontece lá.

Quanto ao problema da seca, o que me preocupa é que já convivemos com ela algumas vezes e sabemos que o País nunca está preparado para enfrentá-la, e isso é assim desde o tempo da Sudene.

Quando se instalava a seca, o que é que se fazia? Eu era Governador, V. Ex^a também foi e lembra como era: a Sudene tinha um fundo para inundações e seca que era mobilizado quando necessário. A rotina era criar uma frente de emergência, trazendo os homens do campo para trabalhar na cidade em serviços quaisquer, apenas para justificar o dinheiro que eles recebiam.

Na última vez que houve isso, eu não concordei – fui o único Governador que não aceitou a história de frente de emergência. Propus ao Presidente Sarney que deixasse os lavradores do Piauí no campo. Para eles sobreviverem, porém, era preciso que recebes-

sem alguma coisa, e o Presidente Sarney concordou em mandar os bancos emprestarem, a duzentos mil lavradores, meio salário-mínimo por mês enquanto durasse a seca. Com isso, não consenti que se desmanchasse a família rural – o homem vem para a cidade numa frente de emergência e não volta mais; muitos disseram: ele encontra outra mulher e deixa a coitada lá no campo.

Esse empréstimo foi todo pago por incrível que pareça. Aqueles lavradores ficaram no campo, trabalharam os três anos seguintes – não houve mais seca –, plantaram e pagaram o banco. Logo, não é impossível conviver com o problema da seca, desde que sejam adotadas providências racionais, inteligentes e criativas.

Vou dar aqui algumas sugestões que poderiam perfeitamente ser aproveitadas. Creio que isso ajudaria demais a não haver tumulto caso se instale a seca que estão anunciando.

Como sou dos números, vamos partir de números. Vamos supor que essa seca que está sendo anunciada atinja um milhão de pessoas, ou seja, duzentas mil residências daquela região em todos os Estados. Duzentas mil casas é muita casa sem água. Hoje essas casas estão na periferia e não têm água ou estão no campo, nos povoados, e não têm água também.

Em todas as secas, somos testemunhas de que nunca chove menos do que 250 milímetros. Será que isso é muita água? Vamos fazer aqui umas continhas: uma chuva de trinta milímetros coloca trinta litros de água em um metro quadrado. Como um hectare tem dez mil metros quadrados, seriam trezentos mil metros cúbicos de água.

Eu proporia o seguinte – parece que já estão fazendo isso, mas não num programa organizado. Se eu pegar duzentas mil casas e nelas fizer instalar uma calha para receber a água da chuva – eu já fiz isso em um pequeno sítio que tenho lá na serra, bem como na Embrapa, em Teresina, com sacos bem maiores.

Mas vamos lá. Quanto é que custam essas calhas para receber água de uma casa de um povoado? Uma casa do interior tem um telhado de setenta metros quadrados. Se colocarmos a calha nas biqueiras desse telhado, temos a possibilidade de apanhar toda a água da casa. Uma chuva de trinta milímetros em um telhado de setenta metros quadrados dá 2,1 mil litros de água. Se cair no chão, o sol leva brincando; mas, no telhado, não leva. A água cai, entra na calha e vai para um depósito. Que depósito? Estão fazendo cisternas. O que é uma cisterna? É um buraco no chão, cheio de tijolo e rebocado com cimento, cuja capacidade é de sete mil litros. Mas aquela água no

cimento – e temos provas e mais provas disso – não agüenta muito tempo. Aparecem fungos e outros microorganismos, e, mesmo que se coloque cloro naquela água, em pouco tempo ela começa a ter mau cheiro.

Lembrei que, há cinco anos, propus a alguns fabricantes de lona plástica que fizessem um reservatório com essa lona. Mandei o desenho para um deles – a Sansui – e pedi que fizessem o saco para trinta mil litros. Eles fizeram e me mandaram dois de presente. Montei, então, os dois sacos em um barracão naquele terreno da Embrapa, em Teresina. Provei a todos que, com quatro ou cinco chuvas daquelas grandes, teríamos sessenta mil litros de água acumulados, água limpa, água pura. Deixei aqueles sacos fechados. Eles têm torneira, e tem o lugar de entrar e de sair a água, que agüenta quatro ou cinco anos. E provamos isso.

Então, o que poderíamos fazer agora? Uma sugestão ao Governo para se preparar para o que vem aí. Pegaríamos 200 mil casas e colocaríamos calhas em todas elas, em todos os Estados, nos povoados, no campo ou onde for, enfim, naquelas casas que não têm água. Mas nelas todas essa chuva cai e cai no telhado. Apanhamos essa água e a colocamos em um reservatório.

E qual seria o tamanho do reservatório? Um reservatório de 10 mil litros. Já fiz uma consulta aos fabricantes dessa lona plástica e estou esperando o resultado. Mas me parece que dez mil litros vão sair por R\$1 mil. Então, tenho 200 mil casas e um reservatório para 10 mil litros com uma lona plástica que dura vinte anos. Colocamos esse reservatório atrás da cozinha, ligamos o cano da calha nesse saco plástico, e a água vai durar muito tempo.

Vamos ver quanto custa isto: duzentos mil vezes mil são R\$200 milhões. E gasta-se dinheiro aí à-toa. Com R\$200 milhões, estou dando água para um milhão de pessoas. Olhem bem: quantos carros-pipa seriam necessários para se chegar a isso, ou seja, ao que se recolhe com uma chuva de trinta milímetros. Quanto custa a calha? Custa R\$200,00 por casa. Duzentas mil casas são R\$40 milhões. Para implantar isso, 10 mil operários a R\$600,00 por mês, já que instalam essas calhas em 30 dias. Já fizemos as contas. São R\$246 milhões. E estou preparado para receber a água e armazenar 10 mil litros, enquanto durar todo o tempo de chuva. Quando terminar a chuva, ainda tenho os 10 mil litros. E os 10 mil litros dão para passar o resto do ano. Essa é a sugestão que eu daria ao Governo.

Já estão dizendo que a coisa começou, e lá na Paraíba já estão pedindo carro-pipa. Isso é outra

coisa que o Governo teria que verificar. Esses carros-pipa, segundo dizem, são fontes de corrupção, já que o aluguel é uma coisa fora das normas etc. Mas o carro-pipa, além da bomba para encher o tanque do carro, tinha que ter um filtro apropriado como aquele que existe no Exército. Os nossos militares acampam em qualquer lugar e perto de qualquer tipo de água e, com aquele filtro, cuja patente é americana, têm água pura, ou seja, a água que entra do tanque é limpa, pura e tratada. Então, se tivermos que usar carros-pipa, obrigatoriamente eles deveriam ter esse filtro. É só consultar. O Exército tem as informações completas para não se pegar uma água esverdeada, como estão dizendo, e levar para as crianças que estão passando sede. Essa é uma outra recomendação que daria ao Governo.

E seria muito simples fazer com que isso pudesse acontecer. Não tem nada de difícil: o carro-pipa com a sua bomba e o filtro acoplado. Assim, qualquer água passa pelo filtro e vai para o carro-tanque limpa, filtrada e sem nenhum risco de contaminação.

Há ainda outro problema: muitas pessoas estão passando fome. Qual é, então, o caminho? Quando começa a seca, começa também esse problema. Todo o País se comove. E vêm cestas de São Paulo, Rio de Janeiro; enfim, todos os Estados se mobilizam e mandam os alimentos para aquela população empobrecida.

Há, no entanto, outra sugestão que daria. E vou fornecer os números, Senador Mão Santa. Hoje, sou adepto da soja. A civilização ocidental não está acostumada com a soja; está acostumada com o feijão. A Embrapa, no entanto, tem feito pesquisas com a soja e há muitas receitas nesse sentido. Com meio quilo de soja, tem-se quatro litros de leite. E meio quilo de soja custa R\$0,50. Portanto, tenho quatro litros de leite por R\$0,50, e, do resíduo, ainda se pode fazer vinte bifés. Vinte bifés! Numa família de cinco pessoas, quatro bifés de carne de soja por pessoa. E se olharmos as tabelas da Embrapa, onde há comparações entre a soja e outros tipos de alimentos, veremos que o bife de soja é mais nutritivo do que o bife de carne de boi. O que falta nela é complementado com qualquer outro tipo de alimento. E é pouca coisa que você deve acrescentar.

Repito, Senador Mão Santa: se uma criança, cuja mãe, coitada, sem alimento, deixa de ter leite, tiver o leite de soja, diluído na água limpa... Esse tipo que estou propondo: água de chuva filtrada, em saco fechado, onde não haverá poluição alguma. A água fica pura durante quatro anos – e colocará na mamadeira. Essa criança ficará forte e toda a família se alimentará só com a soja.

E lembro ao Presidente: são 200 mil famílias. Se ele der meio quilo de soja para cada família, são 100 toneladas/dia. Em 300 dias, serão três mil toneladas. O que é isto? Três mil toneladas a R\$1,00 são R\$3 milhões. Com R\$3 milhões, aquelas famílias podem ter soja no ano inteiro. E vou repetir os números da Embrapa: com meio quilo, tenho quatro litros de leite e vinte bifés. Se a família aumentar, é só colocar mais meio quilo – um quilo de soja dá oito litros de leite e quarenta bifés. Só aí já garanto a alimentação da criança, que deixou o seio da mãe, e também dos meninos de um, dois, três, quatro ou cinco anos que não têm merenda porque não têm sete anos, e o Brasil só dá merenda para quem tem sete anos. Quem entra na escola tem direito à merenda. Quem não tem, não tem comida e, por isso, adocece. E o que comem as crianças do interior?

Faço essa observação como uma sugestão. O Governo podia se preparar para isso. Não sei qual seria o Ministério, se o da Educação ou o do Desenvolvimento Regional. Talvez este último, a quem a Sudene está vinculada. O Governo deve estocar a soja. Duzentos e quarenta e seis milhões de reais para atender a um milhão de pessoas no semi-árido não vale nada! O nosso superávit é em bilhões! Duzentos e quarenta e seis milhões de reais previnem. Isso é o mais importante. Quando bater a seca e começarem aquelas chuvinhas de 30mm, que não fazem gerar riqueza do chão, porque não alimentam nada, terá água. O homem pode viver até sem comer, mas sem água não agüenta 70 horas. Por isso, o problema nº 1 lá é água, água limpa, pura, boa, e a chuva é a água que Deus nos manda. Basta aparar a água que cai no telhado da casa, na calha, pôr em um saco plástico de alta resistência. Este é um reservatório barato, eficiente, capaz de suprir aquilo de que estamos precisando.

Para encerrar este assunto – já vem a seca –, sugiro também ao Presidente e ao Ministro Ciro Gomes que levem em conta o seguinte: se vamos ter seca e se as chuvas são aquelas de 30mm, vindo a próxima dali a 30 dias, vamos nos preparar para plantar produtos que agüentem a seca. Vamos plantar o feijão ligeiro, que dá em 40 dias. Mas não vamos plantar o feijão na superfície.

Fizemos uma experiência na Embrapa, no meio-norte, em Teresina. Abre-se uma vala – e o lavrador sabe fazer isso com uma enxada –, numa roça de um hectare, e planta-se o feijão ali dentro. Como a terra está fofa, se bater a chuva, ela segura a água. E o feijão ligeiro não precisa de muita água; com 40 dias, já dá feijão.

O segundo produto que deve ser plantado é a mamona, outra riqueza. O lavrador terá feijão e mamona e, com isso, terá suporte para agüentar a seca. E, assim, não veremos novamente o Governo todo atrapalhado, sem saber o que fazer, quantas cestas básicas mandar e quem as distribuirá. A confusão é grande todas as vezes que isso acontece.

Então, a minha sugestão é esta: que o Governo prepare um estoque de semente do feijão ligeiro para eles plantarem quando começar a chover e prepare o estoque de soja para garantir a base da alimentação. É o café da manhã com leite e bife de soja. É o almoço com leite e bife de soja. É o jantar com leite e bife de soja. Então, coloca-se o feijão e o arroz, e a família está alimentada, seguramente.

Por fim, fiquei agradavelmente surpreendido quando ouvi o Presidente dizer aos Ministros: “Gastem o dinheiro. Vocês têm o dinheiro, gastem-no”. Mas eu não sei se o Presidente recomendou ao Ministro Palocci para soltar o dinheiro. Se S. Ex^a agarrar o dinheiro, como os Ministros vão gastá-lo? De qualquer maneira, mando daqui, mais uma vez, os meus cumprimentos à Ministra Dilma Rousseff, porque eu levei a S. Ex^a aquele negócio das estradas, S. Ex^a “apanhou peão na unha”, como se diz, e eu já coloquei uma relação. Da próxima vez que eu vier aqui vou dizer quais são as estradas brasileiras que estão sendo aceleradas por determinação da Ministra, junto com o Ministro dos Transportes. Só estava faltando uma determinação. Com isso, tenho certeza de que 12 mil quilômetros de estradas em breve estarão completamente reconstruídos, e a economia será brutal.

No Brasil, estamos perdendo R\$6 bilhões por ano, jogando óleo diesel fora com freadas e acelerações dos caminhões e carretas de 50 toneladas. Por fim, o frete da mercadoria brasileira subiu 35%, dando um prejuízo de R\$7 bilhões por ano a quem está pagando.

Por isso, mais uma vez, meus cumprimentos à Ministra e aos outros Ministros, a quem digo: “Corram até o Palocci e peguem o dinheiro, porque o Presidente já recomendou”.

Espero que essas sugestões possam ser ouvidas pelo Planalto e que o Presidente determine que sejam cumpridas, para que não sejam apanhados de surpresa e tenham que sair correndo atrás de cestas básicas para socorrer um milhão de nordestinos sujeitos às calamidades da seca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa agradece a V. Ex^a pelo cumprimento do tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o nobre Senador José Maranhão para representar a Presidência do Senado Federal na sessão solene de posse do Desembargador João Antônio de Moura, no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no próximo dia 4 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica a relação dos oradores inscritos para esta sessão. Usará da palavra os Senadores Eduardo Siqueira Campos, depois o Senador Pedro Simon, o Senador Augusto Botelho, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Alvaro Dias e, em seguida, o último orador, Senador Mão Santa. Todos estão aguardando sua vez, daí peço que os Srs. Senadores cumpram realmente o tempo designado pelo Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, do PSDB do Tocantins.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, do PMDB do meu querido e vizinho Estado do Maranhão, meus nobres Pares, Sr^s e Srs. Senadores, fico, mais uma vez, honrado em dividir a palavra neste plenário com presenças expressivas, Senadores que entendem que existe algo mais a ser feito neste Senado do que as CPIs.

Ontem, ao ouvir o Senador Pedro Simon dizer que não estava integrando nenhuma das atuais CPIs, recordei-me de que nós, Senador Pedro Simon, fizemos parte da CPI dos Bancos, que teve profundas repercussões devido ao trabalho que ali executamos. O mesmo ocorreu na CPI do Judiciário.

Mas quero, de pronto e antecipadamente, dizer aos meus conterrâneos tocantinenses e ao povo brasileiro que sou membro da Mesa e, diante de tantos conflitos de competência, de idas ao Supremo, vários desses assuntos podem ser enviados à Mesa na forma de recurso. Por isso, tenho procurado preservar a minha posição de não participar das CPIs, até para que eu possa, como integrante do colegiado que preside esta Casa, exercer o meu voto, sem ter atuado na instância inferior, que é uma CPI.

Existem exemplos diversos de Parlamentares que mantêm as suas lutas nas CPIs e no plenário, cumprindo com muita responsabilidade seus afazeres, que não são poucos. Lembro que esta Casa tem 81 membros, temos todas as atribuições da Câmara dos Deputados e várias outras exclusivas do Senado. Portanto, não tem sido fácil para esta Casa, que, na reforma previdenciária – presto minha homenagem

ao Senador Paulo Paim e a todos os demais Senadores –, deu aos trabalhadores a PEC paralela, que transformou a reforma previdência encaminhada pela Câmara.

A mesma coisa aconteceu com relação à reforma tributária. Os recursos de 1% que os Municípios estão aguardando até hoje foi uma solução criada no Senado. A mesma coisa eu diria da lei de recuperação das empresas, a tal Lei das Falências, e da Lei das Parcerias Público-Privadas, que também fizemos transformações importantes.

Sr. Presidente, não quero dizer que o Senado tem sido uma coisa e a Câmara outra. Não. Nós, Senadores, temos conseguido aprofundar o debate. Aqui não se aprova nada, não se faz sessão e votação porque percebo que todos os Senadores hoje são regimentalistas, conhecem nossos direitos como Parlamentares. Mesmo que seja um Senador, eu tenho visto que esta Casa tem primado por respeitar seus integrantes, e temos exercido nosso mandato da forma mais plena. Temos nossos defeitos, mas, como disse Ulysses Guimarães, este aqui é um palácio de cristal, ainda mais depois da TV Senado. A população brasileira sabe exatamente quem são os Senadores que vêm à tribuna, os que vão às CPIs, os que atuam, os que presidem os trabalhos e os que efetivamente representam bem suas populações.

Sr. Presidente, no dia de hoje, quero tratar de um assunto que tem incomodado muito a vida da população tocantinense: a tarifa de energia elétrica que está sendo cobrada no nosso Estado.

Em primeiro lugar, vamos a uma constatação: estamos exportando energia elétrica para o resto do Brasil, o Tocantins se transformou em função do seu caudaloso rio e da construção da Usina do Lajeado, a Usina Luís Eduardo Magalhães, já em funcionamento, em tempo recorde de construção, e, quando temos o aumento da oferta – não sou economista, mas até a dona-de-casa sabe disto –, quando um produto está em abundância no mercado, a tendência é o preço baixar.

Não dá para entender o que está acontecendo, uma vez que há o aumento da oferta de energia, o Tocantins está se transformando num exportador e a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins está ganhando seguidos prêmios de melhor empresa de distribuição de energia elétrica do País – venceu o prêmio este ano novamente. Afinal, o que está acontecendo?

Vou procurar dissertar um pouco sobre o tema, Sr. Presidente, para tentar esclarecer o povo tocantinense e para pedir algumas providências do Governo

do Estado. Com todo respeito e admiração ao homem público que dirige a Aneel, Dr. Jerson Kelman – S. S^a me prestou agora vários esclarecimentos, da forma mais aberta, e colocou-se à disposição, por intermédio da Aneel, para ampla explicação –, nós estamos oferecendo um requerimento à Aneel pedindo a decomposição da tabela que fixa o preço da energia elétrica no nosso Estado para que o povo saiba o que está acontecendo.

Lá no Tocantins, o Governo é sócio em 49% das centrais elétricas do Estado. Ele tem um Diretor Executivo, tem um membro no Conselho de Administração, tem um membro no Conselho Fiscal e detém 49% das ações. Então, o Governo pode fazer alguma coisa? Pode e deve. Aí alguns dirão: mas quem fixa a tarifa é a Aneel! Sim, mas a empresa participa, uma vez que o Governo tem 49%. E o Governo pode fazer muito. Eu começo dando o exemplo do ICMS. Então, os moradores e a população estão identificando tarifas abusivas que estão chegando a esses valores principalmente em função do ICMS. Só para dar um exemplo: numa família com um consumo pequeno de 100 kWh ao mês, se forem aplicados os 25%, vai subir em 24% o preço final da tarifa.

Existem Estados que estendem e não tributam até 120 kWh no mês. Não é o que está acontecendo no Tocantins. Há uma coisa interessante: nós somos um dos maiores produtores de carne, de soja, de arroz. Estamos longe dos grandes centros. Então, é preciso haver uma compreensão do incentivo que nós podemos dar nesta hora para competir, porque nós estamos numa economia altamente competitiva. Se nós estamos distantes dos grandes centros, nós precisamos de uma logística de transporte, da ferrovia Norte-Sul, precisamos usar as hidrovias. Afinal, de que adianta para os brasileiros batermos no peito, dizendo: “Somos o maior exportador de soja do mundo!” Somos o maior produtor de soja do mundo? Não. Mas o maior exportador de soja nós somos. E será que interessa ao Brasil, pura e simplesmente, exportar matéria-prima, sem os valores agregados, sem deixar impostos gerados nas regiões? Será que interessa ao Tocantins vender boi vivo? Será que interessa ao Tocantins exportar os seus minérios? Será que interessa ao Brasil exportar o minério de ferro de forma bruta? Ou será que não teríamos que partir para um grande projeto nacional destinado a essas regiões, nas quais não estão as grandes concentrações urbanas, para incentivarmos a produção? Aí, sim, poderíamos enviar para os grandes centros urbanos do País uma mercadoria mais barata.

Como se dá esse incentivo? Qual a criatividade de que tem que ter o Governo Estadual para não entrar, pura e simplesmente, numa guerra fiscal? Em relação à energia elétrica, imediatamente diria ao Governador do Estado: “Reúna o Conselho Fiscal das Centrais Elétricas do Estado do Tocantins. Vamos fazer uma revisão dessa tabela. Vamos considerar a produção”. O Governo anterior nos deixou tarifas diferenciadas, como a tarifa verde para o produtor e a tarifa para o industrial, mas a população está reclamando – e muito – do preço da energia elétrica. Então, vamos pedir à Aneel, mediante ofício assinado pela nossa Bancada Federal, que faça uma decomposição para que fique claro para o consumidor tocantinense o que está originando um preço maior da tarifa de energia elétrica no nosso Estado.

Antecipadamente, eu diria que o Governo pode tomar uma medida imediata. Existem Estados que deixam de cobrar ou dão a isenção de até 120 kWh. Então, isso pode ser observado no nosso Estado. Seria necessário um exame dessa situação, porque precisamos de um Tocantins competitivo. As distâncias que temos dos nossos portos e dos grandes centros urbanos não podem ser um impeditivo para o nosso crescimento. O nosso Estado tem água em abundância, já possui a energia em todos os Municípios, está abrigoando produtores. Vejam a contribuição dos produtores gaúchos, por exemplo, que tomaram conta do nosso Estado e estão lá, levando a sua tecnologia para a soja. O mesmo acontece com o Piauí, com o Maranhão, com Mato Grosso. Nós já nos acostumamos com isso. E, quando me refiro aos gaúchos, reporto-me também aos catarinenses, aos paranaenses. É que o gaúcho inventou aquela coisa carinhosa que conhecemos, que são as querências, os Centros de Tradição dos Gaúchos, os CTGs, que sempre nos convidam para as festas. E lá estão os produtores de soja, aquelas pessoas que dizem: “Senador, nas nossas famílias, nós fomos herdando a terra e, cada vez mais, a terra ficava menor”. E houve gaúcho que chegou no Tocantins só com o seu tratorzinho. Ele passava o dia em cima do trator trabalhando, arando a terra para os outros, para terceiros, e hoje já é produtor, hoje já adquiriu o seu pedaço de terra. Porque algo que temos em abundância são dois milhões de hectares prontos para a produção, de várzeas, sem falar no Projeto Rio Formoso, que tem a maior área irrigada por gravidade do mundo. A Ilha do Bananal está inteira no nosso Tocantins. Temos as nossas áreas de preservação ambiental.

Quando falo com esse orgulho todo e com essa alegria é porque é uma nova fronteira a ser aberta e

a ser conquistada, em benefício do País. Para essas áreas, nós, que discutimos aqui no Senado Federal o fundo de combate às desigualdades regionais, que o Governo não colocou em prática ainda, que tinha recursos destinados aos Municípios, estamos assistindo a um verdadeiro desperdício.

Vejo aqui o orador que me antecedeu na tribuna, Senador Alberto Silva, que, do alto da sua juventude de mais de 80 anos de idade, nos ensina, diariamente, como aproveitar melhor os nossos recursos naturais, como a mamona e o *biodiesel*. Parece-me que essas pessoas não encontram eco para suas propostas. Por exemplo, tenho solicitado gravações e fitas sobre todas as palestras que o Professor Bautista Vidal tem dado Brasil afora. Fico impressionado com a consistência dos seus argumentos e com seu desespero, porque há desespero e indignação nesse brasileiro que nos vê com o maior potencial em tudo que se discute no mundo. A maior riqueza que o povo tem é a energia. Sem energia, não há nada. Não se faz nada sem a energia. O que é a energia? Energia elétrica, a energia vinda da biomassa, dos mecanismos limpos, como, por exemplo, da cana-de-açúcar, e que pode ser de outros cereais.

Qual é o país que pode competir com o Brasil na produção de energia? Esse é o grande debate.

O petróleo está acabando, é coisa do passado. Quatrocentos milhões para sedimentar uma bacia, isso é o que já foi o ouro. O ouro não é mais nada do qual precisamos para desenvolver as nações. Então, o que lastreou a riqueza do mundo, que foi o ouro, já está esquecido. Hoje, é o ouro azul, a água, o grande bem da humanidade. Sem falar no nosso potencial, professor Cristovam Buarque.

E repito aqui um dado que eu citei. Fico triste de saber – cito apenas como exemplo – que a Coréia, com menos de um terço da nossa população, tem mais de 40 mil de seus integrantes fazendo cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado em outros centros. O Brasil não tem mais de dois mil de seus filhos com bolsas de estudo para fazer mestrado, pesquisa, doutorado. Então, imagine, o Brasil com três vezes a população da Coréia.

Se nós temos a biodiversidade, as terras, a possibilidade da produção, temos que aliar a isso o conhecimento, a tecnologia. Juntos esses dois fatores ninguém pode segurar o Brasil.

Isso me remete ao primeiro tema. O sócio, o que cria as maiores barreiras, o que mais impede o crescimento deste País é o fato de entrarmos no jogo, na ciranda financeira internacional, que tem como base as mesas operadoras que transferem

créditos e débitos como se não houvesse a produção. É o verdadeiro desperdício do que é real: os potenciais brasileiros.

Para manter o nexos com o início do meu pronunciamento, eu diria que o Governo deveria ser o primeiro a abaixar essas alíquotas, essas contribuições, esses impostos e a criar o imposto de valor agregado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Deveria também fazer com que não houvesse o desestímulo de quem quer produzir. Afinal de contas, somos um dos países onde se leva mais tempo para abrir uma firma, um dos países que mais impostos tem. O Governo é um sócio ingrato para quem quer produzir, pois cobra antecipadamente e, nesse caso, nem distribui aos Estados e aos Municípios.

Vou ouvir os apartes. Primeiramente, Senador Mão Santa, permita-me ouvir, pela ordem de solicitação, o Professor Cristovam Buarque. Em seguida, ouvirei V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pela ordem de saber, o Senador Cristovam Buarque está na frente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – De forma alguma. Todos os meus Pares, que representam seus Estados, são importantes, principalmente para o meu modesto pronunciamento.

O Tocantins, um Estado exportador, deveria dar o exemplo quanto à questão da tarifa de energia elétrica, baixando imediatamente o ICMS para aliviar o sofrimento da população.

Ouçõ o Professor Cristovam Buarque, com muita alegria.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Eduardo Siqueira Campos, pedi a palavra antes do Senador Mão Santa para dizer que fico feliz ao ouvir aqui o nome do Professor Bautista Vidal. Nós nos esquecemos de que ele criou essa maravilhosa invenção brasileira que é o Pró-álcool, exemplo da solução que virá para os tempos posteriores ao petróleo. Por isso, fico feliz. Lembro ainda que Bautista Vidal diz o óbvio que não vemos. Precisamos, em primeiro lugar, ajustar o projeto civilizatório brasileiro aos nossos recursos, à energia de que dispomos, ou seja, o sol e a Terra, e não o petróleo, que acabará antes de 2022. Em segundo lugar, devemos preocupar-nos com esse potencial imenso sobre o qual não paro de falar, que são as nossas crianças que precisam de educação. Nós não vemos o óbvio, Senador. Fico contente que V. Ex^a traga o óbvio para nós.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sou eu que agradeço pela participação de V.

Ex^a, Senador Cristovam Buarque, que deu ao Brasil essa grande contribuição que temos, o Bolsa-Escola, que, aliás, deixou de fazer o mais importante, que era a essência do projeto: constatar a presença física, a presença do aluno, efetivamente, para a aferição da bolsa e do benefício. V. Ex^a já se pronunciou sobre isso e é a maior autoridade nesta Casa sobre esse assunto.

Ouçõ o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, nós ouvimos atentamente o Senador Alberto Silva, que tem muita experiência, como o grande Siqueira Campos, o criador do Tocantins, pai de V. Ex^a. É uma lástima vermos que não tem ninguém – só o Paim ali – do PT. Mas já se foi o Paim. Mas o Governo tinha muito que aprender com o Senador Alberto Silva sobre seca. Senador João Alberto, temos que aprender com a experiência dos mais velhos e ter a ousadia dos mais novos, já dizia Shakespeare. Atentai bem! Eu tive esse problema quando governava o Piauí e fui ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma audiência marcada, mas que não deu certo, porque foi na semana das mortes: morreram Luís Eduardo e Sérgio Motta. Aí eu fui ver a seca, Senador João Alberto. No Piauí, 40% é semi-árido, na região de São Raimundo Nonato. Mas, como é distinto o Presidente Fernando Henrique Cardoso e como tinha falhado, por motivos óbvios – os falecimentos – me recebeu, e a audiência foi lá no Alvorada. S. Ex^a, com aquela simpatia, *glamour*, entrou com uma revista, um livro, e eu perguntei logo: Presidente, V. Ex^a acredita em Deus? Perguntei, porque tinha aquela história de ele ser ateu. Aí ele riu: “Mão Santa, eu acabei de vir de missas de dois”. E eu: “É, foi Deus que fez eu não ser atendido na semana passada, e, como V. Ex^a mandou, eu fui lá; V. Ex^a não agüenta outro desastre [tinha havido fogo em Roraima e a seca], então eu vim; foi Deus quem mandou para eu lhe contar o quadro”. Eu ainda disse: “Olha, ainda não tem invasão e saque porque há uma grande crença nos governantes do Nordeste todo”. O povo é bom, enfim. Mas eu conversei com ele o que ouvira de Alberto Silva: “primeiro, V. Ex^a está errado, a Sudene tem que ser valorizada, tem que ter esperança”. E ele atendeu, nomeando o superintendente do Piauí, Leonildes Alves. Mas eu disse, então, que aquela maneira de dar a bolsa de serviço para ir trabalhar distancia o homem, o chefe da fazenda, e ela nunca é urbana. Ele acaba recebendo um dinheirinho e trocando a mulher velha pela mulher nova. E eu disse: “V. Ex^a, então, vai ser acusado de destruir o maior patrimônio do Nordeste, a família tradicional”. Ele cedeu, e nós trabalhamos juntos. Mas agora a seca está pior porque não tem a Sudene, João Al-

berto. Aquilo que o Alberto Silva disse é uma verdade que o PT devia ter aprendido: as casas com cisterna. No Piauí há o Padre Lira, da idade de Alberto Silva, que governou essa cidade de Dom Inocêncio. Lá, há anos e anos, há quase meio século, todas as casas tem cisterna.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Trata-se de uma cidade governada por um padre, onde todas as residências têm cisterna: Dom Inocêncio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo está esgotado, Senador. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então era isso. V. Ex^a, com sua inteligência, citou a experiência de Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, vou lhe dar mais um minuto para V. Ex^a concluir.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente agradeço a V. Ex^a e também aos honrosos apertes que tive. Concluindo, nesses cinqüenta segundos que me faltam, quero renovar desta tribuna o apelo que enviarei por escrito ao Presidente da Aneel, Dr. Jerson Kelman, para que tenhamos uma decomposição completa da tarifa energética no Estado de Tocantins. Vamos lutar junto ao Governo do Estado.

Estamos deixando aqui como sugestão a imediata redução dos índices de ICMS. Espero que possamos aliviar o sofrimento da população tocantinense, principalmente os de baixa renda, estender ao máximo a isenção, tendo em vista que fizemos do Tocantins um exportador de energia.

O Tocantins tem diretor administrativo, tem membro do Conselho Fiscal, tem 49% das ações daquela empresa, que é orgulho para todos nós, mas que não pode ser sofrimento para a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos. Depois ouviremos o Senador Augusto Botelho, que já está com a mala na mão para viajar para Roraima.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seria normal hoje o dia ser como esse. Afinal, foi até surpreendente que na segunda e na terça-feira, tenha havido um bom movimento. Quinta e a sexta-feira, deu no que deu.

Creio, Sr. Presidente, que o tempo está passando e o que me preocupa é que não vejo a preocupação necessária deste Congresso em se preparar para as eleições do ano que vem. Vejo os candidatos de mangas arregaçadas. O Presidente da República, o Presidente Lula, hoje, no jornal, dá uma ordem pela primeira vez desde que assumiu: “Ministros, gastem dinheiro, principalmente em obras que se completem até o ano que vem”. É, candidato à reeleição é assim mesmo.

Mas como serão as eleições do ano que vem? Com toda essa onda de escândalos, de manchetes, de absurdos que estão acontecendo, como será a eleição no ano que vem? Não vejo nenhuma preocupação. Eu não vejo nenhuma preocupação.

Modéstia à parte, o Senado fez o seu papel. Primeiro, votamos uma lei, modéstia à parte, quase completa: reforma eleitoral e reforma política. Criamos a campanha eleitoral com os gastos públicos de campanha, mantivemos e determinamos com firmeza os percentuais que cada Partido terá que cumprir nas próximas eleições, fizemos com que os programas de televisão sejam feitos ao vivo, sem produção de empresa publicitária, criou-se o distrito eleitoral... Enfim, medidas importantíssimas foram tomadas.

Ela foi para a Câmara, que não fez nada nos dois anos em que ela está lá. Aí, por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, por unanimidade, esta Casa votou o que chamamos de “um remendão de urgência”, o mínimo necessário, mas importante. Não dava para criar, porque tinha de ser por Constituição, o gasto público de campanha, mas se cortou de tal maneira, restringiu-se de tal maneira o dinheiro eleitoral que melhorou muito.

Primeiro, estabeleceu-se que cada candidato tinha de ter uma única conta pessoal. Quer dizer, afastou-se o caixa dois. Se, de repente, aparecer dinheiro daqui, dinheiro de lá, sem que se saiba de quem era o dinheiro, é crime e quem paga é o candidato. O candidato é o responsável por tudo que se gasta em sua campanha.

Depois se decidiu que o programa de televisão tinha de ser ao vivo. Metade do que se gasta em uma campanha, que é o dinheiro da publicidade, desaparece. E aquela estória de se inventar um candidato bonitinho, bacana, etc e tal, como fez o Sr. Duda Mendonça nas últimas eleições, isso não tem mais. A campanha é ao vivo!

E foi aprovada mais uma série de princípios da maior importância. A Câmara não votou... Terminou o prazo no dia 30 de setembro. Fizeram-se apelos dramáticos; fomos, em comissão, à Câmara falar ao Pre-

sidente e aos Líderes da importância de que aquilo fosse votado. Não votaram!

Então, estamos hoje em uma situação pior do que a da eleição passada. Na eleição passada, não sabíamos dos desmandos, dos absurdos, do que estava acontecendo e do que poderia acontecer, e agora já sabemos, mas estamos sem meios de poder evitar.

O Tribunal Superior Eleitoral vai argumentar que a Casa não funciona, que o Congresso não legisla e vai legislar, como fez na eleição passada, quando criou, absurdamente, o voto vertical, de Presidente a Vereador, criando a vinculação do voto. Até hoje cremos que foi uma violência do Tribunal, mas ainda não fizemos nada.

O Presidente do Supremo está dizendo que provavelmente fará alguma coisa no que for o mínimo da necessidade ética para que as coisas não se restrinjam a repetir o que aconteceu no ano passado. E estamos aqui, com telefones grampeados, com o Relator da CPI dos Correios apresentando uma versão completamente nova, mostrando que o dinheiro que estava nessas contas todas era de publicidade do Banco do Brasil, provando cabalmente. Estão lá cinquenta jornalistas, a quem eles estão distribuindo os números. Até estou com os dados na minha mesa e peço que eles sejam transcritos para os Anais da Casa. Demonstram que todo o dinheiro veio da verba de publicidade.

O Banco do Brasil, pela primeira vez na sua história, adiantou verba de publicidade. Quer dizer, adiantou a verba de publicidade por conta de publicidade que vai ser feita no ano que vem. Isso não existe. Publicidade ou existe ou não existe. Não é uma obra para a qual se dá dinheiro a fim de que ela seja adiantada. A publicidade é feita e é paga; se não é feita, não é paga. Pois agora ela já foi paga para ser feita no ano que vem.

Esse dinheiro que vem de uma empresa cujo dono é o Brasil, embora haja outros bancos, foi parar na conta do PT. Está provado agora de onde veio o dinheiro, o fantasma dos empréstimos e a montanha do dinheiro. Isso vai ficar assim? E não vai acontecer nada? Não vamos alterar, não vamos modificar nada para as eleições do ano que vem? Essa é a pergunta que se faz.

Vejo o Presidente da República numa posição muito igual à do Fernando Henrique quatro anos atrás. Não adiantava a gente falar daqui. Eu até pedi para criar uma CPI para apurar o escândalo que foi a compra de votos para votar a emenda da reeleição. Ninguém deu bola. Ninguém tomou conhecimento. Ninguém, mas ninguém tomou nenhum conhecimento,

porque o Fernando Henrique só estava preocupado com a reeleição.

Vi aqui o escândalo que foi a venda da Vale do Rio Doce, um patrimônio público dos mais importantes do mundo, a segunda empresa mais rica em minério. A Vale do Rio Doce e o Brasil sentaram-se à mesa para discutir o problema do minério no mundo inteiro. Deram de presente. Venderam por R\$3 bilhões, dinheiro que o BNDES deu.

O Fernando Henrique, preocupado com a reeleição, não tomou nenhum conhecimento. É o que se vê com o nosso amigo Presidente Lula agora. Ele não está preocupado; nenhuma preocupação.

Olha que tive muito boa impressão do Chefe de Gabinete do Presidente Lula. Tive a melhor das impressões. Mas, cá entre nós, o que os dois irmãos do Prefeito assassinado de Santo André falam dele é coisa muito séria. Esses dois irmãos não têm rixa, não há dinheiro em jogo, não há absolutamente nada. No entanto, o homem permanece.

Fui Líder do Governo Itamar quando a CPI dos Anões do Orçamento pediu para o ser ouvido o Chefe da Casa Civil. Ele veio depor, mas antes renunciou à Casa Civil. Ele veio depor como cidadão e não como Chefe da Casa Civil. Não encontraram uma vírgula contra ele, foi aplaudido na Comissão, e voltou para a Casa Civil. O Chefe permanece Chefe do Gabinete da Presidência da República.

Agora, o Lula recebe o Presidente americano. Que manchete que me doeu o coração hoje! Quando eu sento para tomar o café de manhã, estão ali o **Correio Braziliense** e sua capa: “Os americanos estão chegando”. Meu Deus do céu, me deu um frio! Quando ouvimos “Os americanos chegaram lá”, quando eles estão chegando, é para tomar conta. E a manchete era esta: “Os americanos estão chegando”. Até eu me dar conta de que era o Bush que vinha... Que seja muito bem-vindo, que tenha uma boa presença entre nós. Nós o receberemos com muita alegria... Mas a manchete foi muito – eu diria – maliciosa, porque visou atingir um pouco o sentimento do brasileiro, que olhava e que dizia: “Realmente está chegando”.

É a maior preparação que Brasília já teve. Nem no tempo dos militares, da ditadura militar – e na ditadura militar andar em Brasília era um terror, porque os Ministros e ditadores tinham um medo terrível do povo –, nunca houve uma operação que nem esta que está aí.

Segundo o **Correio Braziliense**, para não criar maiores problemas, a segurança do Brasil deixou que o comando da segurança fosse feito pelo comando de segurança americano. Isso, em tese, feriria a so-

berania do Brasil, porque quem deveria comandar a segurança do Brasil seria o Governo brasileiro. Mas o Governo brasileiro deixou, e está chegando aí uma operação fantástica.

Vem um Presidente para cuidar da América Latina, para discutir uma aproximação com a América Latina, para vender a Alca, com possibilidade de aceitação, fica um dia em Mar del Plata e um dia em Brasília. Um dia, em termos: chega no final da tarde de sábado em Brasília, dorme, conversa de manhã, come o churrasco e vai embora. Em Mar del Plata, eu não sei como será a reunião. Dizem que o churrasco será gaúcho. Espero que sim. Fosse o Presidente Sarney, talvez servisse uma comida nordestina. Mas acho que, com o Lula, o churrasco deverá ser gaúcho.

Que o Lula tenha a coragem de chegar para o Presidente e dizer: “Presidente, o Brasil está pagando esses juros de dívida externa, que é uma loucura, Presidente. Nós estamos aqui sofrendo fome, miséria, injustiça. Nós estamos aqui com as estradas sem recuperação, nós estamos com o País parado, e somos o campeão do mundo de remessas de dinheiro para o Banco Mundial”. O próprio Banco Mundial reconhece isso. “Presidente Bush, já pagamos adiantado os juros da dívida deste ano. Não esperamos chegar ao fim do ano. Estamos em dia. Cofre vazio, salário zero, empreendimentos zero, mas já pagamos todos os juros, os juros mais altos do mundo”.

O Governo norte-americano está vivendo a fase mais difícil da sua história. Respeito muito o povo norte-americano, porque tem suas idéias pessoais, seu pensamento, mas possui uma imprensa que se considera dona do mundo e faz orientação do mundo inteiro.

Quando fui aos Estados Unidos fazer conferências, pude observar que era difícil eles entenderem, porque muitos se consideram a salvação do mundo, pois criam todos os avanços científicos na Medicina, na tecnologia, na agricultura. Tudo o que há de avanço no mundo é o norte-americano que sustenta. Já a fome, o atraso e a miséria do mundo são produzidos pelo sul-americano. Eles não têm consciência do outro lado. Representam um pedacinho da população do mundo, mas são praticamente donos do mundo.

Entretanto, o povo norte-americano está vivendo uma hora dramática como nunca. Já estava vivendo isso, porque ficou provado que o Presidente Bush mentiu à nação nas referências ao que teria o Presidente do Iraque em preparação de armas de extermínio em massa.

Ficou provado que aquele brasileiro, o Bustani, que não queria que se fizesse isso e que foi demitido

tinha razão. Não encontraram nada. Está provado agora que mentiram, que falsificaram à nação americana dados para fazer o que fizeram. Isso está nos jornais de toda a América. Por isso, o Presidente Bush está enfrentando o momento mais difícil da sua trajetória. Perante a pergunta: “É caso de **impeachment?**”, 55% do povo diz que é.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu já lhe darei a palavra.

Mas o triste é que, junto com essa notícia de hoje com relação ao Iraque, está vindo uma notícia com relação ao Vietnã. Os historiadores do Vietnã, daquela guerra, estão mostrando que lá também foram apresentados dados falsos; que a intenção naquele momento do americano era colocar os pés ali, no Extremo Oriente, para controlar o expansionismo da China, para facilitar o crescimento do Japão, para estar ali, ao lado da Rússia, do outro lado; enfim, que os dados apresentados não eram verdadeiros. Baseado em dados falsos, o americano levou o mundo inteiro a imaginar que eles estavam fazendo uma guerra patriótica em defesa da liberdade no mundo. Isso está nas manchetes de agora. E os americanos estão apavorados com essas duas notícias.

Uma coisa interessante de salientar: invejo a nação americana pelo sentido que o povo americano tem da verdade e da seriedade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. Fazendo soar a campainha.) – Por gentileza, Senador, V. Ex^a tem um minuto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigada.

As nações e os Governos podem ir, mas que não falhem com a verdade. Falsear a verdade o povo não aceita. É o que está acontecendo agora.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria também de um aparte, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, seu pronunciamento é muito oportuno para o País, porque V. Ex^a mostra a preocupação que é de toda a história do Brasil. Eu era menino e vi o Franklin Delano Roosevelt aqui, conversando com Getúlio, para participar pela luta democrática contra Hitler e contra Mussolini, e nos doou até uma siderúrgica.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que o Lula se lembre agora de que o Dr. Getúlio, para concordar que o Brasil entrasse na guerra, fez o americano construir a Siderúrgica de Volta Redonda. O Brasil entrou no mundo do aço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, vou dar mais dois minutos para V. Ex^a concluir, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Viemos com Franklin Delano, mas vamos ao mais recente. Bill Clinton era quase uma figura franciscana – daquela que se carrega – de paz. Ele conseguiu levar a paz à Europa, no fenômeno da Rússia, da divisão (Bósnia, Sérvia, Croácia). A Irlanda, com a luta religiosa, ele foi lá. Ele foi ao Oriente Médio, fez Yasser Arafat e Yitzhak Rabin se beijarem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ganham o Prêmio Nobel.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, daí a recepção que o País deu a eles. Estou simbolizando Franklin Delano Roosevelt e Bill Clinton, mas todos levavam essa mensagem. No momento, a simbologia de Bush é de guerra, de destruição. Temos que ter muita cautela, porque isso não traduz o sentimento do povo brasileiro, que é um povo cristão e pacífico, e V. Ex^a o simboliza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas vamos esclarecer. O Presidente Bush vem ao Brasil num momento de estratégia política. O Pacto das Américas vai se reunir na Argentina, em Mar del Plata. E o Presidente Bush, num gesto inteligente, achou que não deveria ir à Argentina e não passar pelo Brasil. É aquela velha tradição da rixa, etc e tal. Então, ele fez questão. É um gesto que devemos acatar e receber com simpatia, porque ele não vai passar por cima do Brasil. Vai descer no Brasil.

Mas, neste momento, o que eu quero dizer é que...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...na situação difícil em que se ele se encontra, no desgaste que está...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No desgaste em que ele está...

É que estou me referindo a US\$1 trilhão. Veja que é muito dinheiro.

No desgaste em que está, é o momento em que o Presidente pode chegar e dizer: “Presidente, V. Ex^a poderia interferir nesse sentido, porque metade do que vamos pagar de juros, nos próximos cinco anos, com interferência da ONU, com fiscalização internacional, vamos aplicar no desenvolvimento, na fome, na educação, na saúde. Que durante um espaço de tempo isso

seja feito, Sr. Presidente. V. Ex^a, que está percorrendo, buscando o desenvolvimento da América Latina, V. Ex^a, que veio à reunião, faça isso, Sr. Presidente. O que vamos pagar já vai ser um mar. Estamos pagando metade dos juros e vamos ser o país que mais vai continuar pagando ao Banco Mundial e às organizações mundiais". Este é o momento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Pedro Simon, peça a V. Ex^a que conclua o pronunciamento, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Este é o momento que Lula deve aproveitar. É o apelo que fazemos daqui. O Bush está em uma situação difícil e está com vontade de fazer alguma coisa que simbolize alguma simpatia pela América Latina. Acho que esse é o gesto. E Lula tem autoridade e condições para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PEDRO SIMON.

Brasília - O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), informou hoje ter descoberto a fonte dos empréstimos do banco BMG que, através do empresário Marcos Valério, beneficiaram o PT. Segundo ele, uma estatal, que ele não quis identificar, transferiu R\$ 58,3 milhões a Valério por serviços que as empresas do publicitário não prestaram.

De acordo com o relator, numa primeira operação, essa estatal repassou R\$ 35 milhões a Valério, que imediatamente fez uma aplicação de R\$ 10 milhões no BMG. Quase que simultaneamente, o banco fez a ele um empréstimo de R\$ 10 milhões, recursos que acabaram sendo transferidos ao PT. Em outra data, Valério recebeu R\$ 23,3 milhões da estatal e aplicou R\$ 19 milhões no BMG que, imediatamente, emprestou aq R\$ 19 milhões ao empresário.

Para Serraglio a coincidência de datas e valores indicam que se tratavam de operações camufladas. "Descobrimos que os empréstimos, na verdade, não era empréstimos. Eram operações de repasse de dinheiro da estatal", disse o relator.

O deputado prometeu divulgar ainda hoje o nome da estatal que fez os repasses. As estatais que tinham maiores contas de publicidade com as empresas de Marcos Valério eram os Correios e o Banco do Brasil e, em valores menores, a Eletronorte.

03/11 - 08:19 / Agência Estado

Brasília - O primeiro relatório do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator da CPI dos Correios para a área de movimentação financeira, afirmará que a versão dos empréstimos bancários para justificar a origem do dinheiro do mensalão é comprovadamente falsa. O parecer, que deverá ser entregue na segunda-feira ao relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), mostrará uma rigorosa auditoria nas contas do

empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Os técnicos da CPI descobriram que os empréstimos contraídos pelo empresário no Banco Rural não passam de uma manobra contábil, provavelmente para maquiar operações financeiras no exterior.

Maquiagem - Fruet não tem mais dúvidas sobre a maquiagem. "Os empréstimos são uma fantasia", afirma. Os técnicos da comissão descobriram que o dinheiro dos "empréstimos" creditados para o empresário simplesmente sumiu das contas. Um dos empréstimos que desapareceu dos registros contábeis foi o de R\$ 12 milhões, valor semelhante ao valor depositado em dólares, no exterior, para Duda Mendonça - cerca de R\$ 10 milhões, segundo a versão do publicitário.

Desmontada a versão do empréstimo, o relatório vai apontar como uma das fontes do mensalão os milionários contratos das agências de Valério, a SMPB e a DNA, com o governo. Fruet também vai propor uma auditoria nos contratos privados firmados pelas agências.

O relatório também vai abordar a outra ponta do esquema, os sacadores. Até agora, já foram identificados 140 deles, mas boa parte sem registro ou com CPF inválido. É o mesmo caso da relação de beneficiários de transferências eletrônicas, que apresenta vários "fantasmas" e pode revelar mais políticos envolvidos no esquema.

Desafio - A idéia de Fruet é apresentar um relatório por semana até o fim do ano, cada um sob um tópico diferente. Os próximos deverão versar sobre as movimentações das corretoras Bônus-Banval e Guaranhuns. Agora, o grande desafio da CPI para mapear as demais origens do mensalão é conseguir acesso aos documentos das contas que abasteceram a offshore Dusseldorf, do publicitário Duda Mendonça, que poderão revelar as fontes do dinheiro.

Esses documentos já estão sendo enviados ao Ministério Público e à Polícia Federal. A CPI não é reconhecida pela Promotoria de Nova York como instituição legítima para receber cópias dos documentos, mas parlamentares deverão viajar semana que vem aos EUA para pedir acesso aos documentos. Já se sabe que a offshore de Duda foi abastecida por contas de doleiros, o que demandará uma análise demorada.



**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

VALORES DEPOSITADOS NA DNA PELA VISANET

Parte em exame

Banco Titular	Con	Tipo de La Transação	Nome	Valor do Lançamento	Data Operac
001	DNA	Crédito	830-DEPOSITO ONLINE	R\$ 23.300.000,00	19/05/200
			VISANET		
001	DNA	Crédito	830-DEPOSITO ONLINE	R\$ 6.454.331,43	28/11/200
			VISANET		
			Soma:	R\$ 29.754.331,43	

Banco Titular	Con	Tipo de La Transação	Nome	Valor do Lançamento	Data Operac
001	DNA	Crédito	615-AVISO DE CREDITO	R\$ 35.000.000,00	12/03/200
			VISANET		
001	DNA	Crédito	615-AVISO DE CREDITO	R\$ 9.097.024,75	01/06/200
			VISANET		
			Soma:	R\$ 44.097.024,75	

R\$ 73.851.356,18

TOTAL 2003 e 2004

Diretoria de Marketing e Comun
Diretoria de Varejo -2005
Brasília (DF), 05 de maio de

Senhores Diretores,

1. Assunto

Propaganda e Publicidade

1.1 Aporte Financeiro da Visanet

2. Competência

2.1 Diretoria de Marketing e Comunicação e da Diretoria de Varejo.

3. Orçamento

3.1 A proposta envolve o direcionamento da verba de R\$ 23.300.000,00 (vinte três milhões, trezentos mil reais), proveniente de aporte financeiro do Fundo Emissor da Visanet, referente a contrato com emissores de cartões Visa.

4. Informações

4.1 As ações de comunicação estabelecidas para o ano de 2003 visam maior integração dos discursos institucional e mercadológico, buscando contribuir para percepção do posicionamento da empresa, o fortalecimento da marca Banco do Brasil, a conquista e a fidelização de clientes e o incentivo ao consumo de produtos e serviços.

4.2 A estratégia de comunicação aprovada prevê o desenvolvimento de campanha "guarda-chuva" de posicionamento de marca, permeando as campanhas mercadológicas de cada pilar negocial, onde serão abordadas as soluções oferecidas aos clientes.

4.3 As campanhas contemplarão, entre outras ações, o incentivo à utilização e o incremento da base de cartões de crédito e de débito.

Nota DM/MAC-2003/1141 de 29.04.2003

5. Análise

5.1 Com objetivo de fortalecer a marca Ourocard, o Fundo Emissor da V disponibiliza, anualmente, verba destinada a ações de comunicação.

5.2 Em 2000, o Banco iniciou estratégia de comunicação apresentando Ourocard como uma marca única, apoiada em cartão de múltiplo uso. Em seguida foram desenvolvidas campanhas com ênfase no estímulo ao uso da função crédito e a manutenção da liderança em faturamento de cartões.

5.3 Como resultado, o Banco manteve a liderança em faturamento de cartão crédito com R\$ 13,5 bilhões, representando um crescimento de 33,3%. Com relação à emissão de cartões, atingiu-se o patamar de 4 milhões.

5.4 A verba repassada pela Visanet, em 2002, foi investida em ações de marketing nas campanhas Ourocard, e Visa Electron com expressiva utilização de marketing exterior.

5.5 Em 2003, o Fundo Emissor da Visanet disponibilizará o valor R\$ 23.300.000,00 (vinte e três milhões, trezentos mil reais), para dar continuidade a essas ações de comunicação.

5.6 A agência de publicidade DNA Propaganda Ltda. está desenvolvendo campanha, contemplando ações de comunicação para cartões de crédito e débito.

5.7 A verba disponibilizada será utilizada, prioritariamente, para a campanha de cartões e permitirá o reforço das ações de divulgação dos cartões Pré Pago e Reais, Dólar e Euro, Business Card, Platinum, Ourocard, Visa Electron e Clube Ouro conforme demanda a ser apresentada pela Diretoria de Varejo.

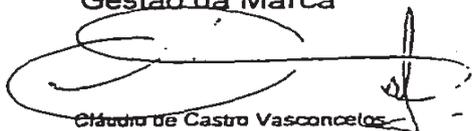
5.8 O repasse ocorreria diretamente para a DNA Propaganda Ltda., mediante depósito em conta-corrente 602.000-3, agência 3032-5, junto ao Banco do Brasil ficando a utilização da verba condicionada à aprovação das campanhas, pela Diretorias de Marketing e Comunicação e de Varejo.

5.9 A Diretoria de Marketing e Comunicação apresentará relatório de acompanhamento de desembolso, com os respectivos planos de mídia e custos de produção e dará conhecimento ao Comitê de Comunicação das campanhas com valor superior a R\$1.000.000,00 e ao Conselho Diretor das campanhas com valor superior a R\$ 3.000.000,00.

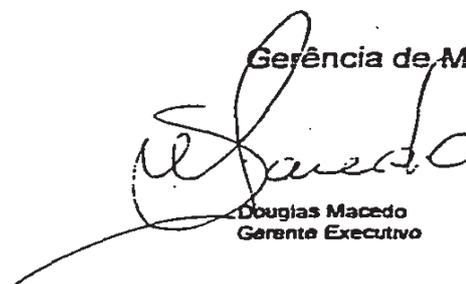
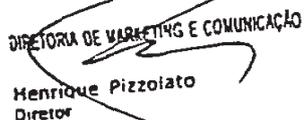
Nota DIF/MAC-2003/1141 de 29.04.2003

6. Proposta**6.1 Propomos:**

- a) Aprovar aporte financeiro de R\$ 23.300.000,00 (vinte e três mil trezentos mil reais) na forma item 5.7;
- b) Aprovar o repasse da verba para a agência de publicidade Propaganda Ltda. na forma do item 5.8.

Gerência de Propaganda e
Gestão da Marca
Cláudio de Castro Vasconcelos
Gerente Executivo

Gerência de Meios de Pagamento


Douglas Macedo
Gerente Executivo**7. Despacho da Diretoria de Marketing e Comunicação e da Diretoria Varejo***De acordo
em 06/05/03*
DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO
Henrique Pizzolato
Diretor*De acordo
em 06/05/03*
Fernando Barbosa de Oliveira
Diretor

Diretoria de Marketing e Comunicação – 2005/ 4023
 Brasília (DF), 25/10/2005

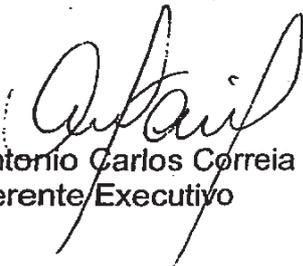
À
 DNA Propaganda Ltda
 Rua Aimorés, 981 – 2º Andar – Br. Funcionários
 Belo Horizonte – MG

Sr. Presidente,

FUNDO DE INCENTIVO VISANET 2004 – Vimos por meio desta, notificar essa Agência de Propaganda, gestora do Fundo de 2004, que, conforme nossos controles, encontram-se pendentes de conciliação os valores abaixo:

→ Saldo da verba sem destinação (novos projetos)	R\$ 1.327.178,58
→ Saldo referente aos 66 projetos autorizados	R\$ 2.813.666,50
→ Valor pendente de confirmação de pagamento	R\$ 4.954.764,92
	=====
→ Saldo Fundo VISANET 2004	R\$ 9.095.610,00

Atenciosamente,



Antonio Carlos Correia
 Gerente Executivo

ROTEIRO 1

1) Em 12/03/2004 a Visanet (por autorização do BB) deposita R\$ 35 milhões na conta da DNA no BB.



2) Em 15/03/2004, a DNA aplica no BB DI o valor de R\$ 34.867.000.



3) Em 22/04/2004 a DNA transfere do BB ao Banco BMG uma TED no valor de R\$ 10 milhões, onde o favorecido é o próprio Banco BMG e a finalidade é "crédito em conta".



4) Em 26/04/2004, o Banco BMG concede um empréstimo a Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda. no mesmo valor da TED, com garantia do aval de Marcos Valério Fernandes de Souza e Rogério Lanza Tolentino e de uma aplicação financeira em nome da DNA, junto ao BMG, no valor de R\$ 10.000.000.



5) Esse empréstimo de R\$ 10 milhões consta da relação do Marcos Valério como sendo de P.T.



6) A operação acima, cataca... é ajuizada em 01/09/2005, sem a execução da gda como de auto-liquidez, é ajuizada em... oferecida (a aplicação).

ROTEIRO 2

1) Em 19/05/2003, a Visanet faz um depósito no valor de R\$ 23,3 milhões, também no BB.



2) Em 20/05/2003, a DNA faz uma aplicação em fundo de investimento no BB no valor de R\$ 23.211.000.



3) Em 26/05/2003, a SMPB faz um empréstimo de R\$ 19 milhões junto ao Banco Rural.



4) Esse empréstimo de R\$ 19 milhões consta da relação do Marcos Valério como sendo do PT.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, do PDT de Roraima; em seguida, à Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos. Espero que cumpra o prazo de até vinte minutos, por gentileza, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprirei com o maior rigor. Muito obrigado, Excelência.

Gostaria de complementar o que disse o Senador Pedro Simon em relação aos pagamentos de juros. Neste ano, vamos pagar R\$180 bilhões. Se fizermos

a conta, nós pagamos meio bilhão de reais por dia. É muito dinheiro. Temos que chamar para conversar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua quase totalidade, as universidades federais brasileiras suspenderam suas atividades acadêmicas. Em alguns casos, caminha-se para o terceiro mês de paralisação. O movimento grevista no setor, que ganhou força a partir de fins dos anos setenta, em pleno regime militar, repete-se insistentemente de uns tempos para cá. Infelizmente, os problemas se acumulam, soluções efetivas são postergadas e, ao cabo, perdem todos – professores, estudantes e sociedade brasileira.

Penso ser mais do que chegada a hora de se partir para o enfrentamento da questão, com o máximo

de responsabilidade, espírito cívico e racionalidade. Afinal, não é crível que pessoas esclarecidas estejam dispostas a sacrificar suas atividades de pesquisa e de docência, em instituições de ensino superior mantidas pelo contribuinte brasileiro, pelo simples prazer de paralisá-las ou pelo objetivo inconfessado de colocar os governos – sejam quais forem – em situações de desconforto. De igual modo, não se sustenta, por absurda e ilógica, a tese de que a administração pública federal – independentemente dos governos que a conduzam – tenha o deliberado propósito de destruir as universidades.

Sr. Presidente João Alberto, se estamos de acordo quanto a essas premissas, resta-nos a única saída aceitável para uma crise que, sob todos os aspectos, é profundamente maléfica para o País. Mais do que mera política de governo, o que o Brasil mais necessita, neste momento, é de uma política pública para a educação que, agindo na perspectiva do médio e do longo prazo, parta da educação infantil, envolva o ensino fundamental e o ensino médio, chegando à educação superior.

É falsa a dicotomia entre educação básica e superior, como bem lembrou recentemente o Ministro Fernando Haddad. Não sendo jamais concorrentes, ambos os níveis são etapas convergentes dentro do sistema educacional. E, nos dois casos, a presença do Poder Público é absolutamente indispensável e insubstituível. Esse é o pressuposto essencial. Um país como o Brasil, nas condições históricas do tempo presente, não pode se dar ao luxo de destruir suas enormes potencialidades e comprometer, melancólica e irremediavelmente, seu futuro. Que ninguém se iluda: se nada for feito para alterar radicalmente nosso cenário educacional, teremos perdido, em definitivo, o compasso da História.

Fixemo-nos no caso de nossas universidades federais. Historicamente, sabemos todos, elas foram criadas para atender ao estratégico papel de liderança do processo de produção do conhecimento, entendido como fundamental para o nosso desenvolvimento, a partir da acurada reflexão em torno da realidade brasileira. Eis a razão pela qual, especialmente nas décadas que se seguem ao fim da Segunda Guerra Mundial, essas instituições foram criadas e multiplicadas pelas diversas unidades da Federação.

Foi essa a opção feita pelo Brasil, como, de resto, por quase toda a América Latina. O projeto nacional-desenvolvimentista consagrado nos anos cinqüenta do século passado, e que teve na Cepal um de seus mais importantes formuladores, pressupunha o papel de vanguarda das universidades públicas. Por meio da investigação científica e da transmissão do saber,

essas universidades assumiam o compromisso de contribuir para a superação do atraso, da miséria, do subdesenvolvimento, enfim, situação que impedia nossa plena realização como Nação e como Estado. E, de maneira geral, elas cumpriram sua missão. Como, aliás, fazem-no até os dias de hoje.

Graças a essa visão estratégica, com a qual concordamos integralmente, consolidou-se a tese de que essas instituições deveriam ser criadas e mantidas pela União. O problema é que, na medida em que a população crescia e a sociedade brasileira rapidamente se urbanizava – fenômeno de invulgar intensidade que ocorre entre as décadas de 1950 e 1970 –, o Poder Público se viu incapacitado de acompanhar a ampliação da demanda pela educação superior, a qual lhe cabia oferecer.

Sr. Presidente João Alberto Souza, Senador Mão Santa, Senadora Heloísa Helena, disso se origina o drama que hoje nos envolve, particularmente agravado no último decênio. O que antes era quase uma exclusividade do Poder Público, agora, para ele, se torna atividade periférica. Afinal, neste momento, apenas algo em torno de 20% dos universitários brasileiros estão matriculados em instituições públicas. Em decorrência, a esmagadora maioria – os demais 80% – não tem alternativa senão a de estudar em universidades, centros universitários ou faculdades mantidas pela iniciativa privada. No mais das vezes, pagando por seus estudos um valor superior às suas possibilidades.

A questão se reveste de dramaticidade ainda maior quando se sabe que, mesmo não conseguindo expandir adequadamente o número de suas instituições e o das vagas nelas oferecidas, ficando longe do minimamente necessário para atender à crescente demanda, o Governo Federal sequer está conseguindo manter as existentes de modo satisfatório. É o próprio Ministério da Educação que reconhece o fato: as verbas para o custeio das universidades federais praticamente ficaram congeladas nos últimos dez anos! Quanto às de investimento, desnecessário tecer qualquer comentário.

Daí os baixos salários de docentes e de funcionários, o que justifica plenamente a insatisfação dessas categorias profissionais. Daí a monumental redução da participação do setor público na oferta da educação superior.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Daí as enormes dificuldades encontradas pelos pesquisadores para a continuidade de seu trabalho ou para abertura de novas frentes de investigação científica, o que é lamentável sob todos os aspectos. Daí, enfim,

as constantes denúncias de sucateamento de nossas valorosas universidades, algo moralmente inaceitável e que, sob o ponto de vista do desenvolvimento do País, é simplesmente desastroso.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do Paraná.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a aborda um tema da maior importância exatamente num momento crucial, porque há greve e há alunos sem aula há 90 dias. Alunos do Cefet, em São Paulo, uma instituição federal, reclamam que estão abandonados, sem canais de comunicação, inclusive com o Governo e com a própria sociedade, para alertar sobre esse terrível impasse que proporciona a eles um prejuízo enorme: noventa dias sem aula. Por quê? Porque os professores reivindicam melhoria salarial e não são atendidos. Parece-me que há intransigência do Ministro até em receber lideranças para tratar do assunto, num descaso incompreensível com a educação no País. E, certamente, aqueles que acreditaram no projeto de Nação defendido por Lula durante a campanha eleitoral, têm, nesse fato, mais uma razão especial para a frustração, para a decepção, porque tratar assuntos de educação dessa forma, com tanto descaso, com irresponsabilidade, com desprezo, é, sem dúvida, uma frustração para quem acreditava naquele projeto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de informar que o Senador Mão Santa teve aprovado um requerimento na Comissão de Educação, no qual convida o Ministro da Educação para vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre essa greve e os movimentos das universidades.

Daí, como conseqüência, o País caminhar ladeira abaixo quando se trata de vencer o desafio de bem se posicionar em um mundo cada vez mais dependente do avanço tecnológico que só o conhecimento científico pode proporcionar. Hoje, ao contrário do ocorrido em épocas passadas, o grande capital que move a economia é o saber, é o conhecimento. Justamente por isso, mais e mais indispensável é a presença ativa e atuante da instituição universitária pública brasileira, como centro de pensamento, de intercâmbio de idéias, de produção e de disseminação do conhecimento que a todos atinja.

Se grandes ainda são as diferenças regionais, que emperram o desenvolvimento sustentado e harmonioso do País, infinitamente maiores seriam sem o concurso das universidades e dos centros de pesquisa públicos existentes no Brasil. Portanto, há um legado que não pode ser perdido, uma herança extremamente positiva que não pode, em hipótese alguma, ser vilipendiada.

Sr. Presidente João Alberto, Senador Alvaro Dias, Senador Mão Santa, Senadora Iris, Senadora Heloísa, o Brasil somente conseguirá ser grande e oferecer aos seus cidadãos condições dignas de vida quando conseguir propiciar educação básica de qualidade para todos, sem qualquer forma de exclusão. Mas, ao mesmo tempo, somente conseguirá ser efetivamente contemporâneo de seu tempo se mantiver um sistema público de educação superior compatível com os anseios de sua população e plenamente integrado às condições históricas do tempo presente.

Por tudo isso, conclamo a todos – Governo Federal, Congresso Nacional, educadores, estudantes e os mais diversos setores da sociedade – a se unirem a favor da Educação brasileira e, ante a situação aqui apresentada, a buscarem saídas para a crise da universidade pública. Que a exposição franca das posições e a serenidade cívica que se espera de todos nós possam iluminar os caminhos da redenção dessa instituição tão necessária.

Sr. Presidente João Alberto, provavelmente, neste momento, o melhor a fazer seja baixar as armas, pensar no futuro e comprometer-se com as soluções. Mais do que a identificação de eventuais culpados, penso que o caminho que haveremos de trilhar seja o da convergência de objetivos. Só assim daremos ao Brasil a resposta que ele merece e que ansiosamente aguarda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por permuta com a Senadora Iris de Araújo. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, no início dos trabalhos, Presidente João Alberto, falava V. Ex^a de ratos e baratas, até fazendo um pronunciamento sobre infra-estrutura, turismo e os mecanismos de dinamização econômica que esse setor possibilita. Assim, acabei por lembrar que o assunto de que vou tratar hoje – relação da execução orçamentária, do superávit com a saúde, com a educação – também envolve outro rato. Um Ratto com dois tês, evidentemente um Ratto sofisticado, o Sr. Rodrigo Ratto, Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, a grande personalidade deste órgão que coordena a América Latina. Talvez o nome Ratto, embora com dois tês, seja o nome mais apropriado de um bípede, é verdade, mas também de um tipo de política que de fato corrói toda a possibilidade de estruturação de políticas sociais, econômicas e públicas para o Brasil.

O problema da educação e da saúde no Brasil não é fácil, é verdade. Envolve alta complexidade técnico-econômica, porque traz para si todo um acúmulo de ausência de políticas sociais e públicas e tem um quadro extremamente dramático. Quando tratamos da educação e da saúde, de pronto, algumas pessoas perguntam qual a alternativa para minimizar a dor e o sofrimento de milhões de pessoas espalhadas pelo Brasil e que necessitam da educação e da saúde públicas, especialmente.

O pior é que estamos em 2005 e o que já foi produzido na área de ciência, de tecnologia?... Hoje se pode detectar, quase que mensalmente, uma sonda que identifica o barulho de uma lua, de um astro na galáxia, ou fazer clonagem. São tantas as descobertas que considero absolutamente estranho, em 2005, ficar todo o tempo a se lamentar da ausência de políticas públicas na área de saúde e de educação.

O pior, o mais duro, Senador Mão Santa, sabe V. Ex^a como médico, é que tanto na área da saúde como na da educação não seria necessária nenhuma nova proposta se nós tivéssemos um Governo que cumprisse a lei. Na área da saúde, Senador João Alberto, temos a legislação mais avançada do mundo. No Planeta Terra, a legislação mais avançada é brasileira: a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. Alguns poderão dizer: “Temos também a legislação mais avançada na área de assistência social, uma verdadeira declaração de amor aos deficientes, aos idosos, aos marginalizados, aos oprimidos”.

Na área de educação, por mais que compreemos verdadeiras batalhas aqui no Congresso Nacional, como já fizeram o Senador Cristovam, o Senador Lauro Campos, eu e vários outros, para modificar a legislação em vigor no País e garantir o acesso a educação pública, gratuita, laica, de qualidade, se se cumprisse o que está estabelecido hoje na legislação, já teríamos um quadro absolutamente distinto do atual.

O mais grave é quando passamos a analisar o Orçamento. Estamos em outubro, praticamente no final do ano, e quando analisamos o Orçamento público... Várias vezes o Senador Alvaro Dias, o Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores já trataram do tema na Casa. Fui ver quantas vezes já falei sobre superávit durante meu mandato. Ficou impraticável fazer a conta. Aliás, fui fazer levantamento de quantas vezes eu tinha falado disso quando eu era Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso e Líder do PT, porque aí a angústia se transforma tornando-se muito maior. Descobri no **Diário Oficial** que até no dia do meu aniversário eu estava aqui falando como Líder do PT, da Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, dessa patifaria neoliberal que impõe dor, mi-

séria, desemprego e sofrimento à grande maioria da população. E no que a minha angústia é muito maior? É descobrir, por meio das frias estatísticas oficiais, pela análise técnica, econômica, orçamentária, que o Governo Lula conseguiu ser pior do que o Governo Fernando Henrique Cardoso do ponto de vista da disponibilidade orçamentária, das políticas públicas e das políticas sociais.

E aí fomos analisar tudo o que estava orçado. O que está orçado não é o que é necessário para o País, mas aquilo que foi encaminhado pelo Presidente da República e que o Congresso Nacional aprovou. Eu sei que o Congresso Nacional é medíocre; eu sei que o Congresso Nacional funciona como um medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto; eu sei que o Congresso Nacional não fiscaliza. Eu sei que nós não fazemos o Orçamento; nós fazemos garimpagem orçamentária. É isso que fazemos. Nós só mexemos no Orçamento quando queremos estabelecer mais recursos para saúde, para educação, para reforma agrária, para as Forças Armadas. Fazemos garimpagem orçamentária: tiramos de um lugar, jogamos para outro.

Eu sei que tudo isso que o Governo continua fazendo é porque o Congresso não se respeita, porque o Congresso se submete a ser tratado como uma prateleira de mercadorias parlamentares.

Ora, a Suprema Corte americana, em 1971, quase fez o *impeachment* do Nixon porque não cumpria a lei orçamentária... Aqui, a Constituição do País, que não é nenhuma constituição revolucionária, nada representa de revolução socialista ou revolução democrática, a Constituição diz que é crime de responsabilidade não cumprir a lei orçamentária. Mas por que o Presidente não faz? Fernando Henrique não fazia, os outros não faziam, Lula não faz. Por quê: porque contam com a omissão, a cumplicidade vergonhosa do Congresso Nacional; porque sempre têm mercadorias parlamentares que sabem que, sendo da base de bajulação, no finalzinho do ano vão ter suas emendas liberadas. E o povo que se lixe! Porque é isso que o Congresso Nacional faz.

Vejam só uma coisa: como se pode explicar um País de dimensões continentais como o Brasil com problemas gravíssimos, gravíssimos na área de saúde... Estão aqui dois Senadores competentes, médicos. Os dois sabem o problema gravíssimo do perfil epidemiológico do nosso País. Temos, ao mesmo tempo, as doenças características do subdesenvolvimento, como hanseníase, tuberculose e as que supostamente são vinculadas à modernidade, as doenças crônico-degenerativas, os acidentes de trânsito e as mortes por violência. O Brasil apresenta um perfil epidemiológico

absolutamente complexo. Ninguém mais pode dizer no Brasil: “É preciso fazer medicina preventiva”. Não adianta mais. É preciso fazer medicina preventiva e curativa. É necessário estabelecer mecanismos desde a porta de entrada do sistema, que é o postinho de saúde com as quatro clínicas básicas, até a alta tecnologia para viabilizar tratamento das doenças crônico-degenerativas, das doenças cardiovasculares, que atingem mais os filhos da pobreza. Os filhos da elite conseguem tratar o problema no início, desde um simples nódulo que pode viabilizar um câncer ou a diabetes no início, ou a hipertensão leve. Os filhos da pobreza, por sua vez, não tratam de nada. O perfil epidemiológico no Brasil é tão dramático porque a população mais pobre traz para si as doenças do subdesenvolvimento e também as doenças que supostamente seriam vinculadas à modernidade.

E o sistema de saúde – veja, Senador João Alberto – consta da lei mais avançada do planeta Terra. Analise-se a dor e o sofrimento de milhares de pessoas que perambulam pelas filas quando têm um filho em casa com febre ou quando estão atrás de uma porcaria de papel chamado autorização de internação hospitalar, ou qualquer outro nome que a norma técnica estabelece, para conseguir fazer uma cirurgia. Por que isso acontece? Isso se dá tanto na saúde como na educação. Vou tratar só desses dois temas em função do meu tempo; deixarei a segurança pública e a assistência social para outros dias.

Do Orçamento aprovado, autorizaram-se para investimento 22,3 bilhões. Sabem todos da rapinagem dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional e dos parasitas sem pátria do capital financeiro e do Governo covarde – o atual igual ao anterior –: eles já fazem o contingenciamento, a não-execução orçamentária. Desses 22,3 bilhões, 13 bilhões escaparam da garrafa, do corte, do contingenciamento e de outras coisas mais. Até este mês, dos 13 bilhões que foram salvos, apenas 2,7 bilhões foram de fato executados.

Na área da saúde, o fato é mais grave. Por quê? Porque havia 2,6 bilhões para investimentos na área da saúde. De fato foram liberados 146 milhões. Isso é crime porque quando não se investe no setor público – um problema gravíssimo relacionado à própria Administração Pública por causa desse maldito contingenciamento, não-execução, construção do superávit – inviabiliza-se o andamento adequado das políticas públicas e impõe-se algo que não se recupera, a vida da pessoa. Isso é um escândalo.

Eu falei da área de educação e saúde – e ainda vou voltar a elas –, mas, vejam: na área de habitação, foi executado apenas 2,76% do que estava orçado; na

área de saneamento, apenas 5,64% do que estava orçado. Isso é uma coisa inimaginável!

Na área da educação, quando vamos analisar o que foi liberado para a educação... E sabemos todos nós como estamos. O início do debate sobre o Fundeb vai ser uma verdadeira guerra. Como eles estabeleceram para o Fundeb “um aumento” – entre aspas – das migalhas que caem da mesa farta dos banqueiros? O que foi que eles fizeram para o Fundeb? Aumentaram 1,5 bilhão no Fundeb. Dividido por mais de cinco mil Municípios brasileiros, quanto isso vai significar?

O pior é que eles deixaram de fora a educação infantil para a pré-escola. Não existe criança de até 3 anos no Brasil. Eles sumiram com as crianças de até 3 anos no Brasil. O que acontece? Como queremos incluir a educação infantil e, portanto, as creches, vamos ter de brigar entre nós mesmos. Já estamos brigando. Quem defende o ensino fundamental contra a educação infantil ou creche ou pré-escola? Contra a educação de jovens e adultos? Contra o ensino profissionalizante? Contra o ensino médio? Para introduzirmos as creches, a educação infantil de até 3 anos, o percentual vai ter de sair de outro lugar. Vai ser de onde? Das crianças da pré-escola? Do ensino fundamental? Do ensino de jovens e adultos? Do ensino profissionalizante? Do ensino médio? Não tem quem agüente uma coisa dessas.

Até em determinados temas que o Unicef acompanha com lupa, como a exploração sexual das crianças, olhem o quadro absolutamente dramático, irresponsável e covarde para o Nordeste. Quem precisa do setor público não é filho ou neto de Senadora ou de Senador, nem nós, que temos seguro-saúde e restituição. Quem precisa do setor público são milhões de pessoas no País que só têm nesse setor a única referência de atendimento. Para milhões de filhos da pobreza espalhados pelo Brasil só há o setor público. Uma gestante na hora que grita de dor só tem a maternidade pública. Um pai de família, um idoso com uma doença crônica degenerativa que precisa de uma cirurgia não tem um amigo médico, enfermeira, e só pode contar e precisa do setor público.

E até na área das crianças vítimas do abuso e exploração sexual, mais de 100 mil foram identificadas – esta Casa, inclusive, por meio da Senadora Patrícia Saboya Gomes, fez um bellissimo trabalho em relação ao tema – e foram identificadas também mais de 241 rotas de tráfico e de exploração sexual de crianças e de mulheres. Sabe que essa execução orçamentária canalha faz? Para o Nordeste, Senador João Alberto, nada. Para o Nordeste, para as ações de programa de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, do que estava previsto no Orçamento,

sabe quanto foi executado para o Nordeste? Zero. Absolutamente zero. E não é só para o Nordeste, é verdade, dirão alguns, mas no Nordeste é maior inclusive.

Então, a execução do Orçamento da União, o que foi disponibilizado para a saúde, a educação é uma coisa impressionante. É de uma irresponsabilidade. E para quê? E tudo isso para construir o superávit, o que dá raiva, para viabilizar os interesses dos gigolôs do capital financeiro, desses senhores parasitas sem pátria. Nunca correrá uma lágrima no rosto de uma dessas personalidades em razão da dor e do sofrimento que acometem a grande maioria do povo brasileiro.

Tenho raiva do atual Governo, do Governo Lula, por agir da mesma maneira que o Governo Fernando Henrique, ao legitimar a verborragia da patifaria neoliberal. Isso é que é um crime. Quando o Governo deixa de executar ações públicas de políticas sociais e de políticas de investimento que dinamizam a economia, geram emprego e renda, ou seja, quando isso não é feito para compor o superávit, há uma falsa economia entre o que o Governo arrecada e gasta, lucrando o dinheiro que passa, para encher a pança dos banqueiros. Portanto, o Governo ainda economiza. Se eles reduzissem ao menos 30% do que aplicam no superávit, investiríamos R\$ 40 bilhões naquilo que é essencial para o Brasil. E ainda vão receber para comer churrasco. É uma pena que não seja carne contaminada com aftosa e é uma pena também que a aftosa não cause infecção nas pessoas, já que o máximo que pode ocorrer é uma “aftazinha”, pois nem baba provoca.

Esse tipo de política econômica que impõe dor, miséria, desemprego, desestruturação de parques produtivos e impérios serve para quem? Para o filho do Presidente, da Senadora ou do Senador? Não. Para milhões de pessoas que não têm...

Portanto, quero manifestar, mais uma vez, o meu protesto. A raiva maior que dá é o fato de que não precisa de fórmula mágica nenhuma, não precisa de projeto novo, não precisa de proposta nova. Insanos – insanos, não, porque se fosse insanidade eu perdoaria –, gentalha covarde, cumpra ao menos o que foi conquistado pela luta de milhões de movimentos sociais no Brasil, que é aquilo que está na lei. Cumpram ao menos... Deixem de ser tão covardes diante dos parasitas sem pátria do capital financeiro...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, mais um minuto para V. Ex^a concluir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Cumpram ao menos o que está na lei da saúde, da educação, aquilo que foi aprovado.

Então, fica aqui o nosso protesto, mais uma vez, a nossa vergonha diante dessa posição covarde, omissa e cúmplice do Congresso Nacional, que, infelizmente, não tem tido capacidade de fiscalizar os atos do Executivo. Fica esperando para, no final do ano, receber – quem é da Base de bajulação – esse tipo de acordo espúrio que sai lá e não faz nada.

Fica aqui mais uma vez o meu protesto. Analisem as frias estatísticas oficiais, façam uma análise da execução financeira, contábil, orçamentária, e digam o contrário. Porque qualquer pessoa de bom senso que faça a análise da execução financeira, orçamentária e contábil tem obrigação de dizer que o Governo se acovarda diante dos parasitas sem pátria e impõe dor, miséria e sofrimento à grande maioria da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Por permuta com o Senador Alvaro Dias, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

S. Ex^a tem até 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto, que preside esta sessão de 03 de novembro de 2005, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Televisão do Senado, pela Rádio AM/FM e que nos lerão por meio do **Jornal do Senado**.

Senador João Alberto, V. Ex^a, hoje, fez um brilhante pronunciamento sobre o turismo, sua perspectiva de emprego e sua perspectiva em São Luís, no Maranhão, no nosso delta do Piauí e do Maranhão, no Nordeste e no Brasil. Venho, agora, com uma preocupação que nos toca profundamente. E a poesia, a música, elas se comunicam mais do que as oratórias. Daí por que a Bíblia busca, de quando em quando, os Salmos. Davi falava mais na música.

Recordamos o grande maranhense que dizia: “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá; as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”. “O meu boi morreu, o que será de mim? Manda buscar outro, maninho, lá no Piauí”.

Então, essa é a preocupação, Senador Eduardo Suplicy. Essa é a preocupação que pelo menos Lula tem que entender. A música: “o meu boi morreu, o que será de mim? Manda buscar outro, maninho, lá no meu Piauí”.

Senadora Heloísa Helena, é com muita preocupação que vejo a aftosa. Senador Eduardo Suplicy, não sei se V. Ex^a já foi convidado para as sessões de cinemas

no Alvorada, do Lula. Dizem que toda semana há uma sessão de cinema. O Senador Eduardo Suplicy nunca foi convidado. Pois, agora, convide-se V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já assisti a um filme lá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já assistiu? Pois vou sugerir um ao Lula. Pode ser que ele aprenda, Senador João Alberto Souza, pelo cinema, porque é agradável, porque estudar mesmo ele não gosta. E vai ter muita dificuldade em enfrentar a aftosa. Vai, porque, atentai bem, Senadora Heloísa Helena, todos os nossos veterinários das universidades federais estão enfurecidos, enraivecidos. Estão em greve, e o mal-educado Ministro não os atende. E Lula não vai ter horizonte para sair disso, para entender a aftosa. Não vai porque não estudou. Inclusive, declarou que ler é chato. E quem poderia guiá-lo eram os pesquisadores das universidades federais, Senador Augusto Botelho, os veterinários, os agrônomos, mas eles estão enraivecidos, porque estão em greve e não são atendidos.

Mas, Senador Eduardo Suplicy, anos atrás, nos anos 60, foi exibido o filme “O Indomado”, com Paul Newman – todos nos lembramos daquele artista bonito, Senadora Heloísa Helena, o Paul Newman, lá dos Estados Unidos do Presidente Bush. Paul Newman até se parece com o Presidente Bush agora, porque o Bush, nesse ponto, é atlético, é forte, é viril, é texano, ninguém pode negar. No filme interpretado por Paul Newman, o velho pai dele é um daqueles homens austeros, texano, pecuarista, criador. O americano tem uma formação religiosa muito forte.

Senadora Heloísa Helena, este filme, “O Indomado”, do começo dos anos 60, tem como ponto central da trama um foco de febre aftosa na fazenda. Então, eu pediria ao Senador Eduardo Suplicy, para o Lula entender a gravidade das conseqüências, que assista pelo menos ao filme de Paul Newman, “O Indomado”, para ele entender as conseqüências.

A sábia Heloísa Helena, professora, enfermeira, Senadora, amante, disse aqui que a doença não pega na gente, podemos comer o churrasco tranqüilo. É uma doença que afeta o bolso. Nós sabemos disso, nós, que viemos do gado, que festejamos e cantamos o Bumba-meu-Boi – e aí o Maranhão empata com o Piauí, porque todos têm o Bumba-meu-boi: “O meu boi morreu, o que será de mim? Manda buscar outro, ó maninha, lá no Piauí” – é a nossa música. No Maranhão também, mas nós concorremos com o boi. A doença é econômica, é do bolso. Aquela virose provoca uma “babadeira” no boi, ele enfraquece, tem astenia, caquexia, emagrece, debilita-se, e o rebanho

vai acabando. Quer dizer, a doença não se propaga, e o homem não é hospedeiro.

Mas, para o Piauí, é pior, porque também pode ocorrer naquilo que é nossa riqueza, Suplicy, a caprinocultura e a ovinocultura. É uma lástima, Senador João Alberto. Eu não sei lá no Maranhão, mas é bom V. Ex^a e todos os Senadores verem nos seus Estados. O Piauí é rico de boi, caprinos e ovinos.

Houve uma revista, “Realidade”, que, gozando o Piauí, anos atrás, disse até que a bandeira do Piauí era um couro de bode. E isso aí foi muito importante. O que eu fiz, inspirado nisso, foi trazer dois curtumes multinacionais: um de Vic, em Parnaíba, o Codina; e um lá de Barcelona, o Europa, em Teresina. Então, bode hoje é riqueza – caprinocultura e ovinocultura.

O Piauí – atentai bem para a gravidade! – o Piauí, Senador Botelho, que tem um Governo do Partido. Esse Partido é incompetente. Todo mês saem do Piauí, só do sul do Estado, cem mil caprinos e ovinos, que são vendidos. Isso também transmite doenças. Quer dizer, não é um problema do Piauí.

Senadora Heloísa Helena, justiça seja feita, tivemos problemas para vacinar, quando eu governava o Piauí, mas todos os três Ministros da Agricultura, altamente responsáveis, deram-me recursos para fazer essa vacinação. Quer dizer, não é um problema federal.

Senador João Alberto, está aqui um jornalista livre do Piauí, do jornal **O Globo**, Efrém Ribeiro. O Piauí só dispõe de 150 mil doses, mas 1,8 milhão de cabeças de gado. Não adianta nada! Significa, matematicamente, se não perderem nenhuma vacina, se forem eficientes, capazes e competentes, o que não são – não são! – 8% de gado vacinado. De nada vale vacinar 8% do rebanho.

O que diz o jornalista?

O primeiro dia da campanha de vacinação contra a febre aftosa no Piauí foi marcado pela falta de vacinas, principalmente na região onde está a maior parte do rebanho. O diretor da Unidade de Defesa Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento Rural, José Antonio Filho, disse que o IBGE estima que no Piauí haja 1,8 milhão de cabeças de gado, mas no mercado há apenas 150 mil doses de vacina. Ele afirmou que das dez lojas que vendem a vacina só uma tem o produto. Os maiores municípios em pecuária, como Bom Jesus e Parnaíba, não têm vacinas.

Esses municípios, que têm uma extraordinária bacia leiteira, não terão condição para vacinar.

E continua o jornalista:

José Antonio disse que se até o dia 5 continuar faltando vacinas, o Piauí pedirá ao Ministério da Agricultura mais prazo para a vacinação, que acaba em 30 de dezembro. Ele explicou que as lojas não têm vacinas pois precisam de capital de giro, além de local de armazenamento adequado.

Pois bem, não têm dinheiro nem armazenamento adequado, têm é o problema. E o que tem que se enfrentar é o problema.

Senador João Alberto, está aí um Papa novo. Está toda a Igreja Cristã Católica tranqüila, porque ele foi seminarista, padre, cardeal. Ele trabalhou e é Papa. Está aí o Papa, tranqüilo, numa continuidade. Entendo que, para ser Presidente da República, tem que ser antes prefeitinho, governador. Ou é querer guiar, Senadora Heloísa Helena, uma carreta sem ter guiado um Fusca.

Senador João Alberto, eu sou abençoado, eu convivi com muita gente boa. Entre eles talvez o mais digno, o mais capaz e o mais competente que passou aqui, Petrônio Portella. Com 54 anos, Senador Alvaro Dias, foi duas vezes Presidente deste Senado, Ministro da Justiça. Iria ser Presidente da República. Iria. O jogo era, Senador João Alberto, ele passou para mim: tinha PDS e PP; juntariam os dois, e engoliriam o PMDB. Como Getúlio fez: juntou o PSDB e o PTB, e a UDN sobrava. Então, ele seria o Presidente; Tancredo Neves, do PP, o vice. Essa seria a história. Mas a minha mãe sempre repetia a Terceira Franciscana: “O homem põe, e Deus dispõe”. Deus não quis que isso acontecesse.

Senador João Alberto, Petrônio virou-se uma vez para mim e disse: “Mão Santa, seja prefeito da sua cidade, seja prefeitinho, que você vai ser tudo neste Piauí.”

Está lá o retrato. Eu tenho um retrato, eu e Adalgisa sendo abençoados pelo Papa. E outro, eu muito jovem, Petrônio me tentando e me orientando a ingressar: “Seja prefeitinho primeiro.” É essa a experiência.

O que eu queria dizer aqui é que é dramático. O Piauí tem história de gado. Senador Botelho, nós, este Brasil só é grande, grandioso, pelo Piauí. Todo brasileiro, quando olhar este Brasil grandão, pense no Piauí.

Quando se deu a Independência, foi de pai para filho: “Filho, fique com o Sul, que é rico. O Norte será de Portugal”, o País Maranhão. João VI mandou seu sobrinho e afilhado, grande militar português, Fidié, para garantir isso. E nós, piauienses, em batalha sangrenta o expulsamos, e ele foi para o Maranhão, depois voltou e foi extraordinário militar do exército português. Na sua aposentadoria ele exige, porque ele venceu a

batalha. A batalha, nós perdemos, mas ele teve que deixar, ele sucumbiu depois.

Então, o Piauí sustentou essa guerra com gado. Existia na minha cidade talvez um dos maiores brasileiros, Simplício Dias da Silva, o Simpliçião, ele financiou porque tinha cinco navios que exportavam charque – indústria de charque – para o Sul e para a Europa. Ele financiou, ele buscou cearenses em Viçosa e Granja, para pegar na volta, depois de ter Fidié invadido Parnaíba. Esta é a verdade. Gonçalves Dias estava no útero de sua mãe, em Caxias, e conta essa história por saber na literatura.

Mas, então, a história do Piauí é ligada a isso tudo, Senadora Heloísa Helena. O Piauí, esse grandioso Estado do Brasil, por duzentos anos foi colônia de Pernambuco; depois de cem anos, colônia do Maranhão.

A nossa capital é a mais jovem planejada deste País. A primeira! Foi ela que inspirou Belo Horizonte, que tem cem anos; Goiânia, setenta e cinco anos; Brasília e Palmas.

Então, este é o nosso Estado e que os portugueses através de Domingos Jorge Velho mataram os nossos índios. Eu sobreí. Eu sou neto, Alvaro Dias. Lá no delta, na ilha, tinha uns índios louros, tremembés, é... por isso a nossa...

Domingos Jorge Velho acabou com os índios no Piauí.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – PI) – Concluindo, Sr. Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, ficou fértil a criação de gado. As terras vazias criavam gado; depois é que veio a agricultura. Então, essa é a nossa história, é a nossa vida, é a nossa luta e a nossa perspectiva.

Então, pedimos e exigimos responsabilidade deste Governo, deste Governo que dá o mínimo. O Piauí, que confiou, elegeu até um Governador do PT, que Lula venceu lá... E arrependimento não mata, porque assim quem tinha morrido era o povo do Piauí. Mas que ele responda com essa responsabilidade vacinando o nosso gado, cujo número de vacinas é insuficiente.

Era o que tinha a dizer, grande e extraordinário Senador do Maranhão e do Piauí João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, queria que acertássemos o tempo de cada orador que ainda está inscrito. O Senador Paulo Octávio também quer usar da palavra. Poderiam ser 13 minutos para cada? O Senador Paulo Octávio está presente? Sim. Portanto, concedo a palavra ao gran-

de Senador Alvaro Dias, pelo Paraná, por 13 minutos improrrogáveis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Paulo Octávio, por dez minutos improrrogáveis.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador João Alberto Souza, que tão bem representa o nosso querido Estado do Maranhão, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Parlamentar eleito pelo DF e cidadão aqui erradicado desde a juventude, eu jamais poderia deixar de trazer a esta tribuna o seguinte registro: “os brasilienses são os brasileiros mais satisfeitos com a qualidade de vida que têm”, segundo pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas.

Entre as 11 Capitais pesquisadas e suas regiões metropolitanas, além de Brasília, estão São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Recife e Salvador.

Brasília aparece no topo do *ranking* do índice de condições de vida, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas a partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar. Foram considerados aspectos – 12 variantes – tais como renda, quantidade e qualidade da alimentação, serviços de água, iluminação, fornecimento de energia, poluição, violência, segurança e condições de moradia e preservação ambiental.

A pontuação da nossa Capital Federal – é bem verdade que considerado, de per si, o Plano Piloto – foi de 108% acima da média, quantificação muito superior em se considerando a população nacional objeto de estudo. Em todo o território brasileiro, fizeram parte da pesquisa 48.470 domicílios – donde se concluiu que, de fato, os brasilienses são os que mais se aprazem com a vida que levam.

São dados importantíssimos, que, de fato, nos enchem de orgulho – a nós, os habitantes de Brasília –, esta cidade que, com apenas 45 anos de idade, é a materialização do sonho de Dom Bosco, revelado no séc. XIX, e a prova incontestante do descortino e da extraordinária capacidade de realização do grande estadista Juscelino Kubitschek, seu fundador.

Inaugurada em 1960, Brasília foi construída em 41 meses, a partir dos traços geniais de Niemeyer e Lúcio Costa, da pertinácia de Rondon e pelas mãos de milhares de anônimos – verdadeiros heróis do Planalto Central – provindos de todas as partes do País, especialmente do Nordeste. Aqui se encontraram, aqui se encontram brasileiros de Norte a Sul do Brasil, convivendo com suas diferenças, compartilhando-as. Brasília pulsa e ostenta, portanto, não a face, mas as multifaces do nosso País.

Sob a visão política, o resultado obtido, calcado nas variantes adotadas, representa, segundo especialistas, um retorno dos investimentos feitos pelo governo local nas áreas citadas. Com efeito, não há que se negar os resultados e não há como não os associar ao trabalho político-administrativo e institucional que vem sendo levado a efeito aqui no Distrito Federal.

Sociólogos asseveram – o que também aos leigos não é difícil inferir – que pessoas felizes, satisfeitas com a sua qualidade de vida, trabalham com mais afinco e produzem mais. A produção, quanto maior, mais atrai investimentos, o que impacta e acresce a renda social.

Por outro lado, é notório serem a qualidade de vida e a sensação de segurança na ambiência social fatores de grande peso na imagem da cidade escolhida para se investir.

Recentemente, a Federação das Indústrias do Distrito Federal usou, com êxito, essas duas variantes para atrair investidores russos e japoneses para Brasília. São características que, somadas à renda **per capita** da Capital, contribuem para que o nosso turismo não seja apenas um efetivo potencial, mas uma realidade de valia e cada vez mais próxima de se consolidar.

Deve-se, no entanto, reconhecer ter o estudo em questão se restringido ao Plano Piloto, o que foi determinante quanto à considerável distância em pontos percentuais alcançados por Brasília na pesquisa em relação às demais metrópoles consideradas. Das 11 áreas pesquisadas, Goiânia, que ficou em segundo lugar, alcançou 27,92% contra os mais de 108% da Capital Federal – primeira colocada.

Além disso, outro aspecto nos chama a atenção: Brasília apresentou percepção nula da violência para a classe “E” (até R\$300,00 de renda familiar). Isso significa que essas pessoas, que moram no Plano Piloto, sentem-se seguras

Há que se considerar, ainda, que a despeito de terem sido elididos dos dados estatísticos em questão as cidades-satélites do DF, pesquisas recentes feitas com base em critérios da ONU apontaram que, também em relação a estas, os índices de qualidade de vida são maiores, relativamente à média nacional.

Note-se – e trata-se de algo relevante – que, segundo o criador dos institutos de pesquisa e de estatística, o alemão Aschenwall (1719 – 1772), revelam não só a realidade, mas, preponderantemente, refletem o olhar da sociedade sobre si mesma. Sob esse prisma, também são vetores essenciais a serem contemplados por quaisquer políticas públicas a serem adotadas para a propulsão da *urbis* em geral.

É oportuno registrar também que, pela terceira vez consecutiva, caiu a taxa de desemprego no Distrito Federal para 19,5%. Trata-se da menor taxa desde junho de 1997.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, atentamente ouço V. Ex^a, bem como Brasília e o Brasil. Quero dizer-lhe que Brasília, hoje, é toda, é nossa. O Piauí tem tudo a ver com essa situação. A maior colônia de brasileiros que veio para construir Brasília foi de mineiros, depois a nossa, a de piauienses. Fiz uma pesquisa – ajudou-me muito o Zezinho – sobre qual é a cara de Brasília, sobre o que significa, hoje, Brasília. Essa gente, essa massa. Veja o resultado de minha pesquisa. Ouça a voz rouca das ruas: Dom Bosco, Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer, Joaquim Roriz e V. Ex^a, Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tão bem representa a colônia piauiense aqui, que é tão numerosa, tão gentil e tão trabalhadora. Os piauienses ajudaram muito a construir essa cidade, com afinco, com determinação. Sofreram muito, vieram para cá na época mais difícil, amassando o barro, comendo poeira, passando as maiores dificuldades. O Brasil é muito grato à colônia piauiense residente hoje em Brasília, que é muito numerosa. São mais de 200 mil piauienses, que representam a força da geração econômica da nossa cidade.

Senador Mão Santa, para os menos abastados, habitantes de Brazlândia, Planaltina, Paranoá e outras cidades do DF, o mês de junho foi sobretudo positivo, observando-se uma redução de 3,6% na taxa de desemprego. Os setores que mais contribuíram para esse percentual foram a construção civil, com mais 12,6%, e o comércio, com 3,9%.

O rendimento médio dos ocupados – autônomos e assalariados – ficou em R\$1.244,00 entre abril e maio de 2005. Ao todo, criaram-se no Distrito Federal mais 3,6 mil novos postos de trabalho no mês passado. Nos últimos 12 meses, o saldo é de 40,3 mil. Além disso, o DF passou a contar com 539 novas empresas e 379 filiais de firmas já instaladas em outras cidades do País.

Sem dúvida, são dados a serem comemorados e divulgados, principalmente nesse período e ambiente em que tantos e lamentáveis desmandos são alardeados por todo o País, tendo como palco Brasília, sede e foro político-administrativo do Estado brasileiro, o que não raro e lamentavelmente confunde e apequena a sua imagem ante o coletivo nacional.

Esses registros servem, pois, para que fique patente que aqui se trabalha, aqui se progride, aqui se honra o ideário com que a Capital foi concebida. Afinal, Dom Bosco previu e alardeou sua previsão de que, nesta terra, no Planalto Central, no coração do Brasil, haveria um grande povo irmão – em constante conagração –, ativo, pertinaz e cômico da sua responsabilidade de fazer da Capital Federal motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Parabéns, Brasília! Parabéns, brasilienses! Meus cumprimentos aos políticos representantes do Distrito Federal, nas esferas em que atuam.

Estendo, ainda, como não poderia deixar de fazer, minhas congratulações ao Governo do Distrito Federal, principalmente ao Governador Joaquim Roriz, que hoje desfruta dos mais elevados índices de credibilidade entre todos os Governadores brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, Juvenício da Fonseca, Leonel Pavan e João Batista Motta enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada “Tesourada na verba para jovens”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 26 de outubro do corrente.

A referida matéria mostra que “o orçamento do governo Lula corta 70% dos recursos destinados à defesa da Criança e do Adolescente. Em 2006, deixarão de ser investidos R\$ 18,8 milhões em programas como a erradicação do trabalho infantil”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIREITOS HUMANOS

Orçamento do governo Lula corta 70% dos recursos destinados à defesa da Criança e do Adolescente. Em 2006, deixarão de ser investidos R\$ 18,8 milhões em programas como a erradicação do trabalho infantil

Tesourada na verba para jovens

PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO

Dois dias depois de abrir os cofres públicos para a segurança pública em razão do resultado do referendo, o governo continua mantendo rigor na liberação de verbas para os quase 60 milhões de crianças e jovens brasileiros. Incluídos na lista de prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva, eles foram contemplados com recursos minúsculos no orçamento deste ano em ações fundamentais para a garantia de seus direitos. Para 2006, o Projeto de Lei do Orçamento da União restringiu ainda mais a verba destinada à população de até 18 anos. Serão R\$ 18,8 milhões a menos para investir nos cinco programas relacionados à Subsecretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República.

Levantamento realizado pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Conanda), órgão colegiado da SDH, mostra que, em 10 anos, as verbas da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) nunca foram tão baixas. Se em 1995, a subsecretaria e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente receberam R\$ 256 milhões e tiveram autorização para usar R\$ 54 milhões. Neste ano, a verba prevista era de R\$ 26,9 milhões. Mas, até agora, o percentual efetivamente aplicado nos programas não chega a 5% do investido em 1995.

Na prática, as estatísticas alertam: no âmbito da Subsecretaria de Direitos Humanos, o dinheiro é cada vez menor para erradicar o trabalho infantil, combater o abuso e a exploração sexual, prestar atendimento socioeducativo aos adolescentes infratores, promover a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e proteger os do sequestro internacional. Ficam prejudicadas, por exemplo, ações como implantação da rede de identificação e localização de

crianças e adolescentes desaparecidos e apoio a projetos de combate à exploração sexual.

Corte maior

O mais grave refere-se ao Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei. O programa recebeu R\$ 10,3 milhões para as três ações previstas: apoio a serviços de atendimento inicial; construção, reforma e ampliação das unidades de internação. Para o ano que vem, o projeto do orçamento excluiu duas ações, mantendo apenas a última. Isso significa que não há verba prevista para tentar a recuperação do infrator antes que seja necessário interná-lo. Em 2006, também não haverá dinheiro para construir, reformar e ampliar as unidades. O orçamento para o programa foi reduzido para R\$ 3,6 milhões, que será destinado ao pagamento de monitores e profissionais, à compra de alimentos e uniformes.

O Conanda denuncia. "Isso é extremamente grave", afirma o presidente José Fernando Silva. "É obrigação do governo federal assistir esses adolescentes, que são os mais prejudicados da sociedade. Se ele cometeu uma infração é porque a família falhou, as organizações não-governamentais falharam, o Estado falhou", acredita. O Conanda vai se articular com parlamentares para garantir emendas constitucionais que destinem mais recursos ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

O subsecretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Amarildo Baesso, diz que as emendas são a proposta feita pelo governo ao órgão e ao Conanda para recompor o orçamento de 2006. "Há uma sensibilidade muito grande por parte do governo em relação ao orçamento da criança e do adolescente. Os ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência da República) e Dilma Rousseff (Casa Civil) estão empenhados", comenta.

Lógica cruel

Para o economista Francisco Sadeck, assessor de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a lógica do governo é torta. "O Executivo discute e elabora o orçamento. Agora vai atrás dos deputados pedindo que o Legislativo faça emendas?", questiona. Sadeck elaborou a cartilha "De olho no orçamento da criança" com a Unicef e a Fundação Abrinq. Ele acredita que o orçamento enxuto é reflexo da política econômica que reduz gastos com o objetivo de pagar a dívida pública, na lógica de cumprir o superávit primário. "O governo afirmou que a proteção à criança e ao adolescente seria uma meta presidencial. Nunca disse que o pagamento de juros era uma meta", ironiza.

A senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), coordenadora do Senado da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, concorda com Sadeck. "Defendo uma política econômica responsável, mas como fazer um superávit primário acima da meta enquanto se cortam os investimentos nas áreas prioritárias?", questiona. "Dar prioridade à infância não é beijar criança. É ser coerente na hora de definir o orçamento", critica. Hoje, o assunto será discutido na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, durante sessão sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

O orçamento tímido de 2005 não impediu que o governo segurasse R\$ 11.256.248 dos programas voltados à infância e à adolescência. O dinheiro é mais do que está previsto para o ano que vem. Fora isso, o Conanda e a SDH pedem uma suplementação de R\$ 55.229.397 para colocar em prática os projetos que atendem à população infanto-juvenil. "Nossa capacidade de execução não é baixa, mas preci-

samos que o dinheiro seja liberado para assinar os convênios", diz Fernando José Silva. O subsecretário Amarildo Baesso explica, contudo, que é normal que o governo libere, aos poucos, os recursos previstos no início do ano.

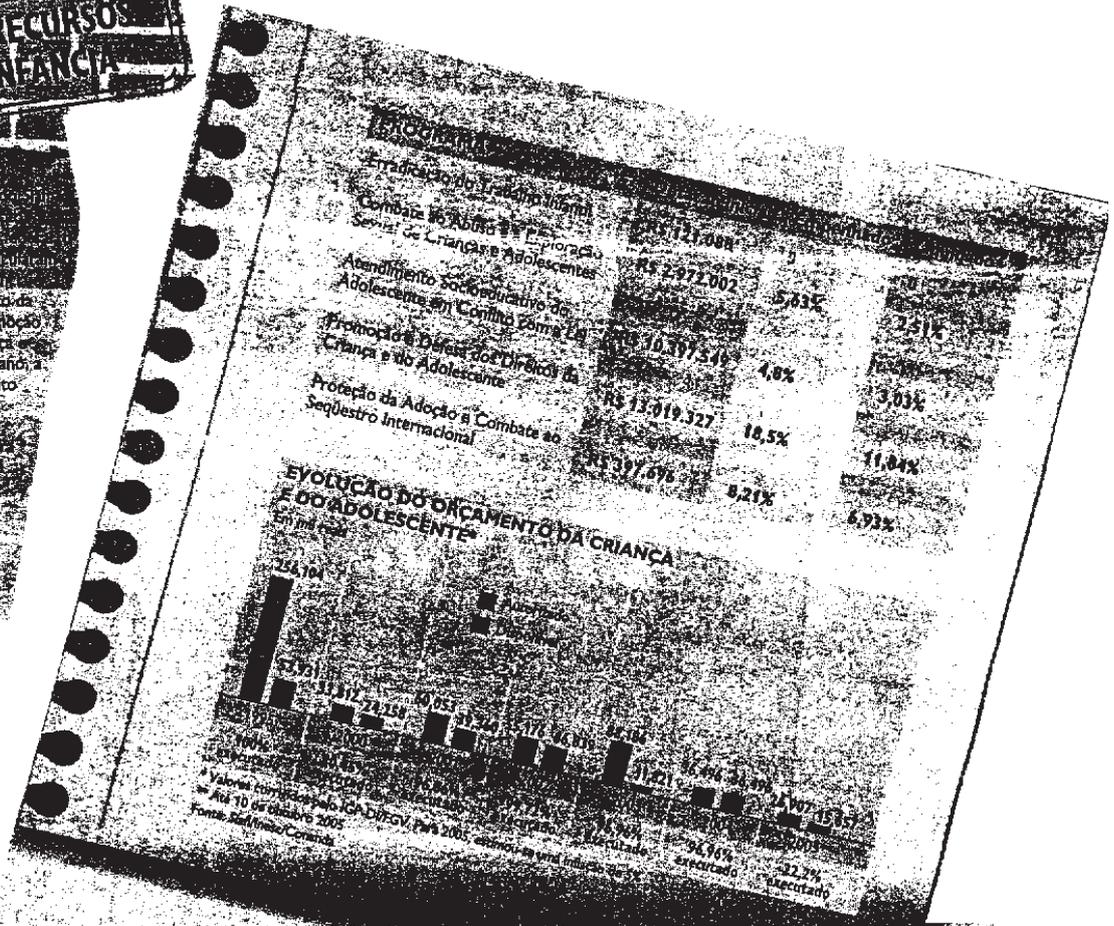
Trabalho infantil

Já o economista Francisco Sadeck não vê normalidade nessa prática. "Preocupa a mim a qualidade do gasto. Como vai investir em dois meses o que não se gastou durante todo o ano?", pergunta. Ele também critica a baixa execução do orçamento em 2005. Das 23 ações que compõem os cinco programas da subsecretaria, 15 não tiveram nenhum centavo investido. Entre elas, o apoio a fóruns de erradicação do trabalho infantil, a construção de unidades de internação socioeducativas e o cadastro nacional de crianças passíveis de adoção. O presidente do Conanda reconhece que a execução foi muito baixa e explica que, este ano, pela primeira vez, os projetos da SDH tiveram de ser aprovados pelo conselho. "Para assinar o convênio de construção de uma unidade de internação, é preciso ter muito critério", exemplifica. Silva ressalta que, no próximo ano, a análise será feita no começo, e não no meio do ano.

A esperança do Conanda é que o debate sobre o orçamento seja ampliado. Os conselheiros têm peregrinado por estados e pelo Congresso para discutir o tema. Na semana passada, José Fernando Silva recebeu representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Turismo, do Planejamento e do Trabalho e Emprego durante assembleia do Conanda em que se debateu o orçamento. "Esperamos que esse momento se repita no começo do ano que vem para que se possa influenciar o orçamento de 2007", destaca.

POUCOS RECURSOS PARA A INFÂNCIA

Com o fim do governo de Fernando Collor, a situação financeira do Brasil ficou precária. O orçamento para a infância e adolescência no âmbito da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este ano, a SPDCA teve um crédito autorizado de R\$ 26.907,762 e gastou 7,28% deste valor. Para 2005, o projeto de Lei do Orçamento da União reduziu a dotação dos cinco programas específicos da subsecretaria para R\$ 8.074.788.



GLOSSÁRIO

Orçamento Anual
Documento do Poder Executivo, aprovado pelo Poder Legislativo, que estima receitas e despesas para o período de um ano para todos os seus órgãos, discriminando o programa de trabalho autorizado a ser realizado, elaborado segundo os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Do ponto de vista político, corresponde ao contrato formulado anualmente entre governo, administração e sociedade sobre as ações a serem implementadas pelo Poder Público.

Empenho
Ato administrativo do ordenador de despesa que cria para a Administração Pública a obrigação de pagamento a determinado fornecedor de bens, prestador de serviços ou empreiteira, de acordo com as condições contratuais estabelecidas (art. 58, Lei 4.320/64). Através do empenho, o ordenador de despesa compromete parte do valor de determinado crédito orçamentário vinculado a um elemento de despesa de um projeto/atividade orçamentário, reduzindo-lhe, portanto, o valor disponível e, deste modo, evitando a sobreposição de outra despesa com o valor já comprometido.

Projetos Orçamentários
Valores monetários autorizados na Lei do Orçamento Anual para atender necessidades com projetos ou atividades.

Fase de Execução Orçamentária
Fase do processo orçamentário que se inicia com a publicação da Lei do Orçamento Anual e que se desenvolve com a definição de cota trimestral e provisão de crédito orçamentário, para que se implemente a realização de despesas. Envolve o conjunto de decisões sobre a implementação de ações governamentais e também a administração de receitas através do lançamento de seus registros.

Fonte: "De olho no orçamento criança", publicação do Inesc/Unicef/Fundação Abrinq. Disponível no site www.inesc.org.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo intitulado “Outra reforma abandonada”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 24 de outubro do corrente.

O artigo trata da necessidade de uma reforma trabalhista e do anúncio do governo de que, simplesmente, abandonou a idéia. Segundo o artigo, “Incapaz de fazer avançar projetos até mesmo na área em que se supunha mais preparado, a sindical, o governo do PT agora anuncia o abandono também da reforma trabalhista. Desse modo, condena o setor produtivo a

continuar arcando com o custo excessivo de uma legislação ultrapassada, que impede a modernização do mercado de trabalho e retarda o crescimento”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3
O ESTADO DE S. PAULO • SEGUNDA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2005

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Mariana Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1956)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Outra reforma abandonada

Anacrônica, detalhista, excessiva, responsável pelo alto custo das contratações e, por isso, estimuladora da informalidade e inibidora do crescimento, a legislação trabalhista precisa ser reformada, com urgência, para dar maior competitividade à economia brasileira. Mas as mudanças não serão feitas tão cedo.

Para fazer a reforma, politicamente difícil, mas indispensável à modernização das relações de trabalho, o primeiro passo é reconhecer sua necessidade. Até agora, embora divergissem quanto à urgência, empresários, dirigentes sindicais mais esclarecidos e o governo concordavam nesse ponto. No entanto, o lado mais importante desse triângulo, o governo, anunciou que, simplesmente, abandonou a idéia.

A informação desanimadora foi dada pelo próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em reunião realizada há cerca de duas semanas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alguns ministros com a bancada do PT na Câmara. A reforma trabalhista não é mais necessária, disse ele.

É surpreendente que tenha sido Palocci a

fonte da informação, que a Agência Estado divulgou na ocasião e que o economista José Pastore comentou em artigo publicado no Estado de terça-feira. No governo Lula, a equipe do Ministério da Fazenda era, até agora, o principal, se não o único, centro de geração de propostas e projetos destinados a criar um ambiente institucional mais propício para a expansão da atividade econômica. A reforma trabalhista, por causa do forte impacto que pode ter sobre os custos do fator trabalho e sobre as relações entre empregados e empregadores, era um desses projetos.

Talvez mais surpreendentes que o abandono da reforma trabalhista sejam os motivos que, de acordo com deputados que estiveram na reunião, o ministro Antonio Palocci apontou para justificar a decisão. A combinação da estabilidade macroeconômica – a inflação de 2005 deve ficar muito perto do centro da meta fixada para este ano e o superávit primário será maior do que 4,25% do PIB – com os resultados das políticas sociais estaria permitindo a criação de empregos num ritmo que tornaria dispensável a reforma trabalhista.

É uma visão, no mínimo, simplista. Os números do Ministério do Trabalho mostram o crescimento do emprego no mercado formal. Mas, se a abertura de postos de trabalho mantiver o ritmo que se observa desde meados do ano passado, o Brasil levará “uns 30 anos” para acabar com o enorme mercado informal de trabalho, que abriga 47,5 milhões de brasileiros, ou 60% da população ocupada no País, como mostrou Pastore no artigo citado.

Desde a posse de Lula, sua equipe vinha discutindo com empresários e trabalhadores a modernização das relações trabalhistas. Por causa de interesses conflitantes, essa nunca foi uma discussão fácil. Nem mesmo na definição de prioridades – se a mais importante era a reforma da legislação sindical ou a da legislação trabalhista – chegou-se a acordo firme. Na avaliação do governo, havia mais pontos comuns a respeito da primeira reforma, razão pela qual, em março deste ano, enviou ao Congresso projeto de emenda constitucional sobre o tema.

Dirigentes empresariais, conhecedores

das enormes dificuldades para a contratação de mão-de-obra por causa das exigências e, sobretudo, dos custos impostos pela legislação trabalhista, discordaram da decisão, por considerar mais importante a reforma trabalhista.

Por causa da resistência de parte do movimento sindical, especialmente aquela formada por sindicatos de baixíssima representatividade, e sobretudo da falta de capacidade de negociação do governo no Congresso, que a crise política acentuou, o projeto da reforma sindical parou. Noticiou-se, há algumas semanas, que o governo decidira abandoná-lo. Em seu lugar, estaria examinando a possibilidade de propor uma minirreforma sindical, por meio de projeto de lei ordinária, não de emenda constitucional.

Incapaz de fazer avançar projetos até mesmo na área em que se supunha mais preparado, a sindical, o governo do PT agora anuncia o abandono também da reforma trabalhista. Desse modo, condena o setor produtivo a continuar arcando com o custo excessivo de uma legislação ultrapassada, que impede a modernização do mercado de trabalho e retarda o crescimento.



O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Minha história”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** em sua edição de 26 de outubro do corrente.

O artigo trata das declarações feitas pelo ex-ministro José Dirceu na tentativa de impedir a cassação de seu mandato parlamentar. Na defesa, o ex-ministro faz uso de “sua história” para alegar que a cassação é política. Segundo o autor do artigo, “que história será essa que todo mundo quer destruir? É a história mal contada de um fenômeno que não existe”.

O autor conclui seu artigo sobre o ex-ministro José Dirceu e sua história: “São esmagadores os indícios

de que agrediu a lei, a moral e os bons costumes políticos nas suas relações com Marcos Valério, Delúbio Soares, bancos velhacos e deputados bordeleiros. É esse José Dirceu que estará sendo julgado na Câmara por atentado ao decoro parlamentar. O outro, o Dirceu da “minha história”, é uma invenção”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

“Minha história”

O ex-ministro José Dirceu está sendo apresentado à opinião pública de forma enganosa. “É a minha história que querem atingir”, reage o deputado quando se refere aos colegas de Câmara que querem cassar seu mandato por falta de decoro parlamentar. Que história será essa que todo mundo quer destruir? É a história mal contada de um fenômeno que não existe. Sabe-se de muitos políticos que, como Dirceu, se opuseram à ditadura militar, foram exilados e, na volta, ajudaram a construir partidos políticos. É o caso de vários tucanos. Mas história é uma coisa séria. No caso de Dirceu, mesmo inflada, sua “história” não tem força para obscurecer a acusação de que ele era o chefe da quadrilha do mensalão.

Até o relator do caso Dirceu no Conselho de Ética da Câmara, deputado Júlio Delgado, comprou a versão do mito histórico. No voto em que recomendou a cassação de Dirceu por agressão ao decoro parlamentar, Júlio Delgado afirma que “o Dirceu que lutou bravamente contra a ditadura no Brasil e construiu o maior partido de esquerda do país” trocou a ética pelo exercício do poder. Na verdade, José Dirceu não pôde lutar “bravamente contra a ditadura”. Ou estava ocupado em Cuba, ou estava no Paraná, disfarçado de cidadão pacífico.

Na juventude organizou passeatas, fez discursos em faculdades, ganhou eleições estudantis, mas a “luta contra a ditadura” durou pouco e não foi profunda. Em 1968, candidato à presidência da União Nacional dos Estudantes, foi preso num congresso estudantil em Ibiúna, São Paulo. No ano seguinte, foi libertado em troca do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Fim da história. Lá se

foi Dirceu aninhar-se em Cubanacán, exilado.

O deputado Júlio Delgado afirmou em seu voto da semana passada que Dirceu foi treinado pela inteligência cubana. Inteligência é o nome técnico que se dá à espionagem. Em 1975, Dirceu voltou ao Brasil depois de uma cirurgia facial e se estabeleceu numa pequena cidade do Paraná, onde viveu por quatro anos sob disfarce, fingindo ser um empresário descendente de judeus. Os cirurgiões cubanos fizeram-lhe até um nariz adunco!!! Não se tem notícia de que praticasse qualquer tipo de espionagem nessa época. Evitava até mesmo conversar sobre política.

Devido à identidade pacífica que assumiu em seu disfarce, não poderia dar demonstrações de revolta com o governo militar. Por quatro anos, Dirceu ficou politicamente inativo.

Casou-se e teve um filho. Com a anistia, contou à sua mulher quem era e voltou correndo para São Paulo, depois de recuperar o rosto original numa segunda cirurgia plástica. Entrou para o PT — e o resto da história é conhecido.

José Dirceu é emocionalmente frio, tem coragem e uma determinação só igualada

por sua capacidade de ignorar balizas éticas. Tritura sem vacilar companheiros de ontem que se tornaram adversários de hoje. São esmagadores os indícios de que agrediu a lei, a moral e os bons costumes políticos nas suas relações com Marcos Valério, Delúbio Soares, bancos velhacos e deputados bordeleiros. É esse José Dirceu que estará sendo julgado na Câmara por atentado ao decoro parlamentar. O outro, o Dirceu da “minha história”, é uma invenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada “O candidato dos empresários”, publicada na revista **Exame** de 26 de outubro do corrente.

“Pesquisa inédita Exame/Vox Populi mostra que o governador Geraldo Alckmin é o candidato à Presidência dos homens de negócios, com 84% dos votos”. De acordo com a pesquisa encomendada pela revista

Exame ao instituto Vox Populi, Alckmin é o candidato preferido pelos empresários.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESPECIAL Como os brasileiros da AmBev estão revolucionando os negócios na matriz da maior cervejaria do mundo

O CANDIDATO DOS EMPRESÁRIOS

Pesquisa EXAME/Vox Populi com presidentes das maiores empresas brasileiras aponta Geraldo Alckmin como o preferido nas próximas eleições presidenciais

Alckmin revela: “Estou pronto para ser presidente”

A desaprovação ao governo Lula entre os empresários é de 77%

sucessão

O PREFERIDO DOS EMPRESÁRIOS

Pesquisa inédita EXAME/Vox Populi mostra que o governador Geraldo Alckmin é o candidato à Presidência dos homens de negócio, com 84% dos votos

Maurício Lima e Sérgio Ruiz Luz

QUE, A MENOS DE UM ANO DA REALIZAÇÃO DAS eleições presidenciais, nenhum candidato ao cargo desfruta de maior prestígio no mundo dos negócios quanto o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. De acordo com pesquisa encomendada por EXAME ao instituto Vox Populi, Alckmin, médico anestesista de 52 anos, é o candidato preferido dos empresários. Realizada com 231 companhias do ranking *Melhores e Maiores* de EXAME, a pesquisa admitiu apenas os votos do presidente ou do principal executivo das empresas pesquisadas. O resultado mostra uma predileção inquestionável por Alckmin. Na votação espontânea, na qual os eleitores citam o candidato de preferência, o governador paulista teve 40% das indicações — praticamente o dobro do percentual obtido pelo segundo colocado, o atual prefeito de São Paulo, José Serra, seu colega no PSDB.

RESULTADOS DA PESQUISATM

Mais de 230 empresários e principais executivos das maiores companhias do país quiseram votar seu candidato preferido à Presidência. Ao lado, algumas questões apresentadas aos entrevistados

(1) A margem de erro é de 6,4 pontos

Votação espontânea, em que as opções de candidaturas eram livres

Geraldo Alckmin	40%
José Serra	21%
Lula	6%
Aécio Neves	4%
Fernando Henrique Cardoso	4%
Ciro Gomes	1%
Outros	3%
Branco e nulos/Não sabem	21%

Votação estimulada, com Alckmin como candidato do PSDB à Presidência

Geraldo Alckmin	84%
Lula	7%
Cesar Maia	1%
Heloisa Helena	1%
Roberto Freire	1%
Garotinho	0%
Branco e nulos	4%
Não sabem	2%

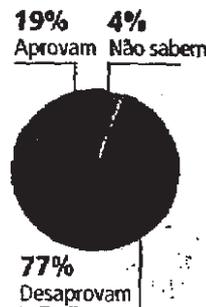
Principais qualidades de Alckmin, segundo os que votaram nele

Capacidade administrativa	85%
Honestidade	69%
Habilidade em formar equipe	48%
Liderança	34%
Capacidade de administrar crises	21%
Articular uma base parlamentar	15%
Capacidade de negociar com o Poder Legislativo	15%
Carisma	7%

Principais desafios do próximo presidente

Área econômica	19%
Área social	18%
Reforma política	10%
Área administrativa	10%
Combate à corrupção	9%
Reforma tributária	6%
Infra-estrutura	6%
Outros	21%

Avaliação do governo Lula



Quando analisamos os diversos cenários da pesquisa, em que vários candidatos eram apresentados aos votantes, Alckmin também se destaca. Entre os tucanos, foi ele quem obteve a vitória mais fulgurante contra o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Numa lista que tinha ainda outras quatro opções — o prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia (PPF), o ex-governador Anthony Garotinho (PMDB), o deputado federal Roberto Freire (PPS) e a senadora Heloisa Helena (PSOL) —, o governador de São Paulo anelou 84% dos votos, ante apenas 7% dados a Lula. "Alckmin tem feito um ótimo trabalho no governo de São Paulo. É competente, honesto e merece essa chance", diz o empresário Antonio Ermirio de Moraes, cabeça do Votorantim, um dos maiores grupos privados do país.

A explicação para a votação maciça no governador de São Paulo tem vários componentes. O primeiro — e talvez o mais importante deles — é que, depois de comandar por dois mandatos o maior estado do país, Alckmin é visto como o oposto do que Lula representa hoje para o empresariado. Após quase três anos de governo,

um escândalo político que abalou a República e um ritmo de crescimento modesto do país em relação ao que acontece no resto do mundo, Lula é visto sobretudo como um administrador pouco eficiente. Questionados sobre o que achavam da atual gestão, 77% dos entrevistados — administradores com conhecimento de causa — responderam que desaprovam o governo petista. Entre os empresários, o quadro do PT com maior aprovação é Antonio Palocci, o ortodoxo ministro da Fazenda e principal sustentáculo da gestão Lula. Colocado como candidato de seu partido, Palocci atinge 13% do votos. "Isso mostra que o

empresariado que se encantou com a possibilidade desenvolvimentista de Lula está frustrado com seu governo", diz o cientista político Rubens Figueiredo.

A desaprovação a Lula não tira o mérito individual de Alckmin, que milita na política desde os 19 anos (veja quadro). Sua escolha por parte do empresariado não parece ser meramente uma questão de ideologia política. Entre os tucanos de primeira grandeza, o governador paulista também tem o melhor desempenho. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, teve apenas 4% dos votos espontâneos dos empresários consultados — ante 40% de Alckmin. Ao ser indicado como único postulante do PSDB, FHC ganha de Lula, mas por uma margem de 20 pontos percentuais a menos do que Alckmin. "Isso é fruto do desgaste de oito anos frente à Presidência da República", diz Marcos Coimbra, presidente do Instituto Vox Populi. "Fernando Henrique enfrentou crises internacionais e um período de crescimento global menor. É natural que os empresários apostem mais em alguém que ainda não tenha passado pelo Planalto." Outra razão, essa importantíssima, é a boa imagem

A TRAJETÓRIA PESSOAL DO GOVERNADOR

Geraldo Alckmin iniciou a vida política em Pindamonhangaba, no interior de São Paulo.

que Alckmin desfruta no meio empresarial. O governador paulista é visto como um político que reúne uma rara combinação de qualidades. É percebido como um administrador competente, honesto e com bom traquejo político.

Na pesquisa EXAME/Vox Populi essa percepção fica clara — especialmente quando se comparam os resultados de Alckmin com os dos outros presidenciáveis tucanos. Na avaliação de José Serra, visto hoje como o principal rival do governador paulista dentro do PSDB, os entrevistados ressaltaram principalmente a capacidade administrativa. Em compensação, muitos o vêem como um candidato sem habilidade política e flexibilidade de negociação. Já o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, posicionou-se na outra ponta do espectro. Aécio foi bastante elogiado na habilidade de agregar apoio, de saber lidar com posições antagônicas, mas ainda não angariou confiança na sua capacidade de gerenciamento da máquina pública. Alckmin foi o ponto de equilíbrio entre os dois extremos. “Ele passa a imagem de alguém que sabe administrar na escassez. Um administrador capaz de dar um choque de gestão no governo”, diz Horacio Lafer Piva, membro do conselho de administração da Klabin.

Essa boa impressão pôde ser constatada num jantar que o empresário Emerson Kapaz, presidente do Instituto Etco, entidade que combate a pirataria, organizou em sua casa há pouco menos de um mês. Estavam presentes 12 empresários e presidentes de grandes empresas. Nomes como Nicandro Duarte, principal executivo da Souza Cruz; João Roberto Marinho, das Organizações Globo; Roberto Setubal, do grupo Itaú; Hugo Marques da Rosa, da construtora Método; Fábio Barbosa, presidente do

banco ABN Amro; e Carlos Ribeiro, da HP. Alckmin chegou às 20h30 e fez uma longa exposição sobre seu trabalho frente ao governo de São Paulo. Também contou que já estava constituindo uma equipe para elaborar um programa econômico para o país. Cobrado a ter uma postura de candidato mais agressiva, explicou que a cada 15 dias vinha fazendo viagens para outros estados com o objetivo de ganhar projeção no resto do país. “Muitos saíram convencidos de que ele é o melhor candidato”, diz Kapaz. “A impressão foi que Alckmin demonstra capacidade de gerenciar a máquina pública com eficiência e transparência.”

As eleições presidenciais se realizarão em pouco menos de um ano. Em política, esse período de tempo equivale a uma eternidade e meia. Contar com forte apoio entre empresários é um trunfo significativo para o governador paulista. O empresário tem influência nos formadores de opinião, pode ajudar na sustentação financeira da campanha e representa uma parcela ativa da sociedade brasileira. Mas a corrida para a Presidência da República mal começou. Antes de mirar o Palácio do Planalto, Alckmin precisa se viabilizar dentro do PSDB. E essa é hoje a maior dificuldade. Nas pesquisas de opinião pública, Serra tem o dobro das intenções de voto (30% ante 15%), o que não pode ser ignorado. Seus críticos dizem ainda que o governador de São Paulo é pouco conhecido no resto do Brasil e que também lhe falta uma personalidade mais vibrante para bater Lula num eventual confronto eleitoral.

Na pesquisa entre empresários e executivos, essa ausência de carisma foi — de certa forma — dimensionada. Apenas 7% dos que escolheram Alckmin como o melhor candidato apontaram essa característica. Entre todos os nomes apresenta-

dos, o governador seria o menos carismático. Essa limitação não fez diferença num eleitorado formado por presidentes de empresa ou grandes executivos, mas certamente trará mais dificuldades numa eleição nacional. Em relação ao desconhecimento de seu nome no resto do Brasil, a pesquisa lhe é mais favorável. Apenas 35% dos presidentes consultados têm base em São Paulo. O que significa que, ao menos no meio empresarial, suas qualidades são reconhecidas nacionalmente.

A escolha do candidato do PSDB à Presidência caberá a, no máximo, seis pessoas e deverá acontecer até março de 2006. Serra, Aécio Neves, Alckmin, o senador Tasso Jereissati, e o governador de Goiás, Marconi Perillo, fazem parte do grupo. Ninguém, porém, terá tanta influência na escolha quanto o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A antigos, surpreendentemente, FHC tem dito que o candidato natural hoje é Geraldo Alckmin. Ele acha que Serra sofrerá desgaste se sair da prefeitura de São Paulo já que, para chegar ao cargo, prometeu à população que não o faria. Para que a rejeição fosse menor, seria necessário que os paulistanos em massa pedissem ao prefeito que fosse postulante à Presidência. Além disso, Fernando Henrique tem dito que a diferença nas pesquisas teria de ser ainda maior para garantir a Serra o bilhete presidencial. Na avaliação do ex-presidente, o horário eleitoral gratuito poderia catapultar a candidatura Alckmin, rapidamente, aos mesmos níveis de popularidade hoje conseguidos por Serra. “Faz sentido. Onde os dois são conhecidos, Alckmin se sai melhor do que Serra”, diz Marcos Coimbra. No que depender do quase sempre discreto Alckmin, ele será o ungido do PSDB. “Estou pronto”, disse em entrevista exclusiva a EXAME, cuja íntegra está nas páginas a seguir.

perfil

O SALDO DA ADMINISTRAÇÃO ALCKMIN

A receita que agrada aos empresários e concilia redução de impostos e corte de gastos com aumento de investimentos

Maurício Lima e Sérgio Ruiz Luz

UMA DAS FACETAS MAIS EXPLORADAS pelos adversários de Geraldo Alckmin é a sua falta de carisma. A habitual fala mansa e a atitude normalmente discreta vivem rendendo piadas para o anedotário político de seus opositores. Entre outras referências pouco elogiosas, os desafetos espalham que seus discursos são tão empolgantes quanto dançar com a própria irmã num baile. Ao longo da carreira, Alckmin já foi apelidado de "AAS infantil" (um remédio para crianças) e "picolé de chuchu", uma referência a seu estilo inodoro, insípido e incolor. Existem ainda outras duas características marcantes de sua figura — nesse caso, porém, elas não arrancam risos dos que estão no campo político oposto. Alckmin é bom de voto, como demonstra seu impressionante currículo. Aos 52 anos, já concorreu a seis eleições e perdeu apenas uma, a disputa pela prefeitura de São Paulo em 2000. Além disso — e acima de tudo —, é considerado um administrador eficiente, capaz de lidar com toda a complexidade da máquina pública. Mesmo seus ferrenhos opositores demonstram dificuldade em achar argumentos para combater a gestão Alckmin em São Paulo.

Os números de sua administração (uma obsessão que ele faz questão de citar quan-

OS NÚMEROS DO GOVERNADOR

Os quadros mostram alguns dos indicadores de Alckmin na administração de São Paulo



QUEDA DE IMPOSTOS

Redução de ICMS em diferentes áreas

Sector	Alíquota antiga	Nova alíquota
Alcooleiro	25%	12%
Automotivo	18%	12%
Têxtil	18%	12%
Trigo	7%	isento

do pode) são seu principal cartão de visita. No ano passado, por exemplo, o PIB de São Paulo cresceu 7,6%, quase o dobro da taxa brasileira e muito acima do crescimento mundial. Ao mesmo tempo, as despesas com funcionários públicos vêm caindo sucessivamente. Devem fechar 2005 representando 44% de participação na receita do estado, a menor taxa dos últimos anos e bem abaixo dos 49% do teto fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao deixar as contas em dia, o governador ganhou fôlego para desembarcar em 2006, o ano da sucessão presidencial, com 9 bilhões de reais em caixa para novos investimentos. Para ter uma idéia, o orçamento do governo federal para a mesma finalidade é de 14 bilhões de reais. Uma rara combinação de equações aparentemente inconciliáveis talvez seja a melhor explicação para a boa receptividade de Alckmin entre o empresariado. À frente de um estado complicado como São Paulo, ele conseguiu misturar crescimento econômico com controle de contas. Aumento de arrecadação de impostos com redução de carga tributária. Respondeu, assim, a uma parte significativa das demandas geradas pelo mundo dos negócios. "Alckmin administra o estado como se fosse uma empresa privada", afirma José Galló, presidente da Lojas Renner.

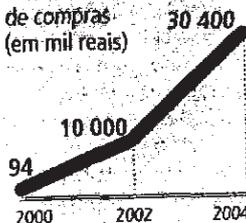
Todos os governadores em algum momento admitem que o excesso de carga tributária é um dos combustíveis da economia informal, mas poucos atacam essa relação perversa por receio de perder arrecadação. São Paulo rompeu o círculo vicioso. O governo paulista reduziu 230 alíquotas de ICMS nas mais variadas cadeias produtivas. Em setembro do ano passado, por exemplo, o estado baixou de 25% para 12% a alíquota de ICMS sobre a cadeia de produção do álcool combustível. No mês seguinte à redução do imposto, a arrecadação cresceu 7%. Ou seja, a alíquota mais baixa incentivou muita gente a sair da informalidade. O crescimento de arrecadação de impostos sem aumento de carga tributária em São Paulo ocorreu também graças a melhorias na fiscalização de alguns setores e à ajuda de tecnologia. Foi o caso da adoção do IPVA eletrônico, em 1995. Nos últimos anos, graças à possibilidade de pagamento via internet, a arrecadação do imposto sobre a propriedade de automóveis cresceu 300%, ante 30% de aumento da frota de carros no estado.

Na área de infra-estrutura as soluções do governo paulista também foram simples — e eficientes. Para combater os gargalos que atravancam a produção em São Paulo, Alckmin formou um grupo de trabalho com seus 13 secretários de Estado.

Numa das reuniões, com base numa demanda das montadoras de veículos instaladas no estado, nasceu a idéia de transformar o porto de São Sebastião, no litoral nor-

LICITAÇÕES INTELIGENTES

Quanto o governo paulista vem economizando com o sistema eletrônico de compras (em mil reais)



te, num terminal de exportação relevante. Como resultado da conversa, ficou decidido que o governo financiaria a pavimentação de um dos pátios e a construção de dois novos berços de atracação, ao custo de 2,4 milhões de reais. O trabalho permitiu que comesçassem a atracar por ali navios com capacidade para embarcar cerca de 5 000 carros. Nos últimos tempos, Volkswagen e General Motors têm utilizado bastante o local, e o movimento no porto cresceu 70%. "A administração Alckmin é quase aborrecida", diz João Carlos Meirelles, secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. "Não há pirotécias."

No dia-a-dia, Alckmin lembra um funcionário público saído dos livros de Lima Barreto. É um autêntico caxias no cumprimento de contratos, mesmo quando isso implica prejuízos para sua popularidade, como demonstra o caso dos aumentos constantes de pedágios das 12 rodovias entregues a concessionárias. Em troca, exige melhorias, como a duplicação da rodovia dos Imigrantes, concluída em 2002, cujo investimento de 872 milhões de reais foi bancado totalmente pela concessionária Ecovias. No Paraná, que adotou um modelo semelhante de privatização, existem hoje cerca de 100 processos discutindo os reajustes previstos em contratos, boa parte deles movida pelo governo de Roberto Requião. Em São Paulo, não há notícia de desavenças judiciais. "Ele tem uma visão clara sobre os contratos. Cumpre a parte dele e exige bas-

tante das empresas", diz Marcelo Esteves, diretor de planejamento integrado da Comgás, que recentemente tratou da revisão de tarifas com o governo do estado.

Uma de suas manias é ter sempre à mão um caderno universitário, onde anota pedidos dos políticos e prazos prometidos para a conclusão de obras, entre outras coisas. Antes de visitar qualquer lugar, exige dos assessores relatórios minuciosos, que incluem desde dados macroeconômicos até fofocas políticas do local. De seu gabinete no Palácio dos Bandeirantes, decorado com uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e retratos de sua família e do ex-governador Mário Covas, costuma disparar telefonemas a seus subordinados. Boa parte da equipe já recebeu ligações no co-

meço da manhã com o governador reclamando de algum problema. "Certa vez, ele voltou às 6 horas de uma viagem ao Japão e, às 7 horas, me telefonou para reclamar de uma notícia que tinha ouvido no rádio", diz Saulo de Castro Abreu, secretário de Segurança.

No contato direto com o governador, os assessores conhecem um lado bem diferente do "picolé de chuchu". Como chefe, Alckmin é adepto do mantra "trabalho, trabalho e trabalho" e raramente costuma fazer elogios — é sempre duro e direto nas cobranças. Algumas semanas atrás, por exemplo, depois de ver o conteúdo de um CD com imagens da nova campanha de uma estatal, reclamou com um assessor: "Não dá para mudar nada, pois vocês me trouxeram o material em cima da hora. Mas não gostei de nada". No trato com a oposição, o governador também não se faz de rogado em valer a força da maioria folgada do PSDB. "Alckmin é um rolo compressor e esvaziou as funções da Assembléia Legislativa", afirma o deputado Renato Simões, líder do PT na casa, citando a falta de condições para votar os 53 pedidos de CPIs feitos pela oposição desde 2003, que vão desde os problemas da Febem até a investigação de irregularidades em privatizações.

Antes de ingressar na política, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho teve uma breve experiência na iniciativa privada. Foi no início da década de 70, quando montou o Pré-Fac, cursinho pré-vestibular e de ensino supletivo em sua cidade natal, Pindamonhangaba, no interior paulista. Alckmin dava aulas de química e de biologia e usava o dinheiro que recebia do negócio para

pagar as mensalidades da faculdade de medicina de Taubaté, onde havia acabado de ingressar. Aos 19 anos, aceitou o desafio de candidatar-se a vereador, proposto por um representante do antigo MDB. Graças à popularidade conseguida como professor da cidade transformou-se no vereador mais votado de Pindamonhangaba e presidente da Câmara Municipal.

A partir daí, sua ascensão na política foi construída degrau a degrau. Foi eleito prefeito da cidade, com diferença de apenas 57 votos em relação ao segundo colocado. Nesse período, usava os fins de semana para terminar o curso de medicina, fazendo residência no Hospital do Servidor Público de São Paulo. Chegou a trabalhar dois anos como anestesiológico na Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba e, em 1979, casou-se com Maria Lúcia Ribeiro, sua mulher até hoje, com quem tem três filhos. Alckmin abandonou a medicina quando virou deputado estadual, em 1982. Nessa época, estreitou os contatos com o núcleo de políticos que fundariam mais tarde o PSDB, entre eles Mário Covas, que o escolheu como vice de sua chapa para as eleições ao governo de São Paulo em 1994. Covas venceu a disputa naquele ano e acabou reeleito em 1998, tendo

novamente Alckmin como seu fiel escudeiro. Com a morte do governador, em 2001, o vice assumiu e virou o candidato natural do PSDB à sucessão estadual.

Na disputa direta com outros adversários internos pela primazia de ser o candidato do PSDB à Presidência, o governador terá de superar algumas desvantagens. Uma delas é a comparação de escolaridade formal (algo que parece não fazer sentido depois que Lula foi eleito, mas que ainda conta nos círculos tucanos). Alckmin não possui um currículo acadêmico brilhante como o do prefeito paulistano José Serra, que concluiu o doutorado em ciências econômicas pela Universidade de Cornell e participou do Institute for Advanced Study, da Universidade Princeton, ambas instituições americanas renomadas. É preciso também relativizar o processo de reestruturação do estado de São Paulo. Seu trabalho foi facilitado pela herança recebida de Covas, que fez um dos maiores ajustes fiscais da história do país, negociando com o governo federal em 1997 uma dívida equivalente, na época, a 50 bilhões de reais. É um obstáculo diferente do enfrentado pelo governador Aécio Neves, outro nome citado com frequência na lista de presidenciáveis tucanos. Aécio assumiu Minas Gerais em 2002 com um déficit de 2,3 bilhões de reais, fruto de uma gestão problemática do antecessor, Itamar Franco. Só agora o tucano con-

seguiu equilibrar as finanças do estado.

Fora da disputa interna do PSDB, o calcanhar-de-aquiles de Alckmin é a percepção da população sobre seu desempenho na segurança pública. Embora alguns indicadores importantes tenham caído nos últimos anos, como o número de homicídios, a cobrança nessa área sempre é gigantesca. As taxas de criminalidade no estado de São Paulo permanecem entre as mais altas do país, e as seguidas rebeliões nas Febem viraram a imagem mais forte dessa situação. Ocorreram 18 revoltas de internos apenas nos três primeiros meses deste ano. Foi aí que Alckmin resolveu desengavetar o projeto de Covas que previa a desativação das mega-Febem e a distribuição dos menores infratores por unidades menores. O plano está em curso, mas as confusões con-

tinuam acontecendo. Em setembro, por exemplo, a diretora da unidade Vila Maria, na zona norte de São Paulo, foi afastada de seu cargo pela Justiça por denúncias de maus-tratos e torturas contra os menores. Nesse caso, até agora, o mantra do governador (“trabalho, trabalho e trabalho”) ainda tem sido insuficiente para resolver o problema. ■

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “O Brasil piora se Lula ficar”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 19 de outubro do corrente.

Em seu artigo, o articulista afirma que o destino do presidente Lula é determinante para o futuro do País. “Há dois cenários. No primeiro, Lula cai e o Brasil melhora. No segundo, Lula fica e o Brasil piora”.

O articulista ainda tece comentários sobre os “lulistas”: “Por dois anos e meio, roubaram e deixaram

roubar, absolutamente seguros de que não seriam descobertos”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar que o referido artigo seja considerado parte desse pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

O Brasil piora se Lula ficar

Os leitores me abordam na rua. Querem saber quando vou cumprir a solene promessa de derrubar Lula. Minha resposta é sempre igual: na semana que vem. Os leitores se despedem desconsolados, lamentando-se do resultado da última pesquisa do Ibope ou da pusilanimidade dos tucanos. O fato é que ninguém mais acredita em mim. Perdi o pouco de credibilidade que ainda tinha. Os leitores acham que estou blefando. Que sou um bufão. Que não tem mais jeito. Que Lula vai conseguir se safar. O próprio Lula acha que vai conseguir se safar. Para ele, os problemas desaparecem magicamente, como as testemunhas do assassinato de Celso Daniel. Um desaparece com um tiro nas costas. Outro num acidente de motocicleta. Outro na cadeia. Outro de gripe.

Eu nunca dei bola para o que pensam os leitores. Mas eles estão certos em se preocupar. Por mais melodramático que possa parecer, o destino de Lula é determinante para o futuro do país. Há dois cenários. No primeiro, Lula cai e o Brasil melhora. No segundo, Lula fica e o Brasil piora. É simples assim.

O máximo que podemos desejar de um político é que ele tenha medo de roubar. Os lulistas não tinham medo. Por dois anos e meio, roubaram e deixaram roubar, absolutamente seguros de que não seriam descobertos. Se Lula cair, seu sucessor terá um pouquinho mais de medo. Se Lula ficar, a roubalheira será legitimada. Os lulistas resolveram que devemos nos render a todas as formas de bandidagem. Com o referendo sobre o desarmamento, querem nos render aos bandidos co-

muns. Com o indulto a Lula, querem nos render aos bandidos do Estado.

Lula é nosso Bettino Craxi. Quando os magistrados italianos denunciaram o esquema de financiamento ilegal do Partido Socialista, Craxi se defendeu acusando os outros partidos de práticas semelhantes. Ou seja: se todos são culpados, ninguém pode ser punido. Lula tenta usar o mesmo argumento: se todos foram

cleitos com dinheiro de caixa dois, não há por que condenar apenas ele. No caso de Craxi, não colou. Os magistrados italianos continuaram a persegui-lo. Ele morreu foragido na Tunísia, para evitar a cadeia. Os políticos italianos não melhoraram. Por outro lado, passaram a roubar um pouco menos.

Não sei se Lula terá de se refugiar na Tunísia. Espero que sim. Nesse caso, poderemos aproveitar o vácuo político para

tentar ajeitar o país. Minha proposta é que os parlamentares nomeiem uma comissão de notáveis, composta de juristas e tributaristas, como Raul Velloso, Miguel Reale Jr. e Eduardo Gianetti da Fonseca. Eles seriam encarregados de redigir uma ampla reforma do Estado, para cortar aposentadorias, eliminar impostos, abater sindicatos, suprimir direitos trabalhistas, limpar o Judiciário e diminuir o peso dos políticos, enterrando boa parte das asneiras de nossa Carta Constitucional. Depois disso, o texto passaria por um plebiscito. O Brasil ficaria melhor.

Agora só falta derrubar Lula.

“O máximo que podemos desejar de um político é que ele tenha medo de roubar. Os lulistas não tinham medo. Por dois anos e meio, roubaram e deixaram roubar”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Corrupção sob medida”, publicada em 19 de outubro de 2005, no jornal **Folha de S.Paulo**.

O artigo acima enfatiza que, de acordo com o relatório divulgado pela Transparência Internacional (TI), piorou a nota do Brasil no índice de Percepção da Corrupção. Passou, numa escala de zero a dez, de 3,9 para 3,7. Com isso, o País caiu da 59^a para a 62^a posição no ranking global elaborado pelo instituto.

O indicador da TI é instrumento relevante para mensurar a percepção da corrupção no mundo.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORRUPÇÃO SOB MEDIDA

D **E ACORDO com relatório divulgado ontem pela Transparência Internacional (TI), piorou a nota do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção. Passou, numa escala de zero a dez, de 3,9 para 3,7. Com isso, o país caiu da 59ª para a 62ª posição no ranking global elaborado pelo instituto.**

O indicador da TI é instrumento relevante para mensurar a percepção da corrupção no mundo. É com base nele que se formula parte dos estudos e das sugestões de políticas de combate a essa prática. Mas o relatório pede reflexão sobre a natureza do problema que pretende quantificar.

Os números apresentados dizem respeito à percepção da corrupção — não à ocorrência efetiva do problema. Como não há maneiras diretas de quantificar atos dessa natureza, inexistem mecanismos para estabelecer uma relação entre as infrações detectadas e o volume total de transações irregulares realizadas no país.

Mesmo os impactos da corrupção sobre a economia permanecem dis-

cutíveis. É comum o argumento de que um país afetado por práticas dessa ordem tende a ser preterido nas transações econômicas. Mas são escassos os elementos que permitem aferir em que medida investidores internacionais empregam essas percepções em seus processos decisórios. A China, por exemplo, não está bem cotada no ranking — e nem por isso deixa de ser o principal desaguiçador dos investimentos globais.

Feito com base nos três últimos anos, o estudo da Transparência Internacional foi concluído no mês de junho de 2005. Abrange, pois, apenas parcialmente o período agudo da crise política por que passa o Brasil. Ainda assim, é significativo que a percepção relativa aos primeiros meses do governo Lula não tenha sido influenciada pela atmosfera de otimismo da época.

Se, mesmo após o desfecho da crise, o Brasil se mantiver estável nesse ranking, estará claro que os procedimentos disponíveis para medir a corrupção são inexatos e insatisfatórios.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista do escritor português José Saramago, concedida à revista **Época** em sua edição do último dia 31 de outubro do corrente.

Na entrevista, o escritor criticou o Presidente Lula e os escândalos de corrupção que paralisaram o governo brasileiro. Segundo o escritor, “Depois de tantas esperanças, não imaginávamos que escândalos

de corrupção tomassem o governo Lula”. E diz, ainda: “Foi uma decepção para o mundo”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Desventuras em série

José Saramago critica a corrupção no governo Lula, teme pelas esquerdas, pela Amazônia e fala da morte em seu novo livro

LUÍS ANTÔNIO GIRON

José Saramago está lançando mundialmente, no Brasil, seu novo romance, *As Intermittências da Morte* (Companhia das Letras, 208 págs., R\$ 35). Na semana passada e no início desta, ele fez palestras de apresentação e leu trechos do livro. Pretende fazer o mesmo em Portugal a partir de 11 de novembro.

A nova ficção do premiado autor aborda um tema tabu – que, como tal, faz parte da vida de todos, mas cada vez mais as pessoas anseiam ocultar: a morte. Tanto a morte de cada indivíduo como a do planeta Terra, ameaçado por desastres climáticos e pela destruição humana dos recursos naturais. É tanto uma parábola sobre a condição mortal como uma alegoria malthusiana. De repente em certo país, conta o livro, ninguém morre mais. As conseqüências são as mais destrutivas: as empresas funerárias e a Igreja Católica entram em colapso (afinal, a mor-

te é o motor de suas atividades), as pessoas são condenadas a viver eternamente, cada vez mais velhas e alquebradas, o planeta cai no caos. Como veio, a morte se vai. Encarna em uma linda mulher para se dedicar a um violoncelista, condenado a morrer aos 49 anos. Mas já haviam passado alguns meses do prazo. O envolvimento da morte com o músico leva a um desfecho inesperado. Mais uma vez, Saramago utiliza a ficção para discutir suas idéias sobre o homem, a sociedade e o futuro do planeta.

Com ótimo humor, ele concedeu uma longa entrevista a *ÉPOCA* no jardim da casa em que estava hospedado em São Paulo. Saramago comentou sua nova narrativa, criticou Lula (que havia apoiado) e os escândalos de corrupção que paralisaram o governo brasileiro e avaliou o deserto ético que a esquerda atravessa. Apesar de tudo, continua a se denominar “comunista”.

■ **Dados pessoais**

Nasceu em 1922 em Azinhaga (Ribatejo)

■ **Carreira**

Foi serralheiro, desenhista, funcionário público e

jornalista.

■ **Auge**

Foi o primeiro autor de língua portuguesa a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, em 1998

■ **Livros famosos**

A Jangada de Pedra (1988), *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995)

ÉPOCA – O Nobel alterou sua vida?

José Saramago – Sou a mesma pessoa. Mas é claro que os convites e solicitações aumentaram. Sempre fui um sujeito ativo que gosta de fazer intervenções públicas. O que faço hoje é aproveitar a situação para me manifestar mais. O que não quer dizer que outros intelectuais ou ganhadores do Nobel não possam agir a sua maneira. Desde o Nobel escrevi quatro romances e continuo a fazer o que fazia. Portanto está bem, pois não mudei.

ÉPOCA – Sua atuação não aumentou?

Saramago – Tenho viajado. Continuo a revezar estadas em Lanzarote (*ilha espanhola*) e em Lisboa, eventualmente Paris. Estou por toda parte. Mas continuo a pagar meus impostos com regularidade em Portugal. Ninguém pode me acusar de evasão de divisas!

ÉPOCA – Há um futuro comum entre países de língua portuguesa?

Saramago – Antigamente falávamos muito nas línguas de Portugal e Brasil. Hoje é preciso considerar as culturas do Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola etc. Cada uma dessas nações utilizou a língua portuguesa a seu modo, expressando sua realidade e seus sentimentos. Hoje Lisboa não tem mais condições de ditar regras para o português. Os portugueses já não são mais os donos da língua. Seria necessário que discutíssemos algumas formas de unificação da língua, como a ortografia, por exemplo. Mas qualquer uniformização ortográfica me parece hoje muito tardia. A tendência num futuro próximo é de que os vários ramos do mesmo tronco do português se afastem cada vez mais. Acontecerá mais ou menos como o baixo-latim, que gerou o português, o italiano, o espanhol, o romeno, o francês.

ÉPOCA – Como é seu envolvimento com os movimentos ecológicos?

Saramago – Naturalmente me preocupo com a destruição da natureza, mas não tenho sido muito ativo nisso. O Greenpeace me convidou a adotar papel reciclável controlado para a edição de meus livros e isso me pareceu uma atitude válida para ajudar a preservar as florestas. Em boa parte do mundo, inclusive no Brasil, meu novo livro será impresso em papel controlado. É uma medida pequena, mas achei válida.

ÉPOCA – O espectro da destruição que ronda o mundo é tema do romance. Pela primeira vez, a morte é tema e personagem. Por que a morte agora?

Saramago – O fato é que a morte sempre esteve aí, faz parte da vida de todo mundo. Ela percorre meus outros livros. Mas antes o personagem morria e ponto final, não havia uma reflexão sobre o assunto. Agora tomei a morte como tema de uma reflexão mais profunda. No livro, uso primeiro uma grande-angular e crio uma fantasia em torno de uma suposição: como a ausência da morte afetaria uma sociedade inteira? Depois, fecho a objetiva para um caso específico: a morte se materializa em personagem e tenta carregar para o além um violoncelista que insiste em

mantidos pela Previdência Social. Daqui a pouco, com as pessoas tendo velhices cada vez mais longas, será impossível para os governos sustentar as pensões de aposentados.

ÉPOCA – A frase marcante do livro é “Não existe nudez maior do que a do esqueleto”. O senhor teme a morte?

Saramago – Todos somos esqueletos. Apenas não notamos isso. Todos temos de morrer cedo ou tarde, e a morte pode causar sofrimentos terríveis. Estamos aqui falando do assunto, e não consigo temer a morte. A questão não é pensar na morte, mas no “outro lado”, no momento em que passaremos de estado. Viraremos esqueletos e tudo acabará. O esqueleto se torna, então, a forma mais radical da nudez.

ÉPOCA – Em seu livro, a nudez da morte não está banhada em sensualidade e lirismo?

Saramago – Sim, porque a morte-mulher acaba se apaixonando por um homem, fazendo-a suspender a morte das pessoas, num recomeço do ciclo que atormenta o ser humano. Há passagens sensuais e líricas como em muitos outros livros.

ÉPOCA – A música é outra marca forte. Ela influencia sua escrita.

Saramago – Sou melômano. Gosto de ouvir música ao escrever, embora eu saiba que escrever e ouvir música causa interferências, uma ação deve ser separada da outra. Em *As Intermitências...* utilizei a música porque trata-se do encontro do músico com a morte. E isso acontece em um concerto. As suítes de (*Johann Sebastian*) Bach estão presentes e fazem a morte ajoelhar-se e chorar diante de sua beleza. Usei o violoncelo porque me parece apropriado para estabelecer o contato do homem com a dimensão da morte. A morte, na Idade Média, é representada como um esqueleto tocando rabeca. Mas o personagem só poderia se encontrar com a morte tocando violoncelo, por se parecer demais com a voz humana.

ÉPOCA – A morte tornou-se tabu nos dias de hoje?

Saramago – Sim. Hoje as pessoas querem evitar o assunto e esconder as mortes que acontecem a sua volta. É como se o mundo fosse um hotel onde os mortos costumam desaparecer na calada da noite, sem que nenhum ▶

“ Não sou pessimista. O mundo é que é péssimo. Como podemos ser otimistas diante de um planeta onde as pessoas vivem tão mal, a natureza está sendo destruída e o império dominante é o do dinheiro? ”

não morrer. Procuo demonstrar que a morte é fundamental para o equilíbrio da natureza. A expectativa de vida está cada vez mais alta – e isso não é natural nem desejável para um mundo que necessita de renovação das gerações e evitar o esgotamento de seus recursos. Por uma dessas formas naturais de equilibrar a situação, o mundo está ingressando num período de contenção dos níveis de natalidade.

ÉPOCA – A população idosa representa um entrave para o progresso?

Saramago – Sim, porque, por exemplo, nos países europeus os governos têm encargos enormes com a população de aposentados que precisam ser

ENTREVISTA

hóspede possa notar sua presença. Embora os filmes e a televisão abordem a morte, não tocam no ponto fundamental da finitude. As mortes são falsas, os mocinhos levam tiros e voltam a viver. É outra forma de tratar a morte como irreal. No passado, ela era vista com maior drama. Talvez as pessoas exagerassem, mas sabiam conviver com a tragédia.

ÉPOCA – O senhor faz no livro uma descrição apocalíptica do planeta, com seus recursos naturais esgotados. O mundo está condenado à destruição?

Saramago – O planeta está sofrendo um saque de seus recursos materiais. Como não temos outra despesa do que a própria Terra, essa exploração tende a esgotar nossas reservas naturais. O homem se encarrega de destruir a si próprio. E veja o caso da Amazônia, com uma seca assombrosa e a devastação das árvores. Essa floresta é essencial para a saúde da humanidade, é o pulmão do mundo, e já perdeu 17% de todo o seu território. Daqui a pouco, caso o governo não tome medidas efetivas, a Amazônia deixará simplesmente de existir. E esse é um assunto do Brasil, de ninguém mais. O Brasil tem uma responsabilidade mundial nesse caso.

ÉPOCA – Por falar em Brasil, o senhor apoiou o governo Lula no início. Qual a sua opinião hoje?

Saramago – Prefiro não falar nisso, vamos esperar para ver no que dá. Mas é brutal. O desgaste que o governo Lula sofreu é muito forte. Depois de tantas esperanças, não imaginávamos que escândalos de corrupção tomassem o governo Lula, que representava uma luz nova para um mundo cada vez mais mergulhado em interesses mesquinhos. Ele não poderia ter admitido a corrupção, e não consegue mais combatê-la. Vamos aguardar as investigações.

ÉPOCA – O senhor acha que Lula ajudou a projetar o Brasil?

Saramago – No começo, sim. Mas, na situação atual, Lula está amarrado: sua liberdade de ação é limitada. Ora, esse fato é muito sério para o Brasil, que tem um regime presidencialista. Lula está de pés e mãos atados e parece que não vai mais conseguir fazer as grandes medidas que prometeu no plano social. Foi uma decepção para o mundo.

ÉPOCA – Na nova ordem mundial, e não apenas no Brasil, a esquerda es-

tá vivendo uma crise ética. O senhor ainda crê nela?

Saramago – A esquerda atravessa um deserto e não consegue chegar a um oásis. Ela tem se fragmentado por toda parte. Em países como a Argentina, os partidos de esquerda perderam toda a representatividade no Congresso. Em Portugal, apóio a candidatura de Mário Soares (do Partido Socialista Português). Pode ser que não seja um mi-

“ Não imaginávamos que escândalos de corrupção tomassem o governo Lula, que representava uma luz nova para um mundo cada vez mais mergulhado em interesses mesquinhos ”

lagre, um novo Sebastião, mas pode fazer alguma coisa pelo país, a reboque dos interesses do capital econômico.

ÉPOCA – O senhor continua a professar o comunismo?

Saramago – Claro! Acredito que a única maneira de resolver os problemas da humanidade está na distribuição de renda e na igualdade entre as pessoas. Curiosamente, hoje você pode dizer que seu vizinho é comunista ou eu posso afirmar que sou um comunista. Mas ninguém se declara capitalista. Capitalistas são eles lá, os

chefes das grandes corporações, os donos do dinheiro.

ÉPOCA – O senhor acha que o mundo hoje se reduz a um império mundial liderado pelos Estados Unidos?

Saramago – Agora vivemos o império do petróleo e do dinheiro – o resto é disfarce. Até mesmo George W. Bush está submetido aos desígnios do Grande Capital. Ele governa para as grandes corporações. O capitalismo neoliberal não passa do governo dos grandes conglomerados econômicos.

ÉPOCA – As guerras assimétricas atuais, empreendidas pelos Estados Unidos, revelam um choque de civilizações entre Ocidente e Oriente?

Saramago – Depende. A Arábia Saudita, aliada dos EUA e maior produtora de petróleo, possui um regime fundamentalista. Foi o petróleo que moveu a invasão do Iraque. Existe, sim, um conflito religioso entre o cristianismo e o Islã, que só seria resolvido com um acordo comum entre os dois blocos. Afinal, se Deus existe, ele é só um. Para que brigar?

ÉPOCA – Bento XVI teria algum papel nesse pacto?

Saramago – Não acho que ele terá qualquer atuação no sentido conciliatório. Mesmo João Paulo II não estava preparado para isso, nem interessado.

ÉPOCA – Por que no romance *Ensaio sobre a Lucidez* o senhor critica o regime democrático?

Saramago – Porque o fato é um só: a democracia funciona apenas no plano institucional, na organização e derrubada de governos pelo voto. Na prática, quem manda são organismos como a Organização Mundial do Comércio e o FMI, que não são eleitos democraticamente, são instituições imperiais. Na falsa democracia mundial, o cidadão está à deriva, sem a oportunidade de intervir politicamente e mudar o mundo. Atualmente somos seres impotentes diante de instituições democráticas das quais não conseguimos nem chegar perto.

ÉPOCA – Pelo jeito, o senhor continua sendo pessimista.

Saramago – Não sou pessimista. O mundo é que é péssimo. Como podemos ser otimistas diante de um planeta onde as pessoas vivem tão mal, a natureza está sendo destruída e o império dominante é o do dinheiro? ■

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.*)

(OS Nº 17434/05)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 156 , DE 2005

“Dispõe sobre o calendário de encerramento dos procedimentos orçamentários, financeiros e contábeis do exercício financeiro de 2005”.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de estabelecer o calendário de encerramento dos procedimentos orçamentários, financeiros e contábeis, referentes ao exercício de 2005,

RESOLVE:

I – Fixar as seguintes datas-limite:

15 de dezembro de 2005

- Validade de pré-empenhos emitidos;
- Prestação de Contas de Suprimento de Fundos.

22 de dezembro de 2005

- Emissão de Notas de Empenho;
- Recebimento, pela SAFIN, dos processos em condições de imediata liquidação e pagamento.

28 de dezembro de 2005

- Pagamento de processos devidamente liquidados;
- Recebimento, pela SAFIN, dos processos para inscrição em “*Restos a Pagar*”, devidamente instruídos pelos gestores dos contratos e autorizados pela autoridade competente.

02 de janeiro de 2006

- Remessa à SAFIN, dos relatórios de almoxarifado, com movimentação até 31.12.2005.

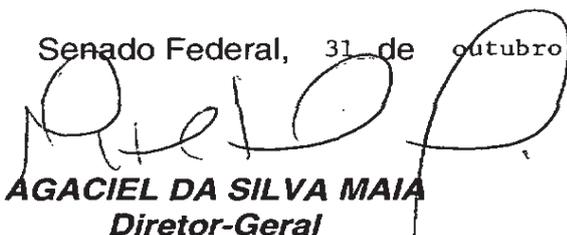
II - A iniciativa de propor a inscrição de saldo de empenho em "Restos a Pagar" e seus respectivos valores é da inteira responsabilidade dos gestores. Quando se tratar de anulação de saldo de empenho, a iniciativa também será dos gestores dos contratos.

III - As datas-limite fixadas no item I são improrrogáveis, por imposição do funcionamento do próprio sistema SIAFI.

IV - Informações adicionais podem ser obtidas através dos ramais 3171, 3356 e 3369.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro 2005.



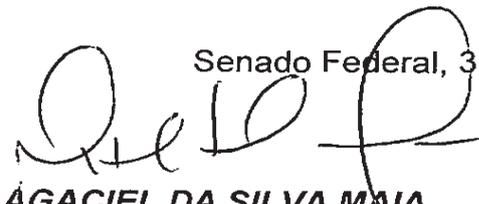
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 157, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE: Prorrogar pelo prazo de 90 (noventa) dias, os trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 042/2005-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2005.

Senado Federal, 31 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 158 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, e considerando o que dispõe o art. 2º da Portaria do Diretor-Geral nº 69, de 2005,

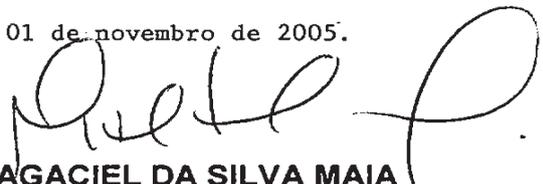
RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da Comissão de Proteção do Patrimônio nos Finais de Semana instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº 53, de 2005, o servidor Ernesto Guevara Batista Reis, matrícula nº 50754 e designar, em substituição, o servidor Munir Abou Said, Matr. 52672.

Art. 2º Designar para integrar a referida comissão, o servidor José Carlos Batista, Matr. 43373.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2005.

Senado Federal, 01 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 159, DE 2005**

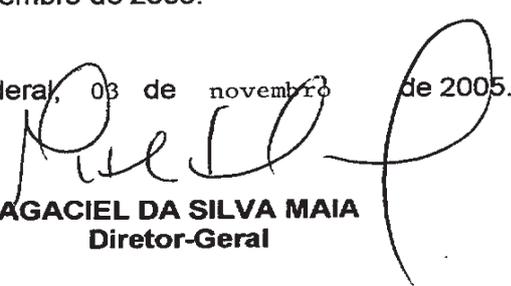
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 144 de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de apurar os fatos constantes dos Processos nºs 002299/02-0 (SEEP) e 001770/04-9 (SEEP).

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 03 de novembro de 2005.

Senado Federal, 03 de novembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3907 , DE 2005**

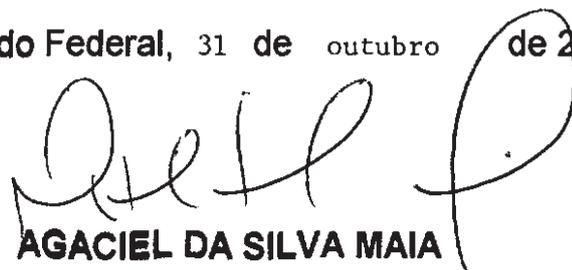
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, c/c o Ato nº 15, de 2005, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - designar os servidores JOÃO CARLOS ZOGHBI, matrícula nº 39308, como gestor titular e JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI, matrícula nº 46520(Senado), ROMEU RONIS DA COSTA, matrícula nº 36990(SEEP), e KARLA LEITE DE CASTRO, matrícula nº 104374(Prodasen), como co-gestores dos convênios firmados pelo Senado Federal com instituições financeiras, objetivando a concessão de empréstimo de crédito pessoal a servidores desta Casa Legislativa.

Art. 2º - Esta Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de outubro de 2005.

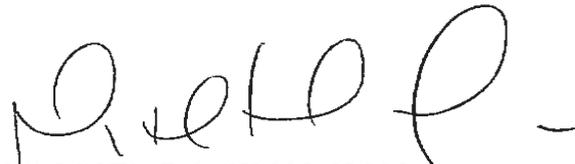
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 3908 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar, a servidora **PATRICIA DE ARAÚJO DA CUNHA**, matrícula 103734, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-07, de Assistente de Diretor, da Subsecretaria de Administração de Dados e Recursos de Apoio - SSADR, e **designá-la** para exercer a função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos - STD, da mesma Subsecretaria, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 01 de novembro de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 3909 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 29/01/97, e tendo em vista o que consta do Processo PD000974/02-1, **RESOLVE**, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112, de 1990, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, c/c o Decreto nº 3.644, de 2000 e com o Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2002, conceder a **AYRTON AFONSO DE ALMEIDA** reversão ao serviço ativo, no cargo de Analista de Informática Legislativa/Especialidade Administração, Área 2, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 01 de novembro de 2005.



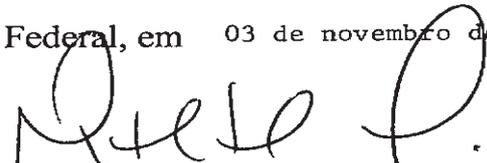
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3910 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017115/05-1**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **KELMA BRAGA DOS SANTOS MENDONÇA**, matrícula n.º 169216, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2005

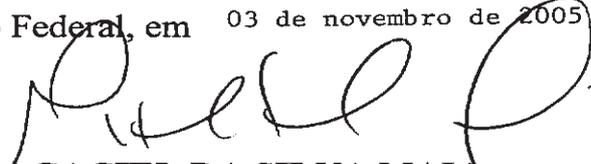

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3911 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017116/05-8**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARCIA ALINE FERNANDES DE MOURA**, matrícula n.º 181680, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

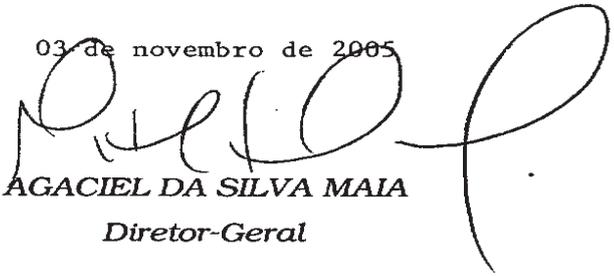
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3912, de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003916/05-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC n.º 41, de 31/12/2003 c/c a MP n.º 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a ANA MARIA CARVALHO LIMA, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ PAIVA DE LIMA, matrícula 5797-ERGON, a partir da data do óbito, 14/10/2005.

Senado Federal, 03 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

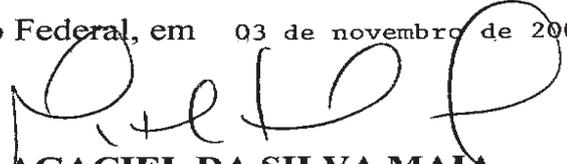
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3913, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016989/05-8,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALEXANDRE UBALDO MONTEIRO BARBOSA**, matrícula n.º 188727, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 20 de outubro de 2005.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA

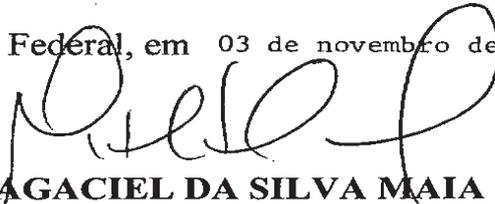
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3914 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016993/05-5**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MATILDE TEIXEIRA DA SILVA LOUREDO**, matrícula n.º 168388, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2005.



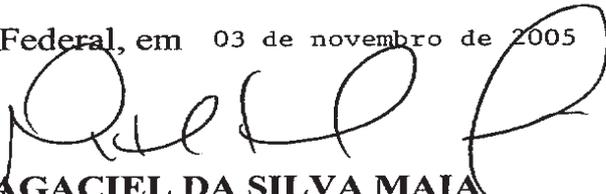
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3915 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017024/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERA REGINA NASCIMENTO PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 03 de novembro de 2005



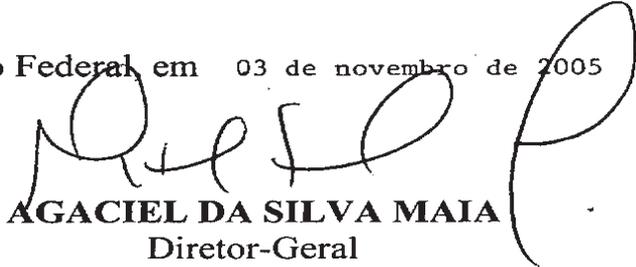
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3916 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017114/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉ SANTINI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal em 03 de novembro de 2005

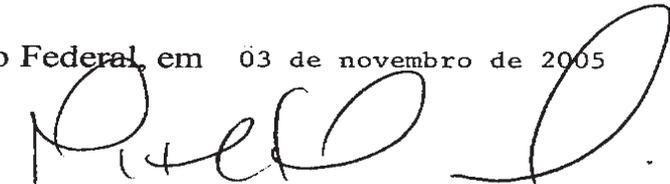

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3917 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017118/05-0**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **CLAUDIO BRAZ**, matrícula n.º 161310, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal em 03 de novembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tiã Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Shessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPPLY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 148 PÁGINAS